



Nuno Filipe Malva Oliveira

O ensino público e privado em Portugal: uma abordagem histórico-geográfica no município de Coimbra (1933-2011)

Relatório final de Estágio no âmbito do Mestrado em Ensino de História e Geografia no 3º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário,
orientado pela Doutora Adélia Nunes e pela Doutora Ana Sampaio, apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Setembro de 2015



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Letras

O ENSINO PÚBLICO E PRIVADO EM PORTUGAL: UMA ABORDAGEM HISTÓRICO-GEOGRÁFICA NO MUNICÍPIO DE COIMBRA (1930-2011)

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Relatório de estágio
Título	O ENSINO PÚBLICO E PRIVADO EM PORTUGAL – O MUNICÍPIO DE COIMBRA (1930-2011)
Autor	Nuno Filipe Malva Oliveira
Orientadora	Prof. Doutora Adélia de Jesus Nobre Nunes
Orientadora	Prof. Doutora Ana Isabel Sacramento Sampaio Ribeiro
Identificação do Curso	2º Ciclo em Ensino de História e Geografia no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário
Áreas científicas	Ensino de História e Geografia
Data	2015



Agradecimentos

Cabe-me, antes de mais, dar uma palavra de reconhecimento a quem, de forma mais direta ou indireta, contribuiu para a realização deste relatório.

A um nível mais íntimo, congratulo a meus pais, irmãos, familiares, em geral, pelas infindáveis demonstrações de paciência e apoio ao longo de todo o processo.

Num âmbito mais académico, não posso olvidar todos os conselhos e a transmissão de conhecimentos recebidos tanto por parte das orientadoras de faculdade, as Doutoras Ana Sampaio e Adélia Nunes, como pelas orientadoras de estágio, a Dra. Maria da Luz e a Doutora Sara Trindade.

No círculo do Estágio Pedagógico, agradeço, ainda, à direção do Colégio São Teotónio, na pessoa do Padre Manuel Carvalheira, e demais funcionários, por terem proporcionado um ano letivo inolvidável, assim como às minhas colegas de estágio e amigas, Ana Santos, Bruno Lobo e Luísa Gonçalves.

Cabe-me, ainda, referir algumas pessoas que, ao longo do meu trajeto académico, deixaram a sua marca, não só, pela sua competência profissional mas, sobretudo, pela sua amizade. É o caso da Sra. Conceição França, da Alexandra e da Maria de Fátima, cuja estima irá, certamente, prolongar-se além do meu percurso académico.

Por último, mas não em último, compete-me gratificar-me pessoalmente por poder contar com o apoio, amizade e companheirismo de amigos como o Bruno Lobo, o Ricardo Vicente e o Joel Sabino, cujo contributo e opinião frutíferas não foram esquecidas na hora da realização deste relatório.

A todos vós um bem-haja.

Resumo

O presente relatório tem como principal objetivo descrever as atividades letivas e extralectivas desenvolvidas no âmbito do Estágio Pedagógico Supervisionado realizado no Colégio São Teotónio, em Coimbra, no ano letivo 2013/2014. Pretende-se, ainda, apresentar os resultados das investigações relativas a dois trabalhos científicos, assim como a sua respetiva aplicação pedagógica. Os suprarreferidos estudos foram desenvolvidos no âmbito dos Seminários de História e Geografia, subordinados ao tema “O ensino público e privado em Portugal: uma abordagem histórico-geográfica no município de Coimbra (1930-2011)”.

Abstract

The present report aims to describe the curricular and extracurricular activities carried out under the Supervised Pedagogical Training conducted in St. Teotónio College, in Coimbra, throughout the 2013/2014 school year. Additionally, the results of two different academic researches, as well as their pedagogical applications are presented. The aforementioned studies were developed within the Seminars of Geography and History, both concerning the theme “The public and private schooling in Portugal: an historical and geographical approach in the municipality of Coimbra (1930-2011)”.

Sumário

Abreviaturas e Siglas.....	7
Introdução.....	9
1. Justificação do tema	
2. Relevância do tema.....	10
3. Delimitação do campo de observação.....	12
4. Plano geral do estudo.....	15
5. Limitações do estudo.....	16
6. Fontes e Bibliografia.....	17
7. Objetos de estudo.....	18
Capítulo 1 - Análise das atividades desenvolvidas no âmbito do Estágio Pedagógico Supervisionado.....	19
1.1 - Caracterização da escola e das turmas	
1.2 - Atividades letivas.....	24
1.3 - Atividades extralectivas.....	26
1.4 - Balanço final.....	28
Capítulo 2 - Estudo desenvolvido no âmbito dos seminários científicos de História e de Geografia.....	30
2.1 – Enquadramento geográfico	
2.1.1 – Contextualização física: o distrito conimbricense	
2.1.2 – O panorama nacional e distrital em 1930: contextualização demográfica.....	36
2.1.2.1 – O município de Coimbra em 1930.....	37
2.2 – O regime ditatorial “Estado Novo” à Terceira República (1933-1974).....	42
2.2.1 – Os primórdios da governação salazarista: a bonança (1933-1945).....	46
2.2.2 – O pós-guerra: a arte Salazarista de «saber durar» (1945-1968).....	50
2.2.2.1 – O Município de Coimbra em 1950.....	55
2.2.3 – O princípio do fim: o ideário marcelista (1968-1974).....	60
2.2.3.1 – O Município de Coimbra em 1970.....	63

2.3 - A Terceira República Portuguesa (1975 - ...)	67
2.3.1 – Portugal, o pequenino: ascensão da democracia (1974-1990)	
2.3.1.1 – O Município de Coimbra em 1990	75
2.3.2 – A adesão à CEE: consolidação da democracia (1991-2011)	79
2.3.2.1 – O Município de Coimbra em 2010	84
Capítulo 3 - Aplicação pedagógica	92
Conclusões	103
Fontes e Bibliografia	106
Anexos	112
1. Mapas	113
2. Figuras	
3. Quadros	
4. Gráficos	115
5. Biografias	117
6. Excertos	123
Índices	125

Índice de Abreviaturas

cap. - capítulo

coord. – coordenação

cf. – conferir, ver

ed. – edição

et al. – at alia, et alii, e outros

ibid. – *ibidem*

id. – idem

int. - interino

ob. cit. – obra citada

org. – organização

p. – página

pp. – páginas

v. – ver, conferir

vol. - volume

Índice de Siglas

CAIC – Colégio Apostólico da Imaculada Conceição

CCP – Centro Católico Português

CEE – Comunidade Económica Europeia

CRS – Colégio Rainha Santa

CST – Colégio São Teotónio

DL – Decreto-Lei

DN – Despacho Normativo

DR – Decreto Regulamentar

EPC – Ensino Privado e Cooperativo

EPS – Estágio Pedagógico Supervisionado

FMI – Fundo Monetário Internacional

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

INE – Instituto Nacional de Estatística

LNDM – Liceu Nacional Dona Maria

MECPE – Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades da Política Económica

MEN – Ministério da Educação Nacional

MFA – Movimento das Forças Armadas

MIP – Ministro da Instrução Pública

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

NEE – Necessidades Educativas Especiais

PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

PCP – Partido Comunista Português

RFA – República Federal Alemã

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Introdução

A elaboração de um relatório desta natureza implica, além da realização de uma análise introspectiva do Estágio Pedagógico Supervisionado (EPS), um trabalho de natureza científica, cujos conteúdos, sendo escolhidos, previamente, nos seminários de História e Geografia, são igualmente utilizados na concretização da aplicação pedagógica, terceira, e última, etapa deste trabalho. Começamos, pois, com a apresentação da temática escolhida para este trabalho, assim como das razões que levaram à sua seleção.

1. Justificação do tema

Como o seu título o deixa antever, a temática central deste relatório versa sobre o panorama do ensino privado e público, no município de Coimbra, entre 1930 e 2011. Não obstante da sua seleção resultar da conjugação de vários fatores, há dois que merecem a nossa atenção: o primeiro prende-se com o interesse que o autor detém relativamente à área em questão, o segundo com o facto de viabilizar a coexistência de várias áreas de conhecimento, permitindo a realização de um trabalho multidisciplinar. Neste capítulo, o estabelecimento de uma correlação entre História e Geografia facilita-nos a elaboração de uma prática pedagógica mais coerente.

No que toca à sua amplitude cronológica, a opção por um hiato temporal balizado entre 1930 e 2011 objetiva, acima de tudo, a possibilidade de estabelecer análises comparativas entre diferentes conjunturas de natureza política – Estado Novo e III República Portuguesa - económica e, principalmente, educativa. Mais à frente, no subcapítulo relativo à organização temática, teremos oportunidade de revelar a forma como estas foram estudadas. No entretanto, passamos o nosso foco de análise para as tipologias de ensino e respetivas faixas etárias.

Centrando-se no estudo dos alunos entre os 10 e os 19 anos, isto é, entre o Ensino Primário (Ciclos Geral e Superior)¹/2º e 3º Ciclo do Ensino Básico e os Ensinos Liceal/Secundário, a razão da sua escolha relaciona-se com a possibilidade de nos conceder informações relativas às preferências dos alunos e respetivos encarregados de educação relativamente ao ensino público e privado. De qualquer forma, aprofundaremos este assunto no subcapítulo relativo aos objetivos deste relatório.

¹ Através do Decreto 5787-A, de 1910, o Ensino Primário passa a deter dois ciclos de escolaridades: o Ciclo-Geral, destinados aos alunos entre os 7 e os 11 anos, e o Ciclo Superior, entre os 12 e os 14 anos de idade.

Como último fator, ressaltamos o vulto que a educação detêm, por natureza, fruto da incumbência que os seus agentes têm em fazer “(...) *os outros (que hoje são todos cidadãos) aprender um saber que socialmente se considera que lhes é necessário.*”². Isto é, apresenta-se como fase intrínseca à formação do ser humano enquanto futuro cidadão. A breve contextualização histórica que levaremos a cabo no próximo subcapítulo permite-nos averiguar de que forma se desenrola o trajeto secular do panorama educativo em Portugal, procurando identificar os seus principais agentes e locais de atividade.

2.Relevância do tema

Principiando sobre a alçada da Igreja Católica, é nas escolas monásticas, colegiadas, escolas episcopais ou em escolas catedrais que o panorama educativo de Duzentos encontra os seus principais locais de irradiação do conhecimento. Neste capítulo, salientamos o papel desempenhado por instituições como os Mosteiros de Santa Cruz (Coimbra), de Alcobaça e de São Vicente de Fora (Lisboa) ou das Sés de Braga, de Coimbra e do Porto enquanto locais destinados, não só, à instrução dos clérigos mas, também, de pessoas que, não pretendendo seguir a vida eclesiástica, detêm tempo e, sobretudo, posses, para se instruir. Permitam-nos, ainda assim, ressaltar a fundação, pela mão do rei D. Dinis (1279-1325), de um Estudo Geral, em Lisboa, em 1290.

Por sua vez, é no século XVI, com o advento do Renascimento e, sobretudo, da Companhia de Jesus, no panorama nacional, que ocorrem transformações de relevo ao nível do ensino. Enquanto impulsor de uma ânsia de promoção humana, o movimento renascentista, além de implicar reformas³ a nível educativo, concede uma crescente mão-de-obra à causa jesuíta, permitindo-lhe, não só, assenhorear-se das prerrogativas educativas como, também, expandir a sua pedagógica em Portugal e além-mar⁴.

Ao longo do percurso que culmina no declínio da hegemonia jesuíta, devemos ter em conta o impacto resultante da progressiva adesão, à causa iluminista, por parte de monarcas, D. João V (1706-1750) e D. José I (1750-1777); de estadistas, Sebastião José

² ROLDÃO, Maria, Estratégias de ensino: o saber e o agir do professor, p. 21.

³ A título de exemplo, procedeu-se: à separação do ensino em dois níveis (preparatório e disciplinas maiores), à reorganização do plano de estudos ou ao surgimento das primeiras gramáticas de língua portuguesa enquanto forma de apoio e consolidação do ensino elementar.

⁴ COTOVIO, Jorge, O ensino privado, pp. 30-36

Carvalho e Melo (Ministro do Reino entre 1755-1777) ou de estrangeirados, Luís António Verney (1713-1792). A pedagogia jesuíta havia-se tornado obsoleta perante as doutrinas emancipadoras da ciência, contribuindo para que o seu monopólio encontre o seu termo no reinado de D. José I (1750-1777), período durante o qual é sentenciada a expulsão da Ordem Jesuíta, de Portugal e das suas dependências ultramarinas. Outorgava-se, deste modo, a passagem das prerrogativas educativas da esfera privada para a estatal.

A necessidade imediata em colmatar as carências decorrentes da herança (i)material jesuíta no campo educativo ocasiona a prossecução dos primeiros passos em direção à construção do sistema de instrução pública em Portugal. Neste âmbito, o rol de legislação publicada reflete uma ambição estatal em, por um lado, expandir a sua rede pública através da criação de escolas primárias e secundárias, e, por outro, limitar o raio de ação dos restantes ensinos (particular e preceptorado) através da obrigação dos seus mestres estarem legalmente habilitados para lecionar⁵.

Com o início do século XX, a implantação da República em Portugal, a 5 de Outubro de 1910, representa o golpe de misericórdia nas remanescentes aspirações educativas da Igreja Católica. Seguindo na rota anticlerical preconizada por Sebastião José Carvalho e Melo e Joaquim António de Aguiar⁶, o governo republicano, através da Lei de Separação da Igreja e do Estado, outorgada a 20 de Abril de 1911⁷, dá um passo decisivo no processo de laicização do Estado.

Ainda assim, as décadas subsequentes revelam uma gradual aproximação entre as duas esferas, com naturais reflexos no panorama educativo. Iniciada com o restabelecimento das relações diplomáticas, em 1916, os anos seguintes trazem novidades a nível legislativo, principalmente com os Decretos nº 3091 e nº 11889, respetivamente, de 1917 e 1926. Se ao primeiro cabe outorgar a liberdade de “(...) *qualquer individuo, cooperação ou associação poder estabelecer institutos de ensino particular de instrução*

⁵ COTOVIO, Jorge, ob. cit., pp. 40-43.

⁶ Desempenhou vários cargos políticos, entre os quais o de Presidente do Conselho de Ministros de Portugal por três vezes, entre 1841 e 1842. Porém, foi no cumprimento do cargo de Ministro dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça que decretou, em 1830, a Lei de 30 de Maio, responsável, em linhas gerais, pela extinção de todos os edifícios e ordens religiosas do sexo masculino, cujos bens foram secularizados e incorporados na Fazenda Real. O seu espírito anti-eclésiástico valer-lhe-ia a alcunha de o “Mata-Frades”.

⁷ De entre as várias alíneas que compõem esta legislação anticlerical, salientamos a permissão de livre culto de qualquer religião, deixando a religião católica de ser a religião do Estado; a nacionalização da propriedade eclesiástica, salvo exceções em que a mesma se encontra bem determinada de pessoa particular ou de corporação detentora de individualidade jurídica e a proibição do uso do vestuário clerical fora dos templos e cerimónias culturais.

secundária, embora sujeitando-se a imensos condicionalismos, limitadores da liberdade de ensino (...)”, ao segundo se deve a legitimação do ensino religioso nas escolas⁸.

Como podemos averiguar, embora o poder estatal não abdique de manter o ensino sobre a sua esfera de influência, tal facto não implica que este, reconhecendo o significativo impacto social da Igreja, lhe conceda algumas prerrogativas no panorama educativo. De resto, ao longo deste relatório teremos oportunidade de averiguar até que ponto esta monopolização estatal do ensino se mantém, ou não, como uma realidade corrente.

Aparte desta problemática, a breve análise do percurso secular do ensino, em Portugal, revela-nos que, não obstante de tomar diversos formatos, ocupar diferentes locais ou encarnar distintas personalidades, o fenómeno educativo nunca perde a sua função basilar de, através da transmissão dos conhecimentos, munir as sociedades dos preparos necessários para encarar o vindouro. Passamos, de seguida, ao esclarecimento da delimitação geográfica deste relatório.

3. Delimitação do campo de observação

No que concerne á delimitação da sua área geográfica, não obstante da natural familiaridade que o autor detém com a mesma, é o impacto educativo que o município conimbricense detém ao nível do distrito que nos acaba por cativar. De resto, a análise do Mapa 1, alusivo à sua rede escolar, permite-nos averiguar a existência de uma dicotomia entre um interior desprovido de infraestruturas escolares públicas e privadas – Arganil, Góis, Pampilhosa da Serra e Tábua – e um litoral – Cantanhede, Figueira da Foz e Mira - provido maior número de instituições escolares. Ainda assim, um olhar mais atento permite-nos concluir que nenhum dos panoramas referidos anteriormente pode ser comparado com o município conimbricense, o qual, usufruindo de uma significativa concentração de infraestruturas educativas, concorre para que as populações de municípios circundantes como Condeixa-a-Nova, Lousã, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Penacova, Penela, Soure e Vila Nova de Poiares se encontrem providas desta tipologia de edifícios.

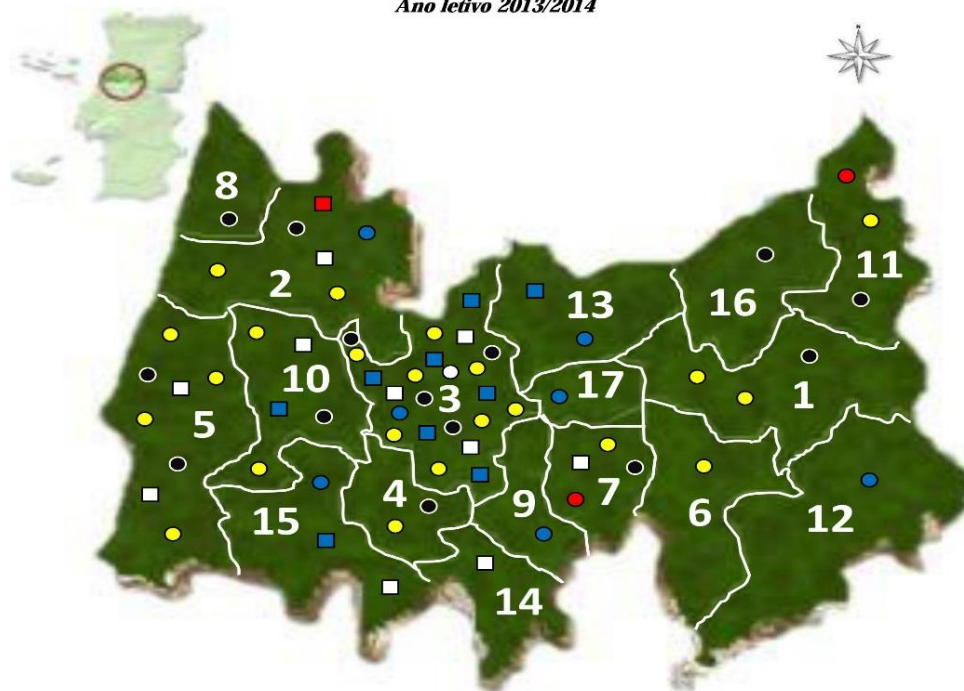
Por sua vez, o Mapa 2, relativo à rede escolar deste município, permite-nos identificar a existência de uma orgânica similar, onde as freguesias mais centralizadas

⁸ COTOVIO, Jorge, ob. cit., pp. 59-63.

detêm um efeito polarizador sobre as restantes, sobretudo as que se localização mais na periferia. Teremos oportunidade de aprofundar este tema mais à frente.

Mapa 1 - Rede Escolar do Distrito de Coimbra

Ano letivo 2013/2014



Fonte: Elaboração própria através de Direção Regional de Educação do Centro (<http://www.drec.min-edu.pt>)

Legenda do mapa

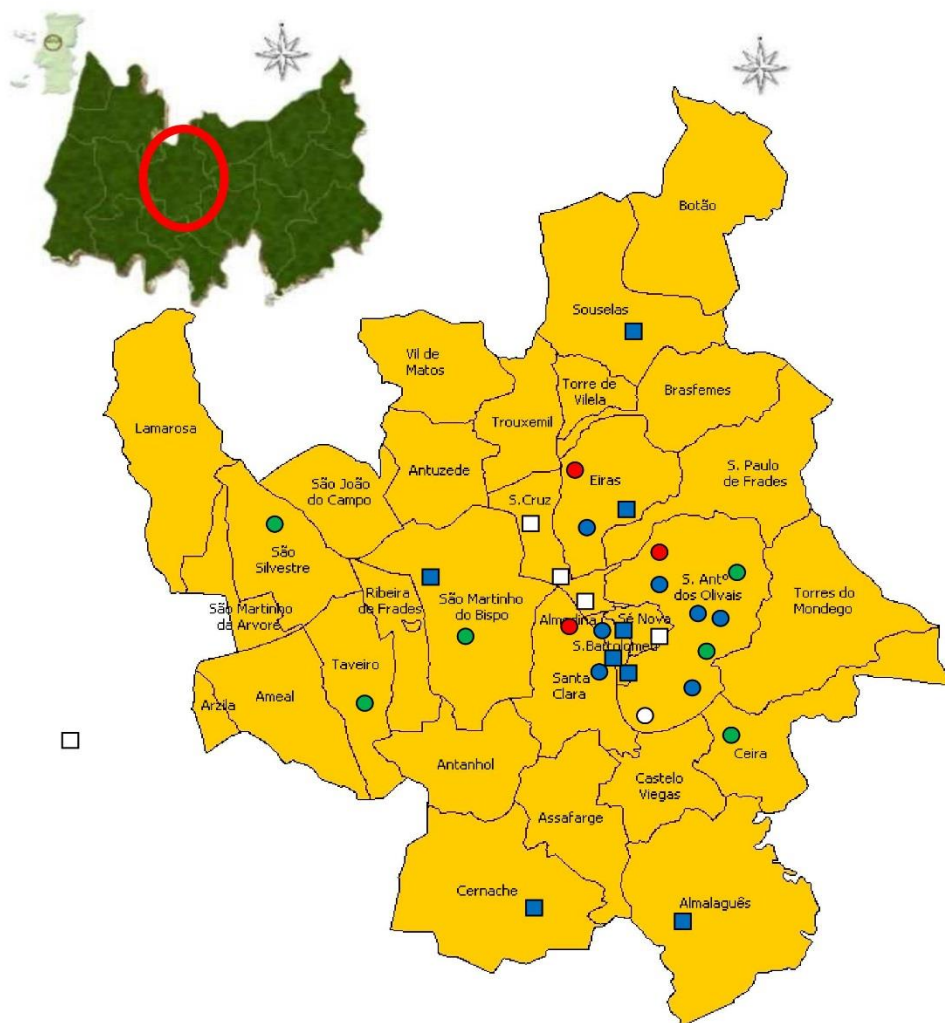
Municípios:

|1-Arganil |2-Cantanhede |3-Coimbra |4-Condeixa-a-Nova |5-Figueira da Foz |6-Góis |7-Lousã |8-Mira |9-Miranda do Corvo |10-Montemor-o-Velho |11-Oliveira de Hospital |12- Pampilhosa da Serra |13-Penacova |14-Penela |15-Soure |16-Tabua |17-Vila Nova de Poiares

Rede Pública		Rede Privada	
Ensino Básico - 1º, 2º e 3º Ciclo ●		Ensino Básico - 1º, 2º e 3º Ciclo ■	
Ensino Básico - 2º e 3º Ciclo ●			
Ensino Básico - 3º Ciclo - e Secundário ●		Ensino Básico - 3º Ciclo - e Secundário ■	
Ensino Secundário ●			
Ensino Profissional ○		Ensino Profissional □	

Mapa 2 - Rede Escolar do Município de Coimbra

Ano letivo 2013/2014



Fontes: Elaboração própria através de Câmara Municipal de Coimbra (<http://www.cm-coimbra.pt>)

Legenda do mapa

Rede Pública		Rede privada	
Escola E do 1º, 2º e 3º Ciclo	●	Escola Básica e Secundária	■
Escola E do 2º e 3º Ciclo	●	Escola Profissional	□
Escola E e Secundária	●		
Escola S laría	●		
Escola Profissional	○		

4. Plano geral do trabalho

Tal como qualquer outro trabalho desta natureza, além de uma Introdução, Conclusão e Anexos, este relatório é composto por um corpo central, cujo núcleo é composto por três capítulos: o primeiro versa sobre a análise das atividades desenvolvidas no âmbito do Estágio Pedagógico Supervisionado (EPS), o segundo sobre o estudo científico desenvolvido no âmbito dos seminários de História e Geografia, por último, o terceiro destina-se à apresentação da aplicação pedagógica. Aprofundemos a sua análise.

A análise do EPS faz-se em quatro fases. Na primeira, caracterizam-se duas das turmas que tivemos oportunidade de lecionar, na segunda e terceira, apresentam-se as atividades letivas e extralectivas propostas e concretizadas, na quarta, e última, faz-se o balanço final.

Por sua vez, o trabalho científico divide-se em três subcapítulos. O primeiro destina-se à elaboração do enquadramento físico⁹ e demográfico¹⁰, cuja pertinência de realização se deve, sobretudo, ao natural impacto que as condicionantes físicas têm na distribuição da população e, por sua vez, na organização da rede pública e privada de escolas. Não se tratando de um elemento com impacto direto, não podemos, ainda assim, negar a sua importância para compreender a disposição das escolas de teor público e privado a nível distrital mas, principalmente, do município conimbricense. Por último, o segundo e o terceiro capítulos consagram a análise dos períodos respeitantes ao Estado Novo (1933-1974) e à III República Portuguesa, respetivamente. Atentemos à sua estrutura.

O estudo do hiato temporal estado novista reparte-se em três temáticas base: o início da governação de António Salazar (1933-1945), o pós-II Guerra Mundial (1945-1968) e o período marcelista (1968-1974). Se a primeira, por seu lado, tida como a fase mais tranquila, possibilita uma rápida introdução da ideologia estatal na esfera educativa; já a segunda, em resultado das transformações ocorridas no panorama internacional, obriga o regime português a, por um lado, “saber durar” num cenário pouco conivente com a sua forma de governo, por outro, a adaptar as suas políticas educativas às necessidades surgidas dos novos ventos de mudança; por último, o período marcelista representa não só, a derradeira fase de existência do Estado Novo mas, também, o início

⁹ Cinge-se ao distrito de Coimbra.

¹⁰ Focando-se na década de 30, analisa o panorama nacional, distrital e municipal de Coimbra.

de um novo período no âmbito educativo, caracterizado pela sua abertura a todos os portugueses.

Relativamente ao período republicano, subdivide-se em dois períodos. O primeiro, entre 1975 e 1991, tem em conta a fase inicial e atribulada da ascensão da democracia, cuja sucessiva troca de governos inviabiliza a aplicação de uma política educativa contínua e capaz de resolver as dificuldades mais prementes como, por exemplo, a incapacidade da rede escolar pública para dar resposta à busca massiva, das populações, por se instruir. Neste capítulo, e já dentro do segundo período de análise, entre 1991 e 2011, os recursos financeiros decorrentes da adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986, permitem, não só, abreviar esta privação, como dão azo a uma aposta mais vincada no panorama educativo que, nem por isso, põe termo á problemática que, ainda hoje, se mantém entre as esferas pública e privada do ensino. Teremos, porém, a oportunidade de aprofundar estas temáticas ao longo do Capítulo 2.

Já no terceiro, e último, capítulo ocupamo-nos da elaboração de uma aplicação didática que nos permite demonstrar a viabilidade pedagógica dos conteúdos científicos apresentados no capítulo transato.

Outro aspeto a ter em conta na organização temática prende-se com a amplitude temporal deste trabalho. A impossibilidade de realizar um estudo anual levou-nos a optar por uma estrutura que seguisse os anos censitários – 1930, 1950, 1970, 1991, 2011 – e, simultaneamente, nos possibilitasse ter uma tipologia de dados o mais homogénea possível. Ainda assim, procurámos não perder de vista outras datas tidas como basilares para a compreensão do panorama educativo em Portugal e, conseqüentemente, no município conimbricense. A título de exemplo, podemos mencionar as Constituições de Portugal de 1933 e de 1976 ou a Lei de Bases do Sistema Educativo (1986).

Por último, e antes de darmos lugar à exposição das principais dificuldades que sentimos durante a elaboração deste trabalho, ressaltamos a construção, no final de cada capítulo, de um gráfico e de uma cronologia responsáveis por sintetizar os conteúdos abordados.

5. Limitações do estudo

As principais limitações sentidas centram-se, sobretudo, em redor das variáveis e bibliografia (in)disponíveis.

Ao nível da primeira, a extensão cronológica impossibilita, desde logo, a análise de uma mesma variável dificultando, consequentemente, o estabelecimento de um fio condutor. Este fenómeno resulta, sobretudo, da disparidade de prioridades relativas aos diferentes executivos que, ao longo desta cronologia, conduzem os destinos do país. A título de exemplo, podemos referir a variável relativa ao número de alunos existentes nas instituições educativas no distrito de Coimbra, mencionada, unicamente, no Anuário Estatístico de 1930.

Quanto à segunda limitação, o facto de abarcarmos um âmbito micro como é do município de Coimbra dificulta, por si só, a possibilidade de podermos ter à nossa disposição bibliografia vasta e diversificada sobre o tema, principalmente ao nível do século XX. Averiguemos, de seguida, que fontes e bibliografia nos serviram de base.

6. Fontes e Bibliografia

Como já tivemos oportunidade de referir, as nossas principais dificuldades ao nível de bibliografia centraram-se no âmbito do município de Coimbra, mais precisamente na conjuntura respeitante à centúria Vintista. Ainda assim, para o século XXI, destacamos a tese de mestrado intitulada *Organização Territorial das Escolas: Dinâmicas dos Alunos na Cidade de Coimbra*, da autoria de João Nogueira ou a *Carta Educativa do Município de Coimbra (2008-2015)*.

Com um carácter mais generalista, salientamos a *Geografia de Portugal*, de Carlos Alberto Medeiros, a *Nova História de Portugal*, de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques ou a *História de Portugal*, de José Mattoso, tidas como fundamentais para a realização do enquadramento teórico. Por sua vez, a *História do Ensino em Portugal – Desde a fundação da Nacionalidade até ao fim do regime Salazar-Caetano*, de Rómulo de Carvalho, ou *O Ensino Privado*, de Jorge Cotovio, englobam-se nas obras cujos conteúdos se centram, sobretudo, na esfera educativa.

Relativamente às fontes, ressalvamos o uso de documentação relativa às Constituições de 1933 e 1976, à Lei de Bases do Sistema Educativo (1986) e as *Entrevistas a Salazar*, de António Ferro. Ao nível das bases de dados, foram utilizadas o PORDATA – Base de Dados Portugal Contemporâneo, o Instituto Nacional de Estatística (INE) e a Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC).

7. Objetivos do estudo

Aquando da idealização deste trabalho, houve questões-chave que nortearam a sua elaboração. Concretizemos.

No âmbito nacional, preocupa-nos saber, em que medida o Estado português valoriza, estimula e aproveita o potencial do ensino privado para solucionar as insuficiências estruturais da rede pública escolar. Neste capítulo, que contributo teve, ou não, o quadro normativo? Em que medida este é, ou não, cumprido? Procuremos solucionar estas dúvidas ao longo deste trabalho.

Por sua vez, através das análises demográficas a várias escalas, procuramos apurar até que ponto as suas dinâmicas se influenciam mutuamente e, principalmente, que impacto detêm na esfera educativa. Deste modo, à análise da população total, juntamos a da população relativa à comunidade estudantil, mais precisamente os alunos do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário. Porquê estes níveis de ensino e não outros? À luz do que foi referido anteriormente, além de representar a entrada num novo nível de ensino, esta etapa permite-nos testar da maior ou menor qualidade do ensino particular. De que modo? Ao constituir o momento em que os alunos/encarregados de educação decidem se prosseguem os seus estudos num Ensino Secundário gratuito (público) ou pago (particular). A permanência no ensino particular elucida-nos da qualidade do ensino ministrado.

Já dentro do município conimbricense, em resultado da ausência de dados relativos à sua comunidade estudantil, importa-nos, acima de tudo, atender ao rumo que a rede escolar conimbricense e à importância que a evolução da população total residente tem ou não, na mesma.

Julgamos ter deixado patente a linha de orientação que pretendemos tomar, assim como a forma e os meios utilizados para a almejar. As nossas expectativas para este trabalho passam por apresentar os dados recolhidos durante a investigação, analisá-los e, sem tomar o partido relativamente ao ensino público ou privado, determinar até que ponto o ensino particular ou cooperativo detém, ou não, potencialidade para ser uma alternativa válida ao atual panorama educativo nacional.

1. Análise das atividades desenvolvidas no âmbito do Estágio Pedagógico Supervisionado

A realização do estágio pedagógico supervisionado revelou-se uma das experiências mais enriquecedoras deste trajeto académico, não só por representar o primeiro contacto com a realidade escolar enquanto docente mas, também, pelos inúmeros (e variados) desafios que a profissão revela encerrar. O objetivo deste capítulo passa, assim, por dar conhecer os vários elementos que, ao longo deste ano letivo, são parte integrante do quotidiano de um professor estagiário de História e de Geografia. Referimo-nos, não só, ao espaço em que decorre e às turmas em que se lecionou como, igualmente, às atividades letivas e extralectivas desenvolvidas nas respetivas áreas científicas.

No que diz respeito à estrutura deste capítulo, a primeira parte detém a caracterização da escola e das turmas, à segunda e à terceira cabe a avaliação, respetiva, das atividades letivas e extralectivas, tal como da orgânica decorrente do Estágio Pedagógico Supervisionado (EPS), cujo balanço final englobamos na quarta (e última) parte.

Por último, chamamos a atenção para a documentação tida como fundamental para a realização deste documento. Referimo-nos ao Plano Anual de Formação de Professores da FLUC, enquanto detentor das diretrizes que nortearam este EPS, ao Plano Individual de Formação de História e Geografia, enquanto contemplador das principais atividades que me propus realizar ao longo deste ano letivo, e ao Guia do Professor (fornecido pelo Colégio São Teotónio) enquanto titular das mais variadas informações relativas à orgânica de funcionamento.

Focamo-nos, agora, no próximo capítulo e na caracterização da escola - Colégio São Teotónio (CST) - e das turmas - I e VII - compreendidas neste EPS.

1.1. Caracterização da escola e das turmas

A realização desta segunda (e última) etapa do Mestrado de Ensino em História e Geografia ocasiona a junção de inúmeros agentes, os quais, enquanto elementos do seu núcleo de trabalho, são indispensáveis à concretização deste mesmo estágio. Enumeremo-los.

Ao grupo de estagiários constituído pelos elementos Ana Santos, Bruno Lobo e Luísa Gonçalves, junta-se um outro composto pelas orientadoras. A prática pedagógica

supervisionada nas áreas disciplinares de Geografia e de História ficou a cargo da Dra. Maria da Luz e da Dra. Sara Trindade, respetivamente. No que toca à orientação científica, esta ficou sob a responsabilidade da Doutora Ana Sampaio, no âmbito da História, e da Doutora Adélia Nunes, no âmbito da Geografia.

Antes de prosseguir para a descrição do espaço e do ambiente desta instituição educativa, não podemos deixar de apresentar um compêndio dos momentos mais importantes da sua história. Para tal devemos remontar aos inícios da década de 60 do século XX, altura em que, por determinação do D. Ernesto Sena de Oliveira, à época Bispo de Coimbra, é criado um colégio dedicado a São Teotónio e ministrado pela Igreja Católica. O início da sua atividade educativa data de Outubro de 1963.

Neste meio século de existência salientamos a preocupação desta instituição em apetrechar-se com uma diversidade assinalável de recursos que hoje em dia lhe permitem disponibilizar à sua comunidade escolar uma extensa e diversificada oferta educativa. Referimos, a título de exemplo: a inauguração do Cineteatro em 1974, a concessão do Paralelismo Pedagógico em 1985, a inauguração do Infantário em 1986 e da Escola de Música em 1988, a celebração do Contrato de Associação com o Ministério da Educação no ano letivo 1996/1997 e a inauguração da Secção de Judo em 1999.

Estando inserido na Junta de Freguesia de Santo António dos Olivais, o CST localiza-se na Rua do Brasil, uma das principais e mais movimentadas artérias da cidade de Coimbra que, juntamente com a habitação, contempla um significativo e diversificado número de serviços. De igual modo, a proximidade de outras instituições educativas – o Colégio Rainha Santa Isabel (CRSI) e as Escolas Secundárias Avelar Brotero e Infanta D. Maria - e o progressivo estabelecimento de serviços dedicados ao lazer – o Parque Verde do Mondego em 2004 - e ao comércio - centro comercial *Dolce Vita* em 2005 – contribuíram para que esta área seja propícia à convivência estudantil.

A oferta educativa deste estabelecimento de ensino caracteriza-se tanto pela sua abrangência etária, desde o Ensino Pré-Escolar até ao Ensino Secundário, como pela sua diversidade, criando condições necessárias à implementação de um “ensino articulado” entre as disciplinas da área artística (música) e as de carácter geral (Português, Ciências, entre outras). Neste âmbito, a existência de uma Escola de Música e de uma Escola de Teatro apresenta-se como um importante complemento para os alunos que optem por esta modalidade de ensino.

A contrapartida financeira que esta diversidade de serviços implica, sobretudo partir do ensino básico, contribui para que o nível socioeconómico dos seus alunos seja maioritariamente médio/alto. De igual modo, o facto de deter uma Residência de Estudantes (Feminina e Masculina)¹¹ permite-lhe deter alunos de diferentes proveniências, tanto a nível nacional como internacional.

À luz do que já foi mencionado anteriormente, o CST dispõe de amplos recursos pedagógicos que possibilitam à sua comunidade docente e estudantil executar e desfrutar do alargado número de atividades desenvolvidas ao longo do ano letivo. Foquemo-nos nestes recursos.

Ao nível das salas de aula¹², além de apetrechadas com quadros interativos multimédia, projetores de vídeo, computador e acesso à internet, o seu uso está reservado e adaptado¹³ a uma turma, a qual fica responsável por manter este espaço limpo e organizado ao longo do ano letivo. Desde cedo, Procura-se, desde cedo, incutir entre os alunos a aquisição de hábitos e boas práticas da vida em grupos, um sentido de pertença e de respeito tanto pelo outro como pelos espaços comuns.

A existência de diferentes tipos de infraestruturas – biblioteca, cineteatro, pavilhão de desportos coletivos, ginásio, sala de audiovisuais, salas de música, laboratórios de Química, Física e Ciências - assume uma importância capital enquanto espaços de apoio ao processo de ensino aprendizagem desenvolvido na sala de aula mas também de realização de eventos de diversa ordem (exposições, concertos musicais, conferências, ...) relacionados com o panorama internacional (Dia Internacional da Família, Dia Mundial do Teatro, ...) ou com a orgânica do colégio (Cerimónia de Abertura Solene do Ano Letivo, Dia de São Teotónio, Semana das Humanidades, ...). A valência da multifuncionalidade aplica-se igualmente a áreas destinadas ao lazer e convivência da comunidade escolar como o bar e os recreios, no caso do segundo é igualmente escolhido para a realização das cerimónias de abertura e encerramento do ano letivo.

De destacar ainda a existência de inúmeras medidas de apoio ao aluno e das quais saliento as Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC'S) e os Salões de Estudo.

¹¹ O colégio dispõe de dois regimes de frequência: Interno e Externo. Ao segundo podem ser incluídos, individualmente ou em conjunto, os serviços de almoço e de lanche.

¹² À exceção do espaço destinado à Educação Visual.

¹³ A título de exemplo, as salas de aula destinadas ao Ensino Profissional detêm maiores dimensões como forma de comportarem um espaço extra destinado ao ensaio das peças teatrais.

Relativamente à primeira encontra-se dividida em quatro grupos: humanista-cristãs (catequese, clube do estudante solitário), desportivas (judo, karaté e futsal), cultural-recreativas (Clubes de Guitarra, Orf, Xadrez, Teatro, Artes, Jornalismo e Grego, Oficina de Jornalismo, Coq Aventures, Inglês, Coro e Ballet) e científico-ambientais (Atelier das Ciências, Oficina do Ambiente, TeoAqua Hobby, +Saúde e TopMat). Já os Salões de Estudo pautam-se por sessões que, ocorrendo após última aula do dia, detêm um carácter obrigatório e nos quais os alunos podem fazer os trabalhos de casa, preparar e estudar as matérias para os testes e esclarecer dúvidas com o docente. O foco de trabalho centra-se de forma equitativa nos alunos com maiores e menores dificuldades, visando reforçar e aperfeiçoar as suas aprendizagens, respetivamente.

Relativamente às turmas abrangidas por este estágio pedagógico supervisionado, tive o privilégio de lecionar a um total de sete turmas: quatro no âmbito da Geografia (I, II, III e IV) e três no âmbito da História (V, VI e VII). A opção por uma prática pedagógica mais abrangente e diversificada deveu-se ao facto de não existir uma turma afeta a ambas a orientadoras, impossibilitando a leção das duas áreas científicas à mesma turma.

Tendo em vista uma análise mais pormenorizada, optei por selecionar as duas turmas que se enquadram no projeto didático que elaborei para este relatório, refiro-me à I e à VII.

Estando englobada numa das direções de turma da Dra. Maria da Luz, a I era composta por um total de vinte e sete elementos¹⁴, de entre os quais quatro frequentam o regime de Internato e os restantes o regime de Externato com Almoço. A sua média de idades encontra-se entre os 12/13 anos, havendo três alunos com idades superiores.

De entre os vinte e sete elementos já mencionados, a grande maioria (17) transitou sem classificações negativas, entre os quais sete alunos obtiveram Quadro de Honra no ano transato, por outro lado, além dos alunos novos (4)¹⁵, existe, igualmente, uma minoria sujeita a Planos de Intervenção e de Acompanhamento Pedagógico, a qual engloba um aluno abrangido pelo DL (Decreto-Lei) nº3/2003 de 7 de Janeiro, isto é, pelas Necessidades Educativas Especiais.

¹⁴ A meio do ano letivo o número de alunos reduziu para vinte e seis enquanto resultado do regresso de um dos seus alunos para a sua terra natal.

¹⁵ Dos quais três já são alunos no colégio - dois ficaram retidos no 8º ano e outro transitou do Ensino Integrado para o Ensino Regular – e o quarto provem de outro estabelecimento de ensino.

Numa turma pautada pela heterogeneidade, a lecionação revelou-se um tremendo desafio. Mais do que obter uma melhoria generalizada das aprendizagens, sobretudo dos que apresentam maiores dificuldades neste capítulo, o repto passava por elaborar uma estratégia didática capaz de integrar estes diferentes tipos de alunos na orgânica da aula. As valências detidas pela turma e o incansável apoio concedido tanto pela Dra. Maria da Luz como pelos colegas estagiários facilitaram este processo.

O facto de se tratar de uma turma com um elevado espírito crítico e participação ativa contribuiu para a existência de inúmeras e pertinentes trocas de ideias entre o professor e os alunos. Estas valências eram particularmente visíveis nos alunos que patentearam um bom rendimento escolar ao longo do ano letivo, originando um clima de competitividade sadia entre si. A convocação dos restantes elementos a participar na orgânica da aula constituiu outro estímulo para o docente.

Por sua vez, a lecionação ao nível do Ensino Secundário revelou-se um desafio igualmente aliciante mas, acima de tudo, surpreendente¹⁶. Tratando-se de um grupo de trabalho reduzido - cinco elementos – pareciam estar reunidas as condições para a implementação de uma estratégia assente num constante diálogo vertical entre os alunos e o docente. Porém, a turma revelou dificuldades ao nível da capacidade de concentração e de participação nas tarefas propostas ao longo dos 90 minutos, facto que nos levou a repensar as estratégias adotadas até ao momento. Competia-nos, pois, elaborar uma estratégia de motivação/aprendizagem capaz de captar a atenção de alunos com um nível de maturidade superior ao que havia encontrado até então.

Apoiada num constante diálogo vertical, a estratégia passou por induzir a participação dos alunos em tarefas de sala de aula, entre as quais salientamos a leitura e interpretação de textos, o visionamento e interpretação de vídeos, a audição e interpretação de músicas, o preenchimento de esquemas elaborados no quadro tradicional ou a interligação entre o quotidiano dos alunos e os conteúdos lecionados.

Reconhecendo que se tratou de uma tarefa árdua, as melhorias foram-se notando de forma ténue e progressiva, sobretudo ao nível do surgimento de algum espírito crítico, o qual resultaria em pertinentes trocas de ideias entre os alunos e o docente.

¹⁶ Enquanto resultado de uma ideia pré-concebida formada enquanto aluno assente num ensino secundário onde a maior preparação e conhecimento detidos pelos estudantes deveriam permitir ao docente adotar o diálogo vertical enquanto recurso fundamental para a lecionação e discussão dos conteúdos temáticos.

Tendo identificado e caracterizado a escola e as turmas que englobaram este estágio pedagógico supervisionado, cabe-nos avançar, no próximo capítulo, para a descrição das atividades letivas que foram desenvolvidas ao longo do ano letivo, assim como as várias etapas em que assentaram.

1.2. Atividades letivas

Com início do estágio marcado para Outubro de 2013, em poucos dias os professores estagiários foram apresentados às suas respectivas orientadoras e iniciaram a sua prática docente nas respetivas escolas. No âmbito do Colégio de São Teotónio, o primeiro dia ficou marcado pelo conhecimento das suas instalações e pela compreensão da sua orgânica. Percurso durante o qual tivemos a oportunidade de conhecer o seu Diretor, o Sr. P. Manuel Carvalheiro Dias.

Os primeiros seminários pedagógicos serviram tanto para definir os trâmites em que o estágio iria decorrer como para retirar dúvidas decorrentes de quem desempenhava este tipo de tarefas pela primeira vez, a de professor estagiário e a de orientadora pedagógica, respetivamente.

Ao nível da prática pedagógica adotou-se uma via mais abrangente e diversificada, isto é, que contempla-se um maior número de turmas e de programas curriculares, optando-se por não ficar nenhuma turma agregada a um só estagiário. As principais razões que nortearam esta escolha deveram-se ao facto de, por um lado, não existir uma turma afeta às duas orientadoras, por outro, o núcleo de estágio concordar que este tipo de prática, além de ambicioso, traria maiores benefícios ao nível da prática letiva em resultado do contacto com diferentes níveis de ensino. Porém, inicialmente optou-se por uma lecionação restringida ao 3º ciclo do Ensino Básico, resguardando-se o Ensino Secundário para o segundo período, quando a prática docente estivesse mais aprimorada.

Tratando-se de um modelo de aprendizagem que vai além do escasso número de turmas que habitualmente ficam adstritas aos estagiários, implica uma convivência com múltiplas e díspares realidades. Por este facto parece-nos ser o que mais se aproxima do real quotidiano de um docente.

Nas próximas linhas iremos apontar, de forma breve, as principais atividades letivas que este estágio englobou, assim como a nossa participação nas mesmas. Naturalmente, daremos maior ênfase às várias etapas - preparação, planificação e concretização – em que assentou a lecionação de uma aula e as dificuldades sentidas.

De uma maneira geral cumpro praticamente¹⁷ na íntegra as atividades que me propus realizar e participar. Refiro-me ao número mínimo (ultrapassado) de aulas a lecionar, à assistência das aulas lecionadas pelos restantes membros do núcleo de estágio e dos seminários pedagógicos semanais realizados pela orientadora de escola, elaboração de planificações a curto prazo nas turmas para as quais lecionámos, participação em reuniões de departamento, conselhos de turma, reuniões intercalares e de avaliação de final de período, por último, colaboração na realização e correção de uma ficha sumativa das turmas adstritas ao núcleo de estágio.

Estas atividades são passíveis de serem aplicadas às duas áreas científicas em questão. O mesmo não sucedeu ao nível da preparação, planificação e concretização da prática docente. Elucidemos.

Como é sabido, o EPS tem por objetivo proporcionar aos seus alunos uma primeira ligação com a realidade e orgânica da carreira docente, em suma, uma primeira experiência enquanto professor. Em analogia com as dificuldades inerentes a quem está a realizar uma tarefa pela primeira vez, a (in)formação adquirida no ano letivo transato e com a qual enfrentei este desafio veio a revelar-se insuficiente, sobretudo nos conteúdos relativos à elaboração de uma planificação. Enquanto tarefa basilar no processo de elaboração de uma aula, deve ser alvo de uma atenção e prática redobradas.

O mesmo sucede quando somos confrontados com uma área científica sobre a qual não detemos os conhecimentos necessários ao nível dos conteúdos e dos recursos a utilizar na sala de aula. Um aspeto que se refletiu nos estagiários de ambas as áreas, os quais sentiram dificuldades de adaptação à área sobre a qual detinham menores conhecimentos. No meu caso foi a Geografia e, como tal, reconheço (e agradeço) o incansável auxílio prestado pela Dra. Maria da Luz em procurar minorar as lacunas apresentadas.

Estes foram, por linhas gerais, os principais obstáculos com que me deparei nos primeiros tempos de lecionação. O restante estágio caracterizou-se por um processo de aprendizagem normal, caracterizado por uma constante (re)formulação de questões e dissipação de dúvidas.

Centramo-nos, agora, na caracterização das três etapas (preparação, planificação e concretização) mencionadas anteriormente e das principais dificuldades sentidas durante

¹⁷ Exceção terá de ser feita a pontuais ausências cuja justificação foi previamente transmitida à respetiva orientadora de escola.

a sua realização. Seguindo uma orientação lógica, principiaremos pela fase da “preparação”, seguida da “planificação”, terminando na terceira (e última) fase, a “concretização”.

Neste âmbito, a maior familiaridade que detida ao nível de recursos e bibliografia na área de História permitiu-me ter um maior à vontade na preparação das aulas para esta disciplina, o que não ocorreu ao nível da Geografia. Porém, tal não impediu que ao longo do ano viesse a conhecer novos recursos e, com eles, novas estratégias de ensino/aprendizagem.

O processo adotado na primeira etapa – a preparação - passou pela recolha prévia de bibliografia de aprofundamento dos conteúdos a lecionar e pela seleção de recursos suscetíveis de serem utilizados na sala de aula.

Segue-se a planificação, cuja realização é feita em consonância com os restantes membros do núcleo de estágio. O facto de nem sempre haver a possibilidade de conciliar os horários da orientadora e dos estagiários fazia com que, pontualmente, qualquer momento e local fossem pertinentes para a troca de ideias, tendo em vista o aperfeiçoamento das planificações.

A materialização destas tuas últimas etapas – planificação e lecionação - revelou-se a tarefa em que detive maiores dificuldades, contudo, assumo esta dificuldade como própria do estágio de aprendizagem em que me encontro, devendo a mesma atenuar com o acumular da prática docente.

Por outro lado, ao longo deste estágio foram adquiridas valências que não devem ser olvidadas. Saliento a relação de cumplicidade mantida com as turmas, o tempo e dedicação implementados na seleção de conteúdos programáticos e estratégias de motivação/aprendizagem, bem como o espírito de camaradagem que tive para com os restantes elementos do núcleo de estágio.

Outra vertente importante deste EPS está relacionada com as atividades extralectivas, cuja projeção esteve limitada, desde início, pelo atraso ocorrido no início do estágio. Dedicamos-lhe alguma atenção no capítulo que se segue.

1.3. Atividades extraletivas

Á luz do que foi dito anteriormente, a planificação das atividades extraletivas, por parte dos estagiários, encontrou-se, desde logo, limitada pelo facto de o início do seu estágio ter ocorrido somente em Outubro, mês em que colégio já tem o seu plano de

atividades concluído, dificultando de sobremaneira a integração de qualquer tipo de projeto. Todavia, e apesar das dificuldades iniciais, o núcleo de estágio idealizou e concretizou alguns dos seus projetos, de entre os quais destaco os seguintes: a palestra sobre os Direitos Humanos e a cronologia sobre os 50 anos de história do Colégio São Teotónio. Aprofunde-mos um pouco sobre ambos.

Relativamente à palestra, enquanto ideia provida pela colega Luísa Gonçalves, além de inserida na celebração do Dia Internacional dos Direitos Humanos, contou com a presença da Amnistia Internacional, representada pela Dra. Bárbara Barata, coordenadora do núcleo local de Coimbra. Além de ter dado a conhecer o trabalho desenvolvido por esta organização não-governamental, a sua exposição objetivou igualmente alertar os alunos do 9º ano para casos reais de violação dos Direitos Humanos por todo o Mundo mas, também, em Portugal.

Por seu lado, a cronologia, detendo o propósito de se inserir na temática "CST, 50 anos na arte de educar", objetivou realizar uma sobreposição entre três realidades: a internacional, a nacional e a local (CST). Embora tenha sido idealizada por mim e pelo Bruno Lobo, contou com a participação dos restantes membros do núcleo de estágio, principalmente a Dra. Sara Trindade e as turmas do 7º ano, cujos alunos ficaram responsáveis por pesquisar os acontecimentos relevantes ocorridos nos anos que lhe ficaram adstritos. A exibição do "produto final" ficou reservada para o dia de encerramento do ano letivo, juntamente com outros trabalhos desenvolvidos, ao longo do ano letivo, por todas as turmas do colégio.

Destacamos, ainda, a presença e auxílio do núcleo nas atividades desenvolvidas pelo colégio. Além da presença na Semana das Humanidades¹⁸, o auxílio prestado na preparação e realização de visitas às Buracas do Casmilo e às ruínas de Conímbriga, inseridas numa dinâmica de revisão de conteúdos programáticos de História do 7º ano, mais precisamente do capítulo "2.2 O mundo rumando no apogeu do Império".

Apresentadas as linhas gerais que nortearam este estágio, avançamos para o seu balanço final, no qual procuraremos ser sintéticos e objetivos.

¹⁸ Para a qual pretendi facultar um conferencista que desse uma visão global das valências intrínsecas ao trabalho de um historiador, porém acabou por não se concretizar.

1.4. Balanço final

Singular. É este o adjetivo mais acertado quando chega a hora de caracterizar a experiência concedida por este estágio, o permitiu, não só, desmistificar inúmeras ideias pré-concebidas como, também, edificar uma nova visão acerca do que é ser um professor, um pai, um irmão, um amigo. Para o bem e para o mal, a carreira docente engloba todas estas valências.

Neste âmbito, a adoção, por parte deste núcleo de estágio, de uma prática docente mais abrangente e diversificada revelou ser uma aposta acertada. Não obstante do grande desafio que representou, teve o mérito de aproximar os estagiários do que é realmente o quotidiano de um docente, isto é, o de lidar com um maior número de programas e de realidades que vão muito além da parca realidade que comumente é apresentada aos professores estagiários.

A interação com um maior número de turmas revelou ter tanto de trabalhoso como de gratificante. Não só pelo desafio pedagógico, didático e científico que constituiu, por um lado, adaptar-me às diferentes turmas/realidades e procurar com que estas também se adaptassem á forma de lecionar do docente mas, por outro, pela preocupação constante em manter um acentuado e contínuo rigor científico, independentemente das mudanças repentinas de conteúdos decorrente da interação com um vasto leque de programas curriculares. Em suma, tratou-se de uma experiencia inolvidável mas, ainda assim, incompleta tendo em conta o natural distanciamento que detemos relativamente às funções e responsabilidades de índole administrativa que são confiadas ao docente.

Mais do que uma instituição de ensino, a escola (seja ela pública ou privada) tornara-se um estabelecimento a quem os pais ou encarregados de educação depositam a educação dos seus filhos. Estarão equivocados ao fazê-lo? De modo algum, o erro encontra-se sim no facto de estes, na vez de repartirem as responsabilidades inerentes a este processo, confiarem (integralmente) esta responsabilidade à escola.

No âmbito da orgânica escolar o panorama não sofre melhorias. Desde a gestão/coordenação de órgãos e estruturas escolares – a direção, o jornal da escola, entre outros - às tarefas concedidas pelo Ministério da Educação – metas curriculares por exemplo – o professor vai acumulando outras tarefas que, não obstante de se englobarem no âmbito do seu trabalho, merecem um tipo de distribuição mais harmoniosa, de forma a evitar a sobrecarga que se verifica nos dias de hoje e da qual fui testemunha ao longo deste ano letivo.

Retornamos, agora, ao Colégio São Teotónio e à sua comunidade escolar, sobre a qual me iremos debruçar nas próximas linhas.

Como não poderia deixar de ser, começamos por evocar a Dra. Maria da Luz e a Dra. Sara Trindade, cuja vivacidade no desempenho função de orientadora não deixaram transparecer uma possível inexperiência, própria de quem desempenhava esta função pela primeira vez. Deste modo, cabe-me renovar, não só, os agradecimentos pelo apoio concedido mas, também, as felicitações pela forma distinta como ultrapassaram este desafio, o qual também se lhes constituiu um processo de aprendizagem.

Em conjunto com estas tive, igualmente, o prazer de conviver com o grupo de docentes e de outros elementos responsáveis pela dinamização do colégio. O proveito que estes conseguem retirar dos vastos recursos que têm ao seu dispor confere autenticidade ao princípio que norteia esta instituição: *“o humanismo cristão, um projeto educativo, uma escola plural”*. É, aliás, através deste último conceito, o de pluralidade, que melhor se consegue caracterizar este colégio, o qual se pauta pela distinção.

Como já tivemos oportunidade de mencionar anteriormente, o facto de se tratar de uma instituição propícia à coexistência de alunos de diferentes nacionalidades, naturalidades, meios socioeconómicos, mais do que criar diferenciações, fomenta a existência de um espírito de camaradagem na sua comunidade educativa. Exemplo disso é o companheirismo demonstrado pelas turmas para com os alunos abrangidos pelas NEE, procurando que estes não se encontrassem isolado dos restantes membros do grupo.

Em jeito de conclusão, deixam-se algumas propostas relativas à orgânica deste mestrado, as quais, procurando dar a conhecer soluções (de preferência exequíveis), visão manter uma atitude ativa perante questões que podem ser alvo de aperfeiçoamento. Neste âmbito, apresentamos duas soluções que visam a remediar a falta de bases sólidas detidas, por parte dos estagiários, relativamente ao conhecimento da orgânica de uma sala de aula e das várias etapas que constituem a realização de uma planificação. Ao nível da primeira, julgamos que seria vantajoso uma participação pontual dos alunos de primeiro ano no quotidiano das escolas, podendo-se aproveitar um ou outra aula lecionada pelos professores estagiários para que estes tenham uma noção prévia dos desafios que, não só, os aguardam no ano seguinte como, também, caracterizam o dia-a-dia de um professor. Com um número máximo de dois elementos por grupo, a promoção de um encontro desta natureza parece-nos suficiente, visto estarmos igualmente cientes das dificuldades

inerentes á tentativa de conjugação dos diferentes horários por parte dos alunos, estagiários e professores.

No que diz respeito à segunda problemática, a sua resolução parece-nos mais simples, consistindo na necessidade de existir uma maior incidência sobre as três etapas que já referimos anteriormente como sendo as constituintes da planificação de uma aula.

Outro ponto que merece a nossa atenção é o processo de avaliação, no qual julgamos ser adequado que os diferentes orientadores de faculdade percorressem o maior número de escolas, de forma a permitir ter uma terceira opinião – além das orientadoras de escola e de faculdade adstritas - relativamente às diferentes etapas de avaliação. Embora reconheçamos que tal facto tornaria a tarefa mais trabalhosa, por outro, traria vantagens ao nível do complemento que iria conferir às diferentes avaliações que são levadas a cabo durante o estágio.

Com o findar deste capítulo damos, igualmente, por terminado todos os conteúdos relativos ao percurso do EPS mas, por outro, damos início, com o próximo capítulo, à apresentação do estudo desenvolvido no âmbito dos seminários científicos de História e Geografia. Principiemos, pois, com os enquadramentos físico, do distrito de Coimbra, e demográfico, igualmente alusivo ao panorama nacional.

2 - Estudo desenvolvido no âmbito dos seminários científicos de História e de Geografia

2.1 – Enquadramento geográfico

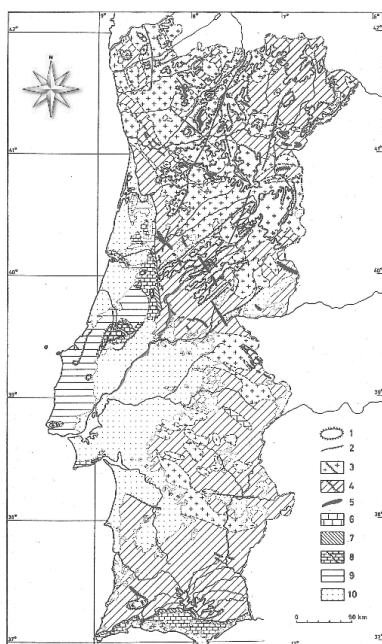
2.1.1 – Contextualização física: o distrito conimbricense

Situado na região Centro de Portugal Continental, o distrito de Coimbra engloba as sub-regiões do Baixo Mondego e do Pinhal Interior Norte, sendo circunscrito a oeste pelos distritos de Aveiro e Viseu, a leste pelos distritos da Guarda e Castelo Branco, a sul pelo distrito de Leiria e a oeste pelo Oceano Atlântico. Com uma área aproximada de 3947 km², consiste no décimo segundo maior distrito de Portugal.

Do ponto de vista administrativo, encontra-se subdividido em dezassete municípios. Enumeremo-los: Arganil, Cantanhede, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Góis, Lousã, Mira, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Oliveira de Hospital, Pampilhosa da Serra, Penacova, Penela, Soure, Tábua e Vila Nova de Poiares.

No que respeita à sua constituição geológica, esta região de Coimbra encontra-se situada sobre a linha que, entre Tomar e Espinho, separa as formações da “orla mesoceno-zóica” e do “maciço antigo ibérico”, localizadas a Oeste e a Leste, respetivamente. Encontramo-nos, deste modo, perante uma paisagem de contrastes estruturais - as colinas e planícies a Oeste e as serras e os planaltos a Leste – espelhada na existência de uma faixa litoral praticamente plana, de altitude reduzida, até um interior mais assimétrico, derivado de um relevo mais acentuado. Concretizemos.

Através da análise do Mapa 3, é-nos possível averiguar que o predomínio de areias, argilas e calcários ao longo da linha de costa concorre para a existência de fenómenos como a linha de lagoas existente entre Quaios e Mira, a grande planície aluvial do Mondego ou colinas com uma média 200 metros de altitude - as áreas de Condeixa, Souselas e Cantanhede – tomando a denominação de serras quando ultrapassam estes valores. É o caso da Serra da Boa Viagem, da Serra do Rabaçal e da Serra do Sicó, com 214 metros, 532 metros e 553 metros de altitude, respetivamente. Em suma, à medida que nos encaminhamos para o interior do distrito, o crescente predomínio de xistos, quartzitos e granitos, igualmente perceptível no Mapa 3, é acompanhado por uma alteração do panorama paisagístico, agora dominado pelas massas montanhosas e extensões planálticas¹⁹.



Mapa 3 – Mapa estrutural de Portugal Continental

Fonte: Rebelo, 1996, p. 123.

¹⁹ REBELO, Fernando, Coimbra e região, pp. 3-4.

Dentro do nosso caso de estudo, podemos exemplificar este fenómeno com o “maciço marginal de Coimbra”, uma linha de relevo N-S, situada a leste da cidade, composta pelas Serras do Roxo e da Azeiteira ou do “horst” do Senhor da Serra, um grande alinhamento SW-NE da “Cordilheira Central” com as Serras da Lousã, de São Pedro de Açor e da Serra da Estrela, esta última já se estende pelos distritos da Guarda e Castelo Branco²⁰.

Análogo a esta caracterização de teor morfológico encontramos a de natureza climática, fruto da influência direta que existe entre a altitude e a temperatura, cujos valores modificam, em média, 0,6/0,7°C no sentido inverso aos do primeiro. Isto é, o progressivo aumento da altitude traduz-se numa, também progressiva, diminuição da temperatura.

Enquanto área caracterizada, na sua totalidade, por um clima mediterrâneo, a Região Centro e, mais especificamente, o distrito de Coimbra, detêm no Oceano Atlântico o seu principal agente regularizador climático. Através do Gráfico 1, alusivo à temperatura média anual, é-nos possível averiguar, com base nos valores da Barra do Mondego, que quanto maior for a proximidade do oceano, maior é o seu efeito amenizador, contribuindo para que os contrastes ao nível da temperatura sejam reduzidos. Por outro lado, nos casos de Coimbra e, sobretudo, Lousã/Boavista, o maior distanciamento relativamente ao oceano colabora para um maior impacto dos efeitos da continentalidade, espelhados na existência de um maior contraste entre os valores de temperatura média. Aprofunde-mos a nossa análise²¹.

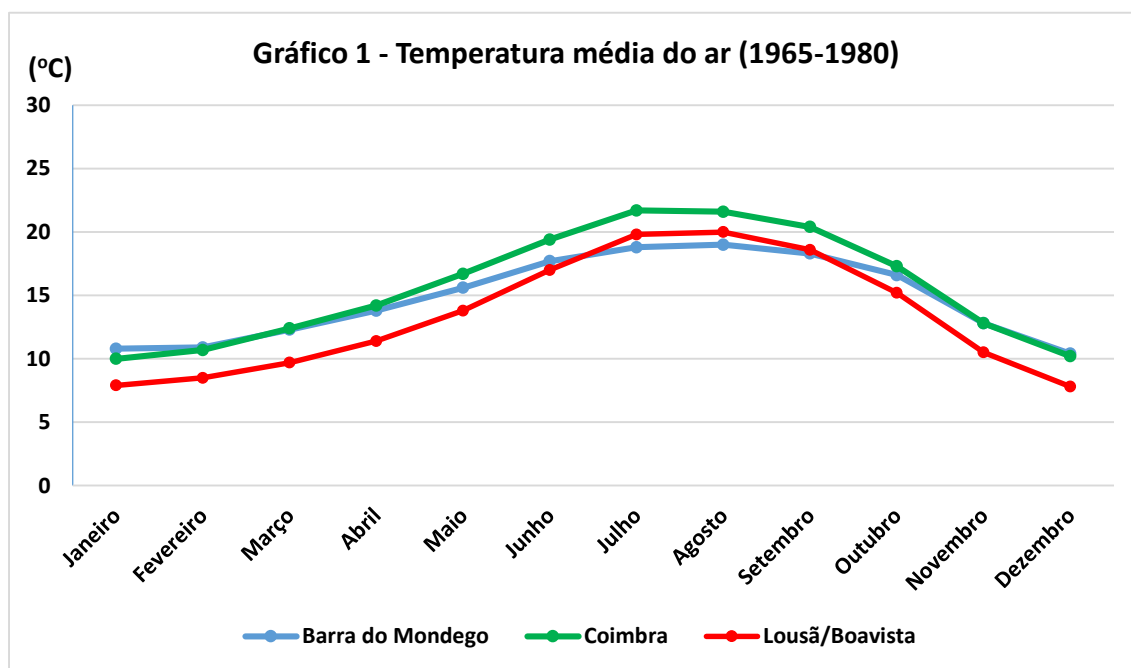
Ao nível da variação da amplitude térmica anual, parece-nos evidente que se trata de um fenómeno extensível aos três casos de estudo, isto é, os valores mais baixos concentram-se nos meses correspondentes ao Outono, Inverno e Primavera, enquanto a estação veraneia (Junho, Julho e Agosto), acarretando um aumento generalizado das temperaturas, engloba os valores mais elevados. Todavia, à medida que nos deslocamos do litoral para o interior, isto é, da Barra do Mondego para a Lousã/Boavista, as variações súbitas de temperatura acentuam-se, ao ponto de, nesta última estação, se verificar, por exemplo, um aumento de 4°C no período de transição entre a Primavera e o Verão, isto é, de Maio para Junho.

²⁰ REBELO, Fernando, ob. cit, pp. 5-6.

²¹ RIBEIRO, Orlando, Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico, p. 39.

Neste âmbito, não nos devemos olvidar do idêntico contributo que o relevo detém nestas discrepâncias ao nível da temperatura média anual. De resto, a Fig. 1, representativa da variação altimétrica no distrito conimbricense, revela-nos a presença de uma saliência de altitude considerável constituída pela vertente ocidental da Cordilheira Central, mais precisamente pelas serras do Açor e da Lousã, cuja altitude considerável funciona como barreira à passagem das massas de ar provenientes do Atlântico²².

No que diz respeito à precipitação média anual, através de uma análise mais atenta da Fig. 2, é perceptível que as regiões detentoras das maiores quantidades precipitação média anual são as que estabelecem, também, os maiores contrastes hipsométricos. É o caso das Serras do Buçaco, da Lousã e do Açor, com valores entre os 1200 e os 2000 milímetros de precipitação anual. No restante distrito, os valores alternam, maioritariamente, entre os 700 e os 1000 milímetros.



O Clima de Portugal – Normais climatológicas da região de «Entre Douro e Minho» e «Beira Litoral», correspondentes a 1951-1980, vol. 1 – 1ª região, Lisboa; Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, 1990, pp. 63-70.

Em jeito de síntese, os dados analisados até ao momento permitem-nos averiguar que, á medida que nos afastamos do litoral e o impacto regularizador do oceano reduz, as temperaturas alternam drasticamente, tornando, a título de exemplo, os seus Verões mais quentes e os seus Invernos mais frios. Analogamente, o facto de o número de serras

²² NUNES, Adélia, “Episódios hidrometeorológicos extremos noticiados no distrito de Coimbra durante a segunda metade do século XIX” in *territorium*, p. 30.

aumentar à medida que nos deslocamos para o interior contribui, de igual modo, para o aumento dos valores de precipitação.

Após estas conclusões, urge saber que impacto detêm estes fenómenos no panorama demográfico do distrito conimbricense e, conseqüentemente, na distribuição da sua rede escolar. Abordaremos essa questão no capítulo seguinte, alusivo à conjuntura de 1930.

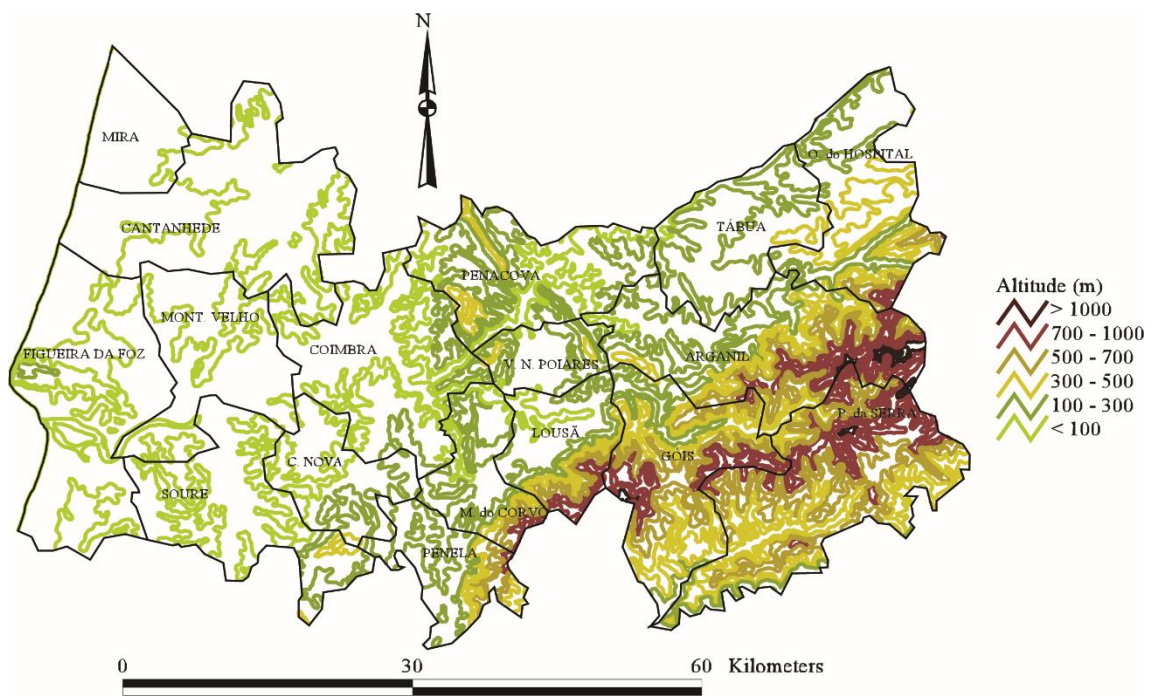


Fig. 1 - Variação altimétrica no distrito de Coimbra

Fonte: Nunes, 2013, p. 30.

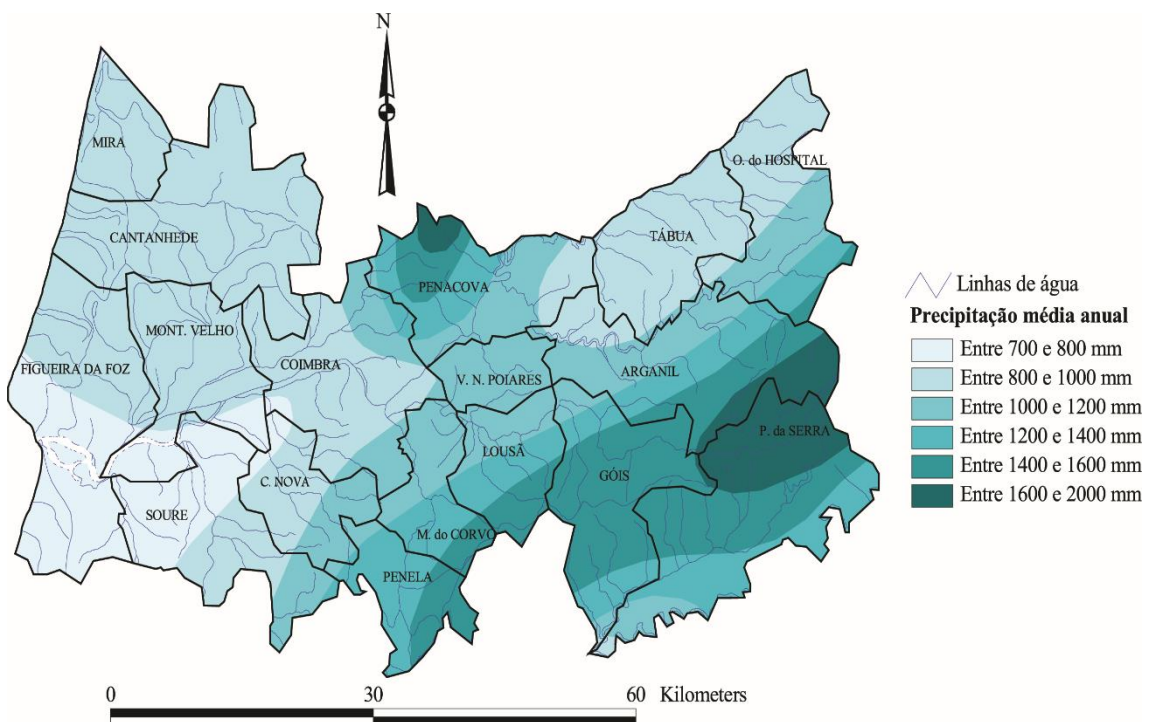


Fig. 2 – Precipitação média anual no distrito de Coimbra

Fonte: Nunes, 2013, p. 31.

2.1.2 – O panorama nacional e distrital em 1930: contextualização demográfica

Representando o período de advento da República em solo português, os inícios do século XX caracterizam-se, também, por uma crescente melhoria das condições de vida, as quais, além de permitirem uma progressiva quebra dos níveis de mortalidade, contribuem, de igual modo, para o aumento da esperança média de vida e para o envelhecimento, ainda que ténue, da pirâmide etária. Em contrapartida, fenómenos como a I Guerra Mundial (1914-1918), a epidemia da gripe pneumónica (1918-1919) ou o ciclo emigratório transoceânico²³ (1911-1920), são tidos como agentes atenuadores do crescimento demográfico, durante este período²⁴.

Trata-se, pois, da conjugação de cenários de índole externa e interna, que contribuem para um crescimento populacional na ordem das oitocentas mil pessoas (792 892), o qual se reflete na passagem de uma população total composto por seis milhões de indivíduos (6 032 991), em 1920, para uma a rondar os sete milhões (6 825 883), em 1930. Ainda com base nos dados fornecidos pelo Gráfico 2, é-nos possível averiguar que, no âmbito alusivo à população total, entre os 10 e os 19 anos, também se assiste a uma redução significativa do seu crescimento, o qual, não indo além das vinte mil pessoas (19 454), fica aquém do registo (103 145) do decénio anterior. Apuremos qual o seu impacto a nível educativo.

Tendo em conta o Gráfico 3²⁵, alusivo ao número de alunos por tipologia de ensino, é-nos possível denotar que, no período exatamente anterior ao Estado Novo, existe uma supremacia expressiva do ensino oficial (47 493) relativamente ao privado (4 057). Neste âmbito, não devemos olvidar o impacto da reforma do ensino primário, preconizada pelo ministro da Instrução Pública, Leonardo Coimbra, em 1919, enquanto outorgante do aumento da escolaridade obrigatória, até aos 12 anos e, como tal, responsável pelo aumento generalizado do número de alunos e pelo acentuar as disparidades existentes entre os ensinos oficial e privado.

Ao nível do distrito de Coimbra, os Gráficos²⁶ 4 e 5, alusivos à, população total residente e à população total residente, entre os 10 e os 19 anos, respetivamente, apontam

²³ No qual o Brasil e os Estados Unidos da América se assumiram enquanto destinos prediletos.

²⁴ MEDEIROS, Carlos Alberto - “Sociedade, Paisagens e Cidades” in *Geografia de Portugal*, Vol. 2, pp. 52-54.

²⁵ Ver alínea “4. Gráficos” nos Anexos.

²⁶ Ver alínea “4. Gráficos” nos Anexos.

para a existência de contrastes entre, por um lado, Lisboa e Porto, e, por outro, Aveiro, Coimbra, Leiria e Castelo Branco. No primeiro caso cabe-nos destacar a existência de dois aglomerados populacionais com números próximos do um milhão de pessoas, Lisboa (906 582) e Porto (810 253), seguidos de Coimbra (387 808), Aveiro (381 964), Leiria (314 540), Castelo Branco (263 573), com uma população residente significativamente mais modesta. Uma orgânica semelhante ocorre ao nível da população entre os 10 e os 19 anos, cujos valores refletem, inclusivamente, uma sobreposição do Porto (160 179) relativamente a Lisboa (155 814), assim como os distritos de Aveiro (76 428), Coimbra (74 151) e Leiria (68 242) se demarcam claramente de Castelo Branco (25 642).

É, pois, com base num panorama caracterizado, por um lado, num contraste entre o crescimento da população total, e o decréscimo da população entre os 10 e os 19 anos, e, por outro, numa supremacia do número de alunos do ensino público relativamente ao privado e doméstico, que entramos no dealbar da década de 30 e começos do Estado Novo. Resta-nos, agora, descrever o seu impacto no município conimbricense.

2.1.2.1 – O município de Coimbra em 1930

Pautado por uma distribuição pouco homogénea ao nível da sua população residente, o Quadro 1 mostra-nos, de igual modo, a função nuclear que a cidade de Coimbra desempenha, neste fenómeno, enquanto principal polo agregador. Num total superior a setenta e cinco mil pessoas (77 439), a sua distribuição faz-se, maioritariamente, entre os principais aglomerados populacionais, localizados nas regiões mais centrais. É o caso de São Bartolomeu (10 927), Santa Clara (8 792) e Almedina (8 592) mas, também, de freguesias mais periféricas como São Martinho de Árvore (6 057), Cernache (4 158) ou Ribeira de Frades (3 585). Por sua vez, as freguesias com as menores densidades populacionais, isto é, com uma população residente inferior a mil indivíduos, concentram-se, maioritariamente, nas áreas mais próximas dos limites do município. Referimo-nos às freguesias de Torre de Vilela (440), São João do Campo (533), Arzila (568), Castelo Viegas (612), Vil de Matos (689), Antanol (912) e Lamarosa (986).

Ao nível da sua distribuição entre sexos existe uma discrepância, ainda que ténue, entre o sexo feminino (39 568) e o masculino (37 891). Todavia, o âmbito educativo traz-nos novidades a este respeito. Tomemos por exemplos os dados apresentados pelo Quadro 2, alusivo ao Movimento Geral dos Alunos no Secundário Geral.

Contrariamente ao que sucede nas duas variáveis anteriores, o panorama escolar reflete um número de alunas inferior ao número de alunos, transparecendo, desde logo, limitações de acesso ao ensino impostas ao sexo feminino. A título de exemplo, num total superior a vinte mil (21 795) alunos matriculados no Secundário Geral, estes repartem-se, maioritariamente, entre o sexo masculino (15 798), por um lado, e pelo ensino oficial (17 371), por outro, seguido dos ensinos particular (3 552) e doméstico (872).

Por sua vez, a taxa de sucesso, a nível nacional, pende favoravelmente para o sexo feminino (76%) comparativamente ao masculino (68%), já no âmbito conimbricense as disparidades atenuam ao ponto de o sexo masculino (70%) ultrapassar o feminino (67%). Se ao nível dos alunos devemos ressaltar o contraste existente entre as taxas de aprovação detidas pelos Liceus Dr. Júlio Henriques (81%) e José Falcão (78%) e as ostentadas pelos ensinos privado (64%) e doméstico (54%), ao nível das alunas o cenário, não só, se mantém, como, inclusivamente, se acentua, cabendo aos ensinos privado (58%) e doméstico (66%) a função de amenizar o impacto favorável detido pelos Liceus Infanta Dona Maria e José Falcão, ambos titulares de uma taxa de aproveitamento máxima.

Partindo da análise de outras variáveis, os números relativos aos alunos transferidos permitem evidenciar, à exceção do Liceu Dr. Júlio Henriques, o papel do ensino doméstico enquanto destino predileto para os estudantes saídos dos Liceus Infanta D. Maria e José Falcão. Uma orgânica local que, todavia, não vai de encontro à nacional, onde num total de 1 048 alunos transferidos, a sua distribuição é feita, maioritariamente, entre o ensino oficial (36%) e o ensino privado (38%), quedando-se o doméstico (26%) por uma posição mais modesta. O mesmo tipo de dinâmica ocorre ao nível da alínea referente aos “Examinados”, isto é, a existência de uma supremacia dos ensinos público e privado sobre doméstico.

No que toca às taxas de aprovação, vislumbra-se uma alteração baseada numa ascensão do ensino oficial sobre os restantes. Se no panorama nacional as dissimetrias existentes entre a sua taxa (79%) e as do ensino particular (66%) e doméstico (58%) não são significativas, no âmbito local as diferenças assumem contornos significativos: ensino oficial (80%), ensino privado (62%) e ensino doméstico (60%).

Uma das razões que permite explicar as várias dinâmicas demográficas explanadas até ao momento relaciona-se com a disposição da própria rede escolar do município. Neste capítulo, o Mapa 4 permite-nos vislumbrar, não só, a existência de um reduzido número de instituições escolares, as quais, inclusivamente, se mostram dispostas

de forma concentrada, conferindo-lhe um reduzido raio de ação e influência, impedindo, logo à partida, que todos os munícipes de Coimbra detenham as mesmas condições de acesso ao ensino, sobretudo os que residem nas áreas periféricas.

Neste capítulo, o facto de as freguesias em que as instituições escolares se localizam - São Bartolomeu, Almedina e Sé Nova – deterem totais populacionais que se encontram entre os mais elevados do município, permite-nos a pensar na escola enquanto um elemento a ter em conta na distribuição da população. Averiguemos melhor a sua localização.

Maioritariamente localizadas junto da atual Praça da República, a Escola Industrial Avelar Brotero²⁷ encontra-se instalada, desde 1917, no edifício secular que atualmente alberga a Escola Secundária Jaime Cortesão; no local intitulado Quinta da Rainha, onde atualmente se localiza a Maternidade Bissaya Barreto, encontrava-se instalado o Liceu Nacional Infanta D. Maria²⁸; os Liceus Nacionais Dr. Júlio Henriques e José Falcão²⁹ funcionavam, em simultâneo, no Colégio de S. Bento, atual moradia do Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra. Relativamente ao ensino privado, representado pelos Colégios Rainha Santa³⁰ e São Bento³¹, cujos edifícios se localizam, respetivamente, no edifício nº18 da Rua José Falcão, situada atrás do atual edifício da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, e, na Rua Marnoco e Sousa, junto ao Penedo da Saudade.

Em suma, é-nos possível afirmar que, pouco antes do surgimento do regime do Estado Novo, a rede escolar conimbricense apresenta uma incoerência entre uma oferta educativa, demasiado centralizada, e a distribuição da população residente, detentora de uma distribuição mais homogeneizada da população residente.

²⁷ Para mais informações ver respetiva biografia no subcapítulo “5. Biografias”, nos Anexos.

²⁸ Para mais informações ver respetiva biografia no subcapítulo “5. Biografias”, nos Anexos.

²⁹ Para mais informações ver respetiva biografia no subcapítulo “5. Biografias”, nos Anexos.

³⁰ Para mais informações ver respetiva biografia no subcapítulo “5. Biografias”, nos Anexos.

³¹ Para mais informações ver respetiva biografia no subcapítulo “5. Biografias”, nos Anexos.

Quadro 2 – Movimento Geral dos alunos no Secundário Geral, no distrito de Coimbra (1931-1932)

Número de liceus	Área geográfica	Designação dos liceus	Sexos	Exames de classe														Professores		
				Ensino Oficial									Sexos	Particular			Doméstico			
				Alunos matriculados			Transferidos			Examinados				Examinados			Examinados			
				Total	Próprio liceu	Transferência de outros liceus	Outros liceus	Ensino particular	Ensino doméstico	Total	Aprovados	Reprovados		Total	Aprovados	Reprovados	Total		Aprovados	Reprovados
47	Portugal	-	M	12 930	12 687	243	273	335	186	2 307	1 815	492	M	2 310	1 408	902	558	292	266	808
			F	4 441	4 345	96	104	60	90	492	409	83	F	1 242	944	298	314	216	98	
3	Coimbra	Liceu Dr. Júlio Henriques	M	219	217	2	4	3	2	52	42	10	M	139	89	50	68	37	31	9
		Liceu da Infanta D. Maria	F	347	334	13	8	1	17	14	-									
		Liceu de José Falcão	M	764	752	12	15	15	32	164	128	36	F	73	43	30	53	35	18	
			F	32	31	1	-	-	-	5	5	-								

Legenda: Masculino (M) e Feminino (F)

Fonte: Elaboração própria através de *Anuário Estatístico de Portugal* de 1932.

Mapa 4 - Rede Escolar do Município de Coimbra

Ano letivo 1930/1931



Fontes: Elaboração própria através de Câmara Municipal de Coimbra (<http://www.cm-coimbra.pt/>)

Legenda do mapa

Rede Pública	Rede privada
Liceu Nacional Infanta D. Maria ●	Colégio Rainha Santa Isabel ■
Liceu Nacional Dr. Júlio Henriques ●	Colégio São José ■
Liceu Nacional José Falcão ●	
Escola Industrial Avelar Brotero ○	

2.2 - O regime ditatorial “Estado Novo” (1933-1974)

«Mandar não é escravizar: é dirigir. Quanto mais fácil for a obediência, mais suave é o mando»

Cordeiro Ramos, Diário do Governo, Decreto de 19 de Março de 1932³²

Não obstante de a sua origem remeter para um período anterior ao Estado Novo, esta citação permite-nos caracterizar, no seu amago, a ideologia que norteou a política educativa de António Salazar, isto é, interessava instruir o povo mas não ao ponto de lhes conferir argumentação capaz de contestar a governação em vigor. Todavia, para podermos compreender de que forma lhe foi possível outorgar este tipo de políticas devemos, antes de mais, interessar-nos por identificar a base de apoio que, na segunda metade da década de 20, lhe permite, numa primeira fase, a sua ascensão política, e, numa segunda fase, lhe serve de amparo ao longo da sua governação.

Beneficiando, não só, de um panorama delicado do ponto de vista económico e financeiro, o seu regresso³³ à pasta das Finanças resulta, como já referimos, do usufruto de uma base de apoio que se estende entre a esfera religiosa e política. Na primeira, enquanto membro prestigiado do Centro Católico Português (CCP)³⁴, reúne o apoio da Igreja Católica, a qual vê na sua ascensão política uma hipótese de recuperar alguns dos privilégios perdidos com a política anticlerical adotada na década anterior. O significativo impacto que a religião detém no quotidiano da sociedade portuguesa permite-lhe, de igual forma, alargar a sua base de apoio popular.

É, pois, com base num jogo de conveniências, neste caso com a Igreja Católica, que António Salazar, não só, alcança uma importante base de apoio que se já se vem

³² Publicada no Decreto de 19 de Março de 1932, esta frase, juntamente com inúmeras outras, procura refletir o tipo de ideologia que se procura implementar ao nível do ensino elementar e liceal, sendo parte integrante dos seus manuais. Vide CARVALHO, Rómulo de - História do ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano, p. 738.

³³ Já havia desempenhado o cargo de Ministro das Finanças no ano de 1926, entre 3 e 19 de Junho.

³⁴ Partido católico fundado a 8 de Agosto de 1915, durante um congresso realizado em Braga.

consolidando desde a designação de Manuel Cerejeira³⁵, em 1927, para o cargo de cardeal-patriarca de Lisboa³⁶.

Um suporte que, como já tivemos oportunidade de mencionar, se alastra, igualmente, para a esfera política, na qual conta, sobretudo, com a colaboração de Óscar Carmona, à época, Presidente da República, e principal impulsionador, não só, da sua ascensão política, culminada na nomeação, a 5 de Julho de 1932, para Presidente do Ministério³⁷, como, também, da progressiva manutenção e consolidação da autoridade nas suas mãos, fruto da captação que faz de boa parte dos comandos militares. De igual modo, estabelece, através da União Nacional³⁸, um sistema de alianças com os seus partícipes³⁹, tirando partido da disparidade de interesses existente para, dessa forma, gerir a sua esfera de influência da forma que melhor lhe convém⁴⁰.

É, pois, com base nesta rede de apoios que Salazar detém a margem de manobra necessária para, através do seus Ministros da Instrução Pública, incutir uma conduta autoritária e nacionalista no panorama educativo “capaz de facilitar a obediência” por parte das populações. Ideia a que, de resto, já fizemos alusão no início deste capítulo e iremos aprofundar esta questão através da análise do ministério (1928-1933) de Gustavo Cordeiro Ramos⁴¹, o qual se preocupa, desde logo, por simplificar a missão educativa a desempenhar pela escola.

³⁵ Mantém uma relação de amizade com António Salazar desde os tempos em que foram, simultaneamente, estudantes universitários e membros do CCP. No desempenho do cargo de cardeal-patriarca de Lisboa entre 1927 e 1971 deteve um papel fundamental no processo de normalização das relações entre o Estado e a Igreja, sobretudo durante o regime estado novista.

³⁶ SIMON, A. H. Duncan – A Igreja Católica e o Estado Novo Salazarista, pp. 50-53.

³⁷ Cargo que, a partir da Constituição de 1933, passa a denominar-se Conselho de Ministros.

³⁸ Fundada a 30 de Julho de 1930 pelo governo da Ditadura Militar, assumiu-se, inicialmente, como mera organização cívica destinada a procurar apoio da opinião pública ao regime. Aquando da entrada em vigor do Governo do Estado Novo, torna-se numa organização política, a única, de apoio ao mesmo, de quem depende do ponto de vista político e financeiro.

³⁹ De entre os quais se ressalva o seu núcleo inicial de companheiros, colegas ou ex-alunos na Universidade de Coimbra e no Centro Católico (Manuel Cerejeira, Cordeiro Ramos ou Carneiro Pacheco); integralistas de diferentes gerações (Marcello Caetano); membros oriundos da direita republicana (Bissaya Barreto) e outros setores partidários igualmente relevantes como os tecnocratas ou os empresários da agricultura, indústria ou comércio colonial.

⁴⁰ ROSAS, Fernando (coord.) - O Estado Novo. In *História de Portugal*, pp. 170-171.

⁴¹ Formação em Filologia Germânica permite-lhe estabelecer laços de familiaridade com a cultura e nacionalismos alemães, tidos como fundamentais na sua concretização do pensamento pedagógico de Salazar. É no desempenho do cargo de Ministro da Instrução Pública, que ocupa interruptamente entre 1928 e 1933, que lança as bases da escola nacionalista de inculcação de valores patrióticos.

Restringindo-se ao ler, escrever e contar, a escola centra as suas preocupações em tornar-se num dos principais centros difusores das ideologias estatais. Neste âmbito, o Decreto de 7 de Abril de 1932, ressalva a importância do ensino da História⁴² enquanto plataforma basilar para o Estado, por um lado, fixar as suas normas e definir a verdade nacional, por outro, manter “*os olhos e os ouvidos do povo cerrados para os perigos do mundo exterior*”. O suporte legislativo torna-se, deste modo, a principal via de concretizadora de uma posição subjugante do Estado relativamente ao ensino e, principalmente, aos conteúdos lecionadas na sala de aula. Neste capítulo, a década de 30 revela-se frutífera ao nível do número de decretos publicados, os quais, visam sobre os principais agentes do panorama educativo. Concretizemos⁴³.

Principiando com os reitores e vice-reitores, entidades máximas dos Liceus que, à época, se encontram em serviço, como, determina, também, que as nomeações subsequentes, a cargo do Governo, não possam ser declinadas pelos selecionados, sobre quem recai, de igual modo, a responsabilidade em escolher o corpo docente da respetiva escola.

Passando pelos alunos, cujas punições, à exceção do ensino primário, são alvo de trato por parte do Decreto de 19 de Abril, o qual determina, por entre as mais gravosas, a exclusão parcial (mais de 3 anos) ou definitiva das escolas nacionais⁴⁴. Por sua vez, as penalidades destinadas aos professores constituem uma herança republicana, do ministério de Ginestal Machado⁴⁵.

Neste período inicial da década de 30, objetiva-se, sobretudo, desta forma, dismantelar as conceções, representações e práticas da escola republicana, abrindo-se caminho à implementação da política educativa do regime assente, por sua vez, numa compartimentação do ensino, espelhada a vários níveis: na separação dos sexos e dos grupos sociais patente na proibição da coeducação ou escola única; numa lógica de realismo pragmático enquanto promotora de um ajuste da oferta institucional à procura social de educação traduzido numa desvalorização das suas aprendizagens com base na

⁴² Ver Excerto 3, nos Anexos.

⁴³ CARVALHO, Rómulo, ob. cit., pp. 737-744.

⁴⁴ Idem, pp. 731-743.

⁴⁵ Advertência, repreensão verbal ou por escrito, repreensão publicada no Diário do Governo, multa até quinze dias de vencimento, suspensão do vencimento de 5 a 30 dias e suspensão de 30 a 180 dias, transferência para outro liceu, demissão e inatividade de um ou dois anos com metade ou nenhum vencimento.

redução da escolaridade obrigatória, dos conteúdos programáticos e do nível de competência dos professores ou numa administração centralista e autoritária⁴⁶ do sistema educativo espelhada num reforço dos seus mecanismos de inspeção⁴⁷.

Vislumbra-mos, pois, aquelas que são as principais alíneas da política educativa de Cordeiro Ramos, cuja linha de atuação encontra recetividade nos ministros que lhe sucedem.

Esta progressiva influência estatal no âmbito educativo traz, igualmente, implicações ao nível do ensino privado. Reflexo disso é a pouca utilidade que a sua legislação⁴⁸ detém a nível prático, revelando-se uma fonte de promessas e expetativas que o desenrolar do tempo vem demonstrar que não passam disso mesmo.

Além deste relacionamento instável entre os ensinos oficial e particular, o Ministro da Instrução Pública é, igualmente, confrontado, com um progressivo aumento do interesse pela instrução, conseqüente do crescimento populacional que se regista desde a década de 20, permitindo que a população portuguesa se pautasse, em 1930, por um total a rondar as sete milhões de pessoas (6 825 883). Por sua vez, a população predominante estudantil, entre os 10 e os 19 anos, ronda o um milhão e quatrocentos (1 329 046) indivíduos.

Não obstante das informações históricas, dos dados demográficos e dos suportes legislativos que tivemos oportunidade de mencionar, existe um documento que não pode deixar de ser referido enquanto, não só, fundador do Estado Novo, mas também, como guia orientador da postura do regime relativamente à educação. Referimo-nos, pois, à Constituição da República Portuguesa de 1933, cuja análise dos seus trâmites educativos ocupará a nossa atenção no início do capítulo que se segue.

⁴⁶ A título de exemplo, as docentes que desejassem casar só o poderiam fazer mediante autorização do ministro da Educação Nacional e da averiguação do pretendente.

⁴⁷ SERRÃO, Joel, Nova História de Portugal.

⁴⁸ Se, relativamente ao 1º e 2º estatutos, criados, respetivamente, a 16 de Janeiro e a 5 de Agosto de 1931, estes objetivam, numa primeira fase, anunciar a criação de uma Inspeção Geral do Ensino Particular e, numa segunda, reforçar e ampliar o controlo exercido pela mesma ao nível das escolas particulares. No caso do 3º estatuto, datado de 18 de Julho de 1933, ao outorgar a possibilidade de somente receber os alunos que, por alguma razão, perdessem o ano letivo de uma escola oficial transparece, sobretudo, a ideia de secundarização do ensino privado relativamente ao público.

2.2.1 - Os primórdios da governação salazarista: a bonança (1933-1945)

Numa primeira fase, a carta constitucional reflete uma intenção de abrir o fenómeno educativo a todos os cidadãos portugueses (Art. 8º), assim como de reconhecer a coexistência de várias liberdades, entre as quais a religiosa (3º), de expressão (4º) ou de ensino (5º). No que diz respeito à família, além de se evocar como seu principal protetor (Art. 11º), o Estado assume o compromisso de auxiliar os pais no cumprimento da missão de educar os seus filhos (4º). Além da família, as prerrogativas da educação e da instrução, além de assumir um carácter obrigatório, pertencem, de igual forma, às instituições oficiais e particulares (Art. 42º). Não obstante do livre arbítrio relativo à criação de estabelecimentos de ensino, tal facto não invalida que estas sejam fiscalizadas pelo Estado ou alvo da sua oficialização ou subsídio (Art. 44º). Por último, a separação do Estado e da Igreja (Art. 46º)⁴⁹ traz, como teremos oportunidade de averiguar, consequências ao nível do ensino.

Revelando um esforço de abertura, por parte do regime, à existência de instituições de ensino privado, a legislação promulgada, *a posteriori*, aponta no sentido oposto ao da carta constitucional, limitando a ação do ensino privado. A título de exemplo, mencionamos o seu 5º Estatuto, publicado a 8 de Setembro de 1939, enquanto documento encarregue de reforçar o controlo estatal através da criação da Inspeção Geral do Ensino Particular, e de tornar obrigatória a aceitação dos alunos que, por alguma razão, perdem o ano letivo de uma escola oficial. Paulatinamente, as disparidades entre as duas esferas de ensino vão-se adensando.

À luz do que já referimos, a Igreja Católica, por seu lado, revê nestas limitações uma forma de, progressivamente, recuperar algumas das suas prerrogativas no âmbito educativo, tido, na ótica do próprio Sumo Pontífice - Pio XI⁵⁰ e Pio XII⁵¹ – como “(...)

⁴⁹ Ver subcapítulo “5. Excertos”, nos Anexos.

⁵⁰ De nome *Ambrogio Damiano Achille Ratti*, sucede a Bento XV no cargo de Sumo Pontífice, o qual ocupa nos dezassete anos seguintes, até à data da sua morte. Procura, ao longo do seu papado procura, através da assinatura de numerosas concordatas e acordos, contrariar a tentativa de monopolização do ensino por parte dos regimes totalitários e apoiar juridicamente a liberdade de ação da Igreja no seu propósito evangelizador, sobretudo em relação à educação juvenil.

⁵¹ De nome Eugenio Maria Giuseppe Giovanni Pacelli, sucedeu a Pio XI no cargo de Sumo Pontífice, o qual ocupou durante dezanove anos, entre 2 de Março de 1939 e 9 de Outubro de 1958, data da sua morte. Na linha de ação do seu antecessor, procura manter uma postura de neutralidade ao longo de um papado fustigado por guerras e assente num clima de discórdia. Com o pós-II Guerra Mundial torna-se um acérrimo defensor da democracia e crítico do comunismo ao ponto de, em 1949, decretar a excomunhão aos fiéis inscritos no seu partido e defensores dos seus ideais.

uma das grandes missões confiadas por Cristo (...)”. Sem entrar em confronto com as principais ideologias – marxismo, nazismo, fascismo – vigentes, a Santa Sé faz questão de não renunciar aos seus interesses⁵².

Análogo á pasta da educação, a carta constitucional de 1933 vem consagrar, também, as principais traves mestras de outras áreas que, no âmbito deste trabalho, merecem ser alvo de menção. É o caso, por exemplo, do foro económico e social, nos quais outorga uma postura intervencionista e, como tal, defensora de uma economia nacional coordenada e desenvolvida. Com que objetivo? Além de contrariar o paradigma abstencionista do Estado liberal, almeja implementar um princípio de Estado forte e legitimado pela concentração do poder nas mãos de um chefe de Estado que, por sua vez, ambiciona criar um programa comum e objetivador de uma *”conquista de almas pela veiculação oficial ou oficiosa de uma conceção de vida e de uma moral dominantes”*. Contrariando a postura antitotalitária preconizada pelo Estado, Salazar, exclui qualquer possibilidade de existir de uma liberdade de pensamento apta a formular alternativas à que idealiza para a sociedade portuguesa⁵³.

Ao mostrar uma certa aversão às mudanças drásticas, Salazar projeta uma alternativa assente num paradigma de vida promotor da autenticidade da nação portuguesa e da recusa dos “fenómenos externos”, retratados, por exemplo, na industrialização ou na urbanização. Neste capítulo, cabe à educação e à Igreja Católica assumir-se como principais agentes responsáveis pela sua divulgação. Averiguemos de que forma os ministros outorgam estes intentos⁵⁴.

Principiemos com a política reformadora de Carneiro Pacheco⁵⁵ (1936-1940), cujo raio de ação envolve desde o âmbito curricular até ao próprio nome do ministério. É o caso, por um lado, da lei «Remodelação do Ministério da Educação Nacional», responsável, não só, pela nova denominação de um Ministério (da Educação Nacional) que privilegia a educação (ler, escrever, contar) em detrimento da instrução, mas,

⁵² GALLEGO, Juan, *História dos Papas, Entre o reino de Deus e o poder terreno*, 2010, pp. 409-427.

⁵³ ROSAS, Fernando (coord.), *O Estado Novo*. In *História de Portugal*, p. 180.

⁵⁴ *Idem*, p. 259

⁵⁵ Com formação académica em Direito, sucede a Eusébio Tamagnini no cargo de Ministro da Instrução Pública, o qual desempenha entre 18 de Janeiro de 1936 e 28 de Agosto de 1940. Ao longo do seu ministério leva avante uma rápida e profunda reforma do sistema educativo, a qual fica conhecido pelo nome do seu criador.

também, pela uniformização do ideário político através da implementação do manual único nas disciplinas de História, Filosofia, Educação Moral e Cívica⁵⁶.

O objetivo de prosseguir com a missão iniciada por Cordeiro Ramos - eliminação da perspectiva educativa republicana - leva Carneiro Pacheco a debruçar-se, igualmente, sobre o ensino liceal, no qual concretiza uma mudança da sua identidade, a vários níveis. Além de lhe conferir uma nova finalidade – dotar os portugueses de uma cultura geral útil para a vida – em detrimento da tradicional de preparação para o ensino superior, a reforma de 14 de Outubro de 1936 preocupa-se, igualmente, em introduzir, por um lado, a realização, bimensal, de sessões culturais, de presença obrigatória, para professores e alunos do 2º e 3º ciclos, que abordam temas como o Império Colonial, a arte portuguesa ou a educação cívica, e, por outro, o culto das glórias de Portugal através do Canto Coral⁵⁷.

A tudo isto junta-se, ainda, a resistência estoica, por parte do regime, em não abrir os liceus a novos grupos sociais, escudando a sua posição na priorização dada à formação de elites e na impossibilidade de assegurar um ensino pautado, simultaneamente, pela quantidade e pela qualidade. A obtenção desta última faz-se, em parte, através de medidas tendentes a ocultar o baixo rendimento escolar. Exemplo disso é a impossibilidade de não haver mais de 30% de reprovações nas provas escritas, as quais, sendo anónimas⁵⁸, são alvo de uma apreciação prévia à publicação dos resultados, por parte do ministério, e de uma revisão dos critérios⁵⁹ de classificação por parte do docente⁶⁰.

Fora da sala de aula, organizações como a Mocidade Portuguesa (MP)⁶¹ ou a Mocidade Portuguesa Feminina (MPF)⁶², cuja inscrição detém um carácter obrigatório

⁵⁶ CARVALHO, Rómulo de, ob. cit., pp. 753-755.

⁵⁷ CARVALHO, Rómulo de, ob. cit., pp. 774-775.

⁵⁸ Caraterística abolida aquando do ministério de Caeiro da Mata, pelo Decreto de 21 de Outubro de 1944.

⁵⁹ Baseado nas tabelas enviadas para os Liceus, por parte do ministério, e que permitiam aplicar uma alteração automática de valores adaptadas aos resultados de cada disciplina. De forma a permitir o acesso ao exame oral, num total de duzentos valores, os compreendidos entre 70-75 passavam para os 80-85 e 75-80 para os 90.

⁶⁰ Idem, p. 772.

⁶¹ Criada em 1936, trata-se de um organização paramilitar, destinada à juventude portuguesa, e inspirada nos movimentos juvenis hitlerianos e do fascismo italiano. Destinava-se a estimular o desenvolvimento integral da capacidade física, da formação do carácter e da devoção à Pátria segundo uma orgânica de ordem, disciplina e culto do dever militar.

⁶² Criada em 1937, destina-se a formar, desde a infância, a «nova mulher» portuguesa, futura mãe e esposa obediente, a quem está reservado o papel de educadora dos filhos.

para estudantes dos ensinos primário e secundário, responsabilizam-se por fazer o enquadramento ideológico da juventude portuguesa.

Por tudo isto, parece-nos importante assinalar o ponto de viragem que o ministério de Carneiro Pacheco representa enquanto termo de uma etapa que, iniciada com Cordeiro Ramos, visa dismantelar as conceções, representações e práticas da escola republicana, e, por outro, enquanto o início de uma nova fase da educação nacional, objetivadora, não só, da edificação da escola nacionalista mas, também, do acentuar da dicotomia entre instrução e educação⁶³.

Longe de cumprir as premissas reconhecidas pela Constituição de 1933, facilmente concluímos que os intentos políticos caminham num sentido inverso, sentido este que privilegia uma educação seletiva em detrimento de uma educação livre, de um ensino privado controlado e estruturado à luz dos parâmetros estatais em detrimento de um ensino privado autónomo e criador da sua própria oferta pedagógica.

Apesar de exequível, este tipo de limitações encontra resistências a vários níveis, principalmente da esfera religiosa e na figura do Papa Pio XII⁶⁴, o qual reivindica por uma maior liberdade no campo do ensino.

O agudizar das tensões entre o Estado e a Igreja Católica resulta na assinatura, a 7 de Maio de 1940, da Concordata e do Acordo Missionário, a qual representa um esforço de reconciliação preconizado por ambas as partes. Acalentando as, já mencionadas, reivindicações eclesiásticas por uma maior liberdade de ação no campo do ensino, a esfera estatal reconhece-lhe o direito de fundar seminários não fiscalizados e detentores de programa de estudos próprios⁶⁵, assim como o livre estabelecimento e manutenção de escolas particulares, todavia subordinadas aos conformes e fiscalização estatais assim como dos seus subsídios⁶⁶.

⁶³ ROSAS, Fernando, Dicionário de História do Estado Novo, pp. 301-303.

⁶⁴ Tendo desempenhado o cargo de Sumo Pontífice entre 1939 e 1958, o mesmo abrange uma conjuntura bélica constituída pela II Guerra Mundial (1939-1945) e parte da Guerra Fria (1947-1991). Detém como principais preocupações a manutenção de um clima de paz e de uma postura de neutralidade por parte da Igreja Católica face ao conflito mundial. Aquando do pós-guerra, o seu favorecimento à causa democrática contribui decisivamente para que surja, em solo português, uma cisão dos católicos em conservadores e progressistas, apoiantes e críticos de Salazar, respetivamente.

⁶⁵ Contudo, a lecionação de disciplinas-chave (ex: História) devem conformar-se com o legítimo sentimento patriótico português, devendo ser comunicado ao Estado os nomes dos livros adotadas nas disciplinas não filosóficas ou teológicas.

⁶⁶ COTOVIO, Jorge, ob. cit., 2012.

Embora outorgue, mais uma vez, um princípio de emancipação do domínio privado relativamente ao público, a Concordata vê a sua aplicabilidade comprometida, não só, pela ausência de apoios financeiros estatais concedidos para o efeito como pela regulamentação que, pontualmente, vem limitar o seu raio de ação e denegrir a sua imagem. A análise, no próximo subcapítulo, dos ministérios de Fernando Pires de Lima (1947-1955) e de Francisco Leite Pinto⁶⁷ (1955-1961) dar-nos-á a oportunidade de aprofundar este assunto.

Aludindo ao período posterior à II Guerra Mundial, o próximo subcapítulo versa sobre uma conjuntura representativa, não só, do triunfo das democracias ocidentais sobre os nacionalismos alemão e italiano como, concorre, de igual modo, para um decréscimo do entusiasmo pelo nacionalismo português em detrimento das ideias democráticas. A alteração do corpo ministerial, em Setembro de 1944, procura, antes de mais, dotar o governo de membros capazes de dar resposta às novas exigências económicas e sociais advindas com o término da guerra. O âmbito educativo conhece, também ele, uma nova etapa, preocupada, acima de tudo, em dar resposta aos requisitos dos novos tempos.

2.2.2 - O pós-guerra: a arte salazarista de «saber durar» (1945-1968)

O termo da II Guerra Mundial acarreta, pois, uma nova atitude do regime relativamente aos panoramas interno e externo. Contrariando a postura destemida adotada até então, na ótica de Salazar, chegara o tempo de «saber durar». Todavia, que implicações comporta esta postura a nível interno?

Às já mencionadas alterações no elenco ministerial, juntam-se outras de carácter mais ornamental - substituição do nome do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) por Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI) - ou de teor económico - adoção de uma nova política condizente com os «planos de fomento» e em obediência as tendências gerais do capitalismo europeu.

Por sua vez, o falecimento de Óscar Carmona, a 18 de Abril de 1951, faz emergir uma nova problemática relacionada com a sua sucessão. Perdendo uma das duas principais bases de apoio, o surgimento, por um lado, de Marcello Caetano na senda

⁶⁷ Detentor de uma formação em Matemáticas Gerais, sucede a Fernando Pires de Lima no cargo de Ministro da Educação Nacional, o qual ocupa entre 7 de Julho de 1955 e 4 de Maio de 1961. Tendo vivenciado o período do pós-guerra no desempenho do cargo, desempenha cargos de reitor da Universidade Técnica, presidente da Junta de Energia Nuclear e da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.

política vem contribuir para que, pela primeira vez, se discuta a substituição de António Salazar, por outro, de Humberto Delgado, cujo impacto nas eleições presidenciais de 1958 tem o mérito de abalar as estruturas do regime.

Averiguados estes factos, não nos surpreende que o último período de governação salazarista se pautasse por uma persistente crispação repressiva e um crescente isolamento no âmbito interno e externo. Neste capítulo, o ano de 1968 fica marcado pela exoneração, por motivos de saúde, do Chefe do Conselho de Ministros, cuja ausência, como teremos oportunidade de averiguar, se vem refletir na incapacidade de Marcelo Caetano em «fazer durar» o Estado Novo além do seu tempo. Antes disso, foquemo-nos no panorama educativo análogo ao período que acabamos de expor.

À luz do que referimos anteriormente, as exigências sociais e económicas advindas com o pós-II Guerra Mundial vêm exigir reformas a vários níveis, e a educação não constitui exceção, dando azo à terceira etapa das suas políticas, tendentes a acomodar o sistema educativo às realidades sociais e económicas emergentes no pós-guerra. O saber ler, escrever e contar tornara-se obsoleto perante a gradual necessidade de formar mão-de-obra diversificada e qualificada, tida como fundamental para o crescimento económico e industrial ambicionado para o país tornara obsoleto o “saber ler, escrever e contar”. Deste modo, através da liberdade que o Estado concede às escolas, assiste-se a uma sobreposição da formação de recursos humanos qualificados sobre a visão centrada do ensino como sistema de inculcação ideológica, permitindo-lhes que se compenetrem na formação dos seus alunos⁶⁸.

O ministério de Fernando de Pires de Lima representa, neste capítulo, um ponto de viragem na política educativa, a começar pelo paradigma relativo à sua própria formação, cuja cátedra pela Universidade Técnica contrasta com as preferências tidas até então e que se centram, maioritariamente, em personalidades formadas em Direito. Trata-se de um ministério marcado por uma vasta promulgação legislativa, de entre a qual se ressalva a Lei de Bases do Ensino Particular e o 5º Estatuto do Ensino Particular, ambos de 1949 e ambos vocacionados para a manutenção de uma visão do secundária do privado relativamente ao público. Analisemo-las individualmente.

Principiando pela Lei de Bases do Ensino Particular, a qual, além de proibir a coeducação, e minimiza a sua docência, estipulando que este possa ser exercida por

⁶⁸ SERRÃO, Joel e OLIVEIRA, A. H. de, ob. cit., pp. 460-461.

qualquer pessoa detentora de idoneidade profissional e moral, e estipular novas formas de controlo estatal espelhadas, não só, na criação da Inspeção do Ensino Liceal⁶⁹ como, também, na aplicação de multas pecuniárias⁷⁰ destinadas a quem não cumprisse a escolaridade obrigatória⁷¹.

Por sua vez, o 5º Estatuto do Ensino Particular, de 8 de Setembro de 1949, prossegue e acentua, por outros meios, a política de inspeção do ensino particular, visível, por exemplo, na atribuição da valência, à Inspeção do Ensino Particular, de assistir a exames oficiais em que alunos ou professores do ensino particular prestem provas ou componham o júri. Ainda dentro da linha que caracterizara as legislações anteriores, este Estatuto reforça a necessidade de haver uma adoção dos planos, programas e manuais do ensino oficial.

No que diz respeito ao Ministro Leite Pinto, além da obtenção de um alargamento da escolaridade obrigatória para homens e mulheres, o seu ministério fica, igualmente, marcado pelo início dos trabalhos relativos ao Projeto Regional do Mediterrâneo (PRM), os quais, conduzidos pela OCDE, vêm introduzir novas preocupações na agenda educativa portuguesa, como é o caso, por exemplo, do cumprimento da escolaridade obrigatória. Além do mais, o documento chama, igualmente, a atenção para a necessidade de alargar a escolaridade obrigatória, adiando, assim qualquer pretensão de especialização por parte do aluno.

Ao seu ministério se deve, igualmente, no Plano da Educação Popular (1952), a exigência da alfabetização enquanto uma das condições de acesso ao mercado de trabalho. Além de representar um dos principais motores do crescimento da procura social de educação, visível, sobretudo, durante as décadas de 60 e 70, espelha, de igual modo, o primeiro passo rumo à democratização do ensino, através da tentativa de projeção nacional e internacional da educação⁷².

Estamos perante uma linha de atuação que encontra sequência com o Ministro Inocêncio Galvão Teles⁷³ (1962-1968), a quem se deve, principalmente, a criação do

⁶⁹ Existente com outras designações desde 1880, até então com uma vida efémera e ação pouco consistente, espelha a desconfiança estatal relativamente ao corpo docente existente nos Liceus.

⁷⁰ Convertidas, por sua vez, em prisão ou resgatadas pela prestação de trabalho em obras públicas.

⁷¹ CARVALHO, Rómulo de, ob. cit. pp. 781-789.

⁷² RODRIGUES, Maria Lurdes Rodrigues, ob. cit. pp. 39-40.

⁷³ Detentor de uma formação em Direito, sucede a Manuel Lopes de Almeida no cargo de Ministro da Educação Nacional, o qual ocupa entre 4 de Dezembro de 1962 e 19 de Agosto de 1968. Além de professor universitária na Faculdade de Direito de Lisboa, ressalva-se a sua posição enquanto membro da comissão

Centro de Estudos de Pedagogia Audiovisual⁷⁴ mas, também, um manancial legislativo digno de menção. É o caso do Decreto de 9 de Julho de 1964, responsável pelo alargamento do período escolar obrigatório de quatro para seis anos, abrangendo ambos os sexos; do Decreto de 26 de Novembro de 1966, o qual tendente a reforçar o que se encontra estipulado na Concordata de 1940, versa sobre o programa a lecionar, no 1º ciclo do ensino liceal e no ciclo preparatório do ensino técnico, na disciplina da Religião e Moral, responsável pela elucidação das verdades religiosas. Por último, e com o intuito de adiar a escolha, entre o Liceu e a Escola Técnica, a realizar aos 12 anos, o Decreto de 2 de Julho de 1967 cria o Ciclo Preparatório do Ensino Secundário, o qual resulta da fusão do 1º ciclo Preparatório do Ensino Secundário e do Ciclo Preparatório do Ensino Técnico. Por sua vez, a escolha do ramo do ensino secundário implica, igualmente, a realização de um teste de aptidão ao mesmo.

Apresentadas as principais diretrizes que norteiam o período ulterior à Segunda Guerra Mundial, focamo-nos agora, numa análise de teor demográfico, cujo conteúdo incide tanto no âmbito nacional como distrital.

Antes de mais, cabe-nos assinalar a manutenção de uma crescente procura, por parte da população, em se instruir. Prova disso é o aumento dos alunos que se assiste, tanto no ensino oficial como no privado, entre 1930 e 1950. Apesar de o crescimento ter sido mais acentuado na esfera privada (+27 161) do que na oficial (+3 361), o maior número de alunos continua a pertencer ao segundo (50 854), comparativamente ao primeiro (31 218)⁷⁵.

Para este facto contribui, entre vários fatores, o aumento populacional. Já existente nos anos 20, vai-se acentuar ao longo das décadas de 30 e 40, permitindo um crescimento, ao nível da população total, a rondar o um milhão e setecentas pessoas (1 684 357), e de aproximadamente trezentas mil elementos (281 611) na população mais jovem, balizada entre os 10 e os 19 anos.

incumbida de elaborar o novo Código Civil Português, como advogado principal de Portugal no Tribunal Internacional de Justiça de Haia sobre a chamada «Questão de Goa» e, por último, o seu contributo para a criação da Universidade Católica.

⁷⁴ Criado pelo Decreto de 31 de Dezembro de 1964, objetiva, por um lado, a promoção da utilização, expansão e aperfeiçoamento das técnicas audiovisuais como meios auxiliares de difusão do ensino e da elevação do nível cultural da população, por outro, a realização de cursos através da radiodifusão e televisão escolares.

⁷⁵ Ver Gráfico 3 no subcapítulo “4. Gráficos”, nos Anexos.

Por sua vez, e em linha de continuidade com o ano de 1930, os panoramas distrital e municipal, não só, mantêm os contrastes que, à época, os caracterizam, como, inclusivamente, acentuam os mesmos. No tocante ao panorama distrital, este pauta-se por um aumento populacional generalizado, todavia, por diferentes celeridades. Os aglomerados populacionais de Lisboa e Porto, com um crescimento de 315 889 e 243 269 pessoas, respetivamente, destacam-se os casos de Aveiro (101 432), Leiria (81 450), Castelo Branco (61 004) e Coimbra (50 880), pautados por uma evolução mais moderada. Embora seja o distrito conimbricense que apresenta o índice evolutivo mais baixo, este não deixa de apresentar o quarto melhor registo ao nível de população residente (438 688), somente abaixo de Lisboa (1 222 471), Porto (1 053 522) e Aveiro (483 396), acima de Leiria (395 990) e Castelo Branco (324 577).

Ao nível da população na faixa etária entre os 10 e os 19 anos, o Gráfico 5 revela-nos que as suas dinâmicas tomam um percurso diferenciado, não só pela existência de uma sobreposição do Porto (160 179) relativamente a Lisboa (155 814) mas, também, por uma demarcação significativa dos distritos de Aveiro (76 428), Coimbra (74 151) e Leiria (68 242) relativamente a Castelo Branco (25 642).

Em suma, a análise conjunta dos gráficos 4 e 5 permite-nos aperceber da existência de dois tipos de dissimetrias no panorama demográfico em Portugal, no período entre 1930 e 1950. É o caso, não só, da preponderância detida por distritos como Lisboa e Porto, os quais concentram em si uma parte significativa da população portuguesa mas, também, das dissemelhanças que se estabelecem, ainda que de forma mais ténue, entre o litoral e o interior, isto é, entre os distritos de Aveiro, Coimbra e Leiria, por um lado, e o de Castelo Branco, por outro. Neste capítulo, autores como Manuel Nazareth e Carlos Alberto Medeiros apresentam-nos novas perspetivas ao nível da evolução espacial das dinâmicas demográficas. Explicitemo-las.

O primeiro, salienta a existência de um outro tipo de disparidade regional, entre Norte e Sul, assente nos valores mais baixos presentes no interior (Beja, Évora ou Portalegre) e no litoral (Setúbal e Lisboa), por via da saída de populações e de uma retração da natalidade, respetivamente, e, de resto, contrastantes com um Norte detentor dos maiores números de população jovem, visível em cidades como Braga, Bragança ou Viseu. A área transição, juntamente com a região alentejana enquanto detentora do menor

índice de população jovem e maior proporção de população idosa, fica a cargo de cidades intermédias como é o caso de Santarém ou Coimbra⁷⁶.

Por sua vez, Carlos Alberto Medeiros, divide a mesma evolução em três fases, correlacionáveis, de resto, com os dados fornecidos pelos gráficos 4 e 5. Num primeiro momento, salienta, sobretudo nas décadas de 30 a 60, uma divisão assente nos contrastes existentes entre, as estruturas de propriedade agrícola, isto é, a pequena e a média propriedades relativamente à grande propriedade, e, por outro, as tipologias de povoamento dominantes, o difuso e o concentrado (fase 1). Já no período situado entre as décadas de 60 e 90, o autor chama a atenção para o impacto que a modernização demográfica ao nível dos espaços urbano-industriais ou do forte potencial turístico detém no acentuar das disparidades entre litoral/interior e cidade/campo (fase 2). Com o desenrolar das restantes décadas, entramos, não só, no estágio final da evolução distributiva, a qual estabelece uma divisão que, assente na funcionalidade de cada espaço, contribui para a existência de uma divisão entre “regiões urbanas funcionais”, nas quais incluímos Coimbra, e “áreas rurais não funcionalmente integradas em dinâmicas metropolitanas”. Uma espacialidade que, de resto, tem-se vindo a acentuar enquanto resultado da concentração de pessoas, atividades, competências e oportunidades numa parcela reduzida do território (fase 3)⁷⁷.

Tratam-se de duas visões que nos permitem, simultaneamente, caracterizar o panorama municipal, no qual Coimbra, enquanto cidade intermédia, se assume como o centro aglutinador das grandes densidades populacionais, circundando-se por um povoamento difuso e pautado por índices demográficos mais baixos. Reconhecendo que o panorama de 1930 já detém este tipo de características, as décadas subsequentes, como teremos oportunidade de ver no subcapítulo que se segue, encarregar-se-ão de as intensificar.

2.2.2.1 – O município de Coimbra em 1950

Com o crescimento populacional acima das vinte mil pessoas (20 588), ocorrido nas duas décadas transatas, o município de Coimbra atinge, em 1950, um número próximo de cem mil indivíduos (98 027) ao nível da população residente. Um total que, à luz do

⁷⁶ NAZARETH, Manuel - «A demografia portuguesa no século XX: principais linhas de evolução e transformação», in *Análise Social*, vol. XXI, 1985.

⁷⁷ MEDEIROS, Carlos Alberto, ob. cit., pp. 69-71.

que também sucede em 1930, se distribui maioritariamente, pelo sexo feminino (52 471) relativamente ao masculino (45 556)⁷⁸.

Ao nível das freguesias, o mesmo Quadro 1, permite-nos concluir que, comparativamente a 1930, a distribuição e crescimento da sua população residente, sem apresentar alterações de fundo, ressalva o surgimento das freguesias de Santo António dos Olivais (11 799) e da Sé Nova (10 324), cujo crescimento populacional, superior às dez mil pessoas, lhes permite deter, à época, os melhores registos do município.

Ainda na peugada das freguesias mais populosas encontramos outras que, mantendo um crescimento contínuo, como São Martinho do Bispo (7 666), Eiras (3 538), Ceira (3 366) e Almalaguês (3 166), ou apresentando um decréscimo populacional relativamente aos números de 1930 – Santa Cruz (9 572), Santa Clara (5 473), Almedina (4 332) e São Bartolomeu (3 707) – prosseguem entre as regiões com maior densidade de população residente.

No que diz respeito às regiões com as menores densidades populacionais, o facto de estas se concentrarem, maioritariamente, nas regiões mais periféricas, do município, permite-nos, também, estabelecer uma relação comparativa com o ano de 1930. É o caso de Torre de Vilela (505), Arzila (663), São Martinho de Árvore (693) e Vil de Matos (689). Permitam-nos mencionar alguns fenómenos pontuais. Por um lado, as freguesias de Arzila, Torre de Vilela e Vil de Matos enquanto exemplos que, mesmo detendo um processo de crescimento populacional ininterrupto, não conseguem ultrapassar a barreira dos mil indivíduos. Por outro, a quebra populacional, superior a cinco mil pessoas (-5 364), que ocorre em São Martinho de Árvore, leva a que, neste período de vinte anos, passe do lote das freguesias mais populosas, com valores acima dos seis mil elementos, para o lote das menos populosas, com uma população próxima dos setecentos elementos.

À luz do que foi avançado no início deste capítulo, o crescente número de alunos com que o Ministério da Educação Nacional se depara ao longo deste período leva-o a adotar estratégias tendentes a canalizar, não só, alunos para as escolas técnicas das vias profissionalizantes como, também, a aumentar, de 37 para 43, o número de liceus a nível nacional. Todavia, esta reação “nacional” não encontra reflexos na rede escolar do município de Coimbra, a qual, em resultado do surgimento do Liceu Nacional D. João III, resultante da fusão entre os Liceus Dr. Júlio Henriques e José Falcão detém, inclusivamente, menos uma escola que há 20 anos.

⁷⁸ Ver alínea “3. Quadros”, nos Anexos.

Não obstante deste facto, ressaltamos o processo de descentralização que ocorre nesta rede escolar, na qual instituições educativas aumentam o seu raio de ação e influência em resultado da posição mais periférica que ocupam relativamente à que detêm em 1930. Neste capítulo, o Mapa 3 permite-nos denotar que este fenómeno ocorre tanto ao nível dos Liceus Nacionais como dos Colégios, muitos dos quais se estabelecem nos locais onde se mantêm atualmente. É o caso, por um lado, dos Liceus Nacionais D. João III e Infanta D. Maria, que passam a localizar-se, respetivamente, na Avenida D. Afonso Henriques e na Rua Infanta D. Maria, e, por outro, dos Colégios Rainha Santa e São Bento, os quais se estabelecem, respetivamente, na Rua do Brasil e na Rua Frei Tomé de Jesus. Averiguemos, através da análise dos exemplos de São Bartolomeu, Almedina e Sé Nova, o seu impacto demográfico.

Chamando a atenção para o facto de se tratarem de freguesias onde, em 1930, se localizam a maioria das instituições escolares, o Quadro 1 mostra-nos que, nas duas primeiras, se assiste a uma quebra na população residente, enquanto na terceira, sucede o oposto. Surge uma questão: como explicar que três freguesias pautadas por uma grande proximidade geográfica tenham dinâmicas demográficas opostas? Uma das explicações encontra-se, pois, no processo de gradual descentralização das escolas, das quais duas – Colégio Nacional D. João III em 1936 e o Colégio Nacional Infanta D. Maria em 1948 – se estabelecem na freguesia de Santo António dos Olivais, curiosamente a região, como já mencionamos, com maior índice de crescimento de população residente em 1950. Perante este cenário, parece-nos inegável o papel que as escolas desempenham enquanto agente condicionador do estabelecimento populacional. Terminado o período relativo à governação de António Salazar, passamos o nosso foco de análise para última fase do Estado Novo, assinalado pelo governo de Marcelo Caetano, entre 1968 e 1974.

Mapa 5 - Rede Escolar do Município de Coimbra
Ano letivo 1950/1951

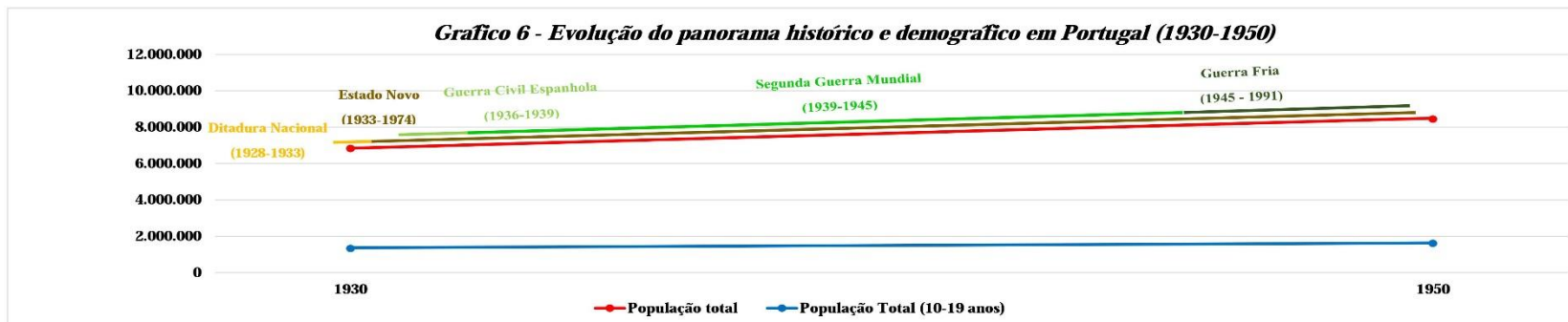


Fontes: Elaboração própria através de Câmara Municipal de Coimbra (<http://www.cm-coimbra.pt>)

Legenda do mapa

<u>Rede Pública</u>	<u>Rede privada</u>
Liceu Nacional Infanta D. Maria ●	Colégio Rainha Santa Isabel ■
Liceu Nacional D. João III ●	Colégio São José ■
Escola Industrial Avelar Brotero ○	

Gráfico 6 - Evolução do panorama histórico e demográfico em Portugal (1930-1950)



Anos		1930	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939	1940	
Cargos políticos	Presidente do Ministério ¹	Doníngos Augusto Alves da Costa e Oliveira			António de Oliveira Salazar								
	Ministro da Instrução Pública ²	Custavo Cordeiro Ramos				Alexandre Alberto de Sousa Pinto	Manuel Rodrigues Júnior (int.)	Eusebio Barbosa Tamagnini de Matos Encarnação	António Faria Carneiro Pacheco			Manuel Rodrigues Júnior (int.)	António Faria Carneiro Cardoso
Conjunturas	Nacional: Portugal		1º e 2º Estatutos do Ensino Particular	Extinção do Ensino Primário Complementar	Carta Escolar de Portugal e 3º Estatuto do Ensino Particular	4º Estatuto do Ensino Particular		Reforma do Ensino Liceal (14 de Outubro)				Concordata entre o Estado Novo e a Santa Sé	
	Local: Coimbra	C.R.S. passa a ser dirigido pelas Irmãs da Congregação de S. José de Cluay	Início do internato Feminino no C.R.S.					Surgimento do Liceu D. João III enquanto resultado da unificação dos Liceus José Falcão e Dr. Julio Henrique					
Anos		1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947	1948	1949	1950		
Cargos	Presidente do Conselho de Ministros	António de Oliveira Salazar											
	Ministro da Educação Nacional	Mário de Figueiredo				José Caeiro da Mata			Fernando Andrade Pires de Lima				
Conjunturas	Nacional: Portugal	Estatuto do Ensino Liceal			Reforma do Ensino Liceal			Reforma do Ensino Liceal	Reforma Ensino Técnico	Lei de Bases do Ensino Particular e 5º Estatuto do Ensino Particular			
	Local: Coimbra	C.R.S. transfere-se para as suas atuais instalações					C.R.S. extingue ensino masculino		Liceu Nacional Dona Maria transfere-se para as atuais instalações				

¹ Passa a denominar-se Conselho de Ministros a partir da Constituição de 11 de Abril de 1933.

² Passa a denominar-se Ministério da Educação Nacional a partir de 11 de Abril de 1936.

2.2.3 – O princípio do fim: o ideário marcelista (1968-1974)

No seguimento do que já referido, o ano de 1968 representa, simultaneamente, o fim de um trajeto político que António Salazar percorreria durante trinta e cinco anos e o início de um percurso para Marcelo Caetano enquanto Presidente do Conselho de Ministros e, conseqüentemente, seu sucessor.

Ao nível da equipa ministerial, Caetano faz-se rodear, acima de tudo, por uma franja de jovens tecnocratas que vão ser rosto do desenvolvimento marcelista. De entre os vários elementos que compunham este grupo⁷⁹, ressalvamos o nome de José Veiga Simão, responsável pela pasta da Educação. Mais à frente teremos a oportunidade de analisar o seu ministério. Por ora, fiquemo-nos pela conjuntura que o rodeou.

Constatada a inviabilidade de “liberalizar mantendo a guerra”, linha que havia norteado a sua atuação política até ao momento, o Presidente do Conselho de Ministros leva avante, a partir de 1971, uma inversão da mesma, optando por manter os “velhos hábitos” de natureza mais inflexível. A título de exemplo: a destituição das direções sindicais; o encerramento das associações de estudantes sendo, muitos destes, presos ou incorporados no exército colonial; o novo alento ganho pela polícia política, após um período inicial de relativa contenção⁸⁰.

O panorama externo, por sua vez, segue o mesmo rumo. Seja pelo progressivo afastamento⁸¹ por parte da Santa Sé, na pessoa do Papa Paulo VI⁸², ou pelos massacres cometidos pelo exército português em solo africano, os quais contribuem para o denegrir do prestígio do regime e da sua política internacional. Neste âmbito, a proclamação

⁷⁹ Igualmente composto por João Salgueiro no Planeamento, Rogério Martins na Indústria, Xavier Pintado nas Finanças, Silva e Pinto nas Corporações e Oliveira Martins nos Transportes.

⁸⁰ Contra o Partido Comunista Português, grupos radicais, católicos progressistas e personalidades socialistas (Jaime Gama, Salgado Zenha e Raúl Rêgo são presos e Mário Soares é novamente confinado a exílio).

⁸¹ Espelhado na recetividade do próprio Sumo Pontífice à causa independentista, o qual recebe, em Roma, os líderes do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC).

⁸² De nome *Giovanni Battista Montini*, sucedeu a João XXIII no cargo de Sumo Pontífice, o qual ocupou durante quinze anos, entre 29 de Junho de 1963 a 6 de Agosto de 1978, data da sua morte. Tendo-lhe tocado dirigir uma época de forte contestação eclesial, deteve no diálogo com o mundo moderno em acelerada mudança um dos seus propósitos mais característicos. De entre vários alvos incluiu desde os não-cristãos e os não-crentes a alguns países socialistas (ex: Polónia e Jugoslávia) que até então negavam dogmaticamente a importância da religião na vida das sociedades. As inúmeras viagens que realizou, de entre as quais a Fátima em Maio de 1967 por ocasião dos cinquenta anos de aparição da Virgem naquele lugar, concederam um (novo) carácter itinerante ao seu pontificado.

unilateral da independência da Guiné, por parte do PAIGC, em Setembro de 1973, representa o golpe de misericórdia na legitimação da permanência portuguesa em África.

Caído em descrédito, o projeto marcelista perde, pouco a pouco, o seu núcleo duro de apoiantes⁸³, deixando o regime cair num isolamento que se reflete no golpe militar de 25 de Abril de 1974. A governação marcelista revelara, não só, incapacidade para apresentar uma solução à guerra colonial como inaptidão para levar avante a indispensável modernização do sistema produtivo português, debilitando a posição económica de Portugal no contexto de um mercado europeu em abertura crescente. Aprofundemos, agora, o panorama educativo e as novidades que este nos traz.

Ao longo dos sete anos de presidência marcelista, o panorama educativo fica a cargo, numa primeira fase, de José Hermano Saraiva⁸⁴ (1968-1970), e numa segunda, de José Veiga Simão (1970-1974). Este último, pelo impacto que detém no panorama educativo português, é alvo de um tratamento mais detalhado da nossa parte.

Salientando a documentação relativa à Análise Quantitativa da Estrutura Escolar Portuguesa (1950-1959) e à Evolução da Estrutura Escolar Portuguesa (1959-1964), as suas conclusões põem a descoberta a realidade do ensino em Portugal, pautado, a título de exemplo, por uma reduzida frequência de alunos em todos os graus, baixo aproveitamento escolar, falta de professores ou instalações.

Neste capítulo, a linha de ação de Veiga Simão vai, não só, ao encontro das indicações deixadas pelo PRM e pela OCDE como, estabelece linhas de continuidade com os ministérios de Leite Pinto e Galvão Teles. Além de proceder a um reforço, através do Decreto de 24 de Abril de 1971, das condições inerentes à prossecução da escolaridade obrigatória, aproveitamento das instalações da rede de postos escolares ou introdução de novas regras para a colocação de professores, procede, a título experimental, ao seu

⁸³ Os «liberais», após as desilusões de 1971-1972, não só desertam⁸³ como passam à oposição, juntamente com os tecnocratas, em 1972. As chefias militares, por seu lado, perante a inexistência de uma solução política para o ultramar, concluem que a única solução viável passa pelo derrube do regime.

⁸⁴ Detentor de uma formação em Ciências Históricas e Filosóficas, sucede a Inocêncio Galvão Teles no cargo de Ministro da Educação Nacional, o qual ocupa entre 18 de Dezembro de 1968 e 15 de Janeiro de 1970. Como professor de História, leciona em vários liceus de Lisboa e é incumbido de várias missões pelo Ministério de Educação (ex: comemoração do VII Centenário das Cortes de Leiria, em 1954 e direções da Campanha Nacional de Educação de Adultos e do Instituto de Assistência a Menores). Desempenha, também, o cargo de reitor do Liceu D. João de Castro (Lisboa), em 1965, e de embaixador de Portugal no Brasil, entre 1971 e 1974.

alargamento de seis para oito anos e à gratuidade do ensino até ao 8º ano (Decreto de 13 de Outubro de 1973)⁸⁵.

De igual modo, Veiga Simão opõe-se a muitos dos princípios básicos que nortearam, até então, a política educativa do regime (centralismo administrativo ou a desvalorização das bases do professorado), criando um sistema educativo orientado para o desenvolvimento económico. Na sua ótica, só através da qualificação dos recursos humanos é possível evitar a exportação de mão-de-obra e alcançar os níveis de desenvolvimento da maioria dos países europeus. Ao promover uma democratização do ensino, o Ministro almeja, não só, abrir a educação a mais cidadãos mas, de igual modo, pautá-la pela qualidade.

Não obstante do abrandamento que se assiste, entre as décadas de 50 e 60, ao nível do aumento populacional, o panorama educativo revela um índice de crescimento sem precedentes. Com um acréscimo pouco acima dos cem mil elementos (100 885), a população total fica-se pelos oito milhões e quinhentas mil pessoas (8 611 125). No que respeita à população entre os 10 e os 19 anos, o Gráfico 2 mostra-nos, igualmente, que o panorama sofre, inclusivamente, um decréscimo (-67 047). Porém, o Gráfico 3⁸⁶ mostra-nos que, só no período entre 1960 e 1975, ocorre um aumento do número de alunos superior aos quinhentos mil (500 550), permitindo perfazer, em 1975, um total de 612 731 alunos do ensino liceal, os quais se voltam a distribuir, maioritariamente, pelo ensino oficial (510 889). À luz do que sucedeu na variável anterior, o período entre 1960 e 1975 detém um impacto (igualmente) decisivo na sua distribuição por tipologia de ensino, marcando o início de uma etapa pautada pela supremacia assinalável do ensino oficial sobre o particular.

O panorama distrital, espelhado no Gráfico 4⁸⁷, revela as suas primeiras quebras demográficas. Ao crescimento elevado e constante dos distritos lisbonense (389 416) e portuense (810 253) junta-se, tão só, o modesto exemplo de Aveiro (63 061), em contraste com os valores encontrados nos distritos de Castelo Branco (-72 726), Coimbra (-42 359) e Leiria (-13 359). No cômputo geral, e como, de resto, tem sido apanágio, não surpreende que as populações de Lisboa (1 611 887) e Porto (1 314 794) detenham valores

⁸⁵ RODRIGUES, Maria Lurdes, ob. cit. pp. 44 e 43.

⁸⁶ Ver alínea “4. Gráficos” nos Anexos.

⁸⁷ Ver alínea “4. Gráficos” nos Anexos.

francamente superior aos restantes estudos de caso: Aveiro (546 457), Coimbra (396 329), Leiria (382 361) e Castelo Branco (251 851).

Ao nível do número de indivíduos entre os 10 e os 19 anos, o Gráfico 5⁸⁸ revela-nos uma quebra generalizada do seu crescimento, mas nem por isso impeditiva de os distritos apresentarem, na sua maioria, valores positivos. Neste capítulo, quando comparado com o Porto (102 796), Lisboa (69 801), Aveiro (30 392), Castelo Branco (20 408), e Leiria (968), o distrito conimbricense (-7 441) representa a “exceção à regra”. Excetuando a troca entre Leiria (69 210) e Coimbra (66 710), todos os restantes mantêm a posição herdada desde de 1930, ou seja, encimada pelo Porto (262 905), e seguida por Lisboa (225 615), Aveiro (106 820) e Castelo Branco (46 050).

Neste capítulo, A. J. Telo alerta-nos para o impacto que o fenómeno da emigração detém, sobretudo, a partir de 1961, ao nível das orgânicas demográficas em Portugal. Além dos valores recordes, próximos dos 1,5 milhões de portugueses, o fluxo de saída troca o continente americano pela Europa Ocidental enquanto destino prioritário.⁸⁹

Averiguemos, no subcapítulo que se segue, que orgânicas demográficas caracterizam o cenário municipal.

2.2.3.1– O município de Coimbra em 1970

Acompanhando as décadas transatas, o ano de 1970 revela uma população concelhia em crescendo, contabilizando um aumento superior às doze mil pessoas (12 133), o qual lhe permite ultrapassar a barreira dos cem mil residentes (110 160)⁹⁰. Ao nível da sua distribuição, o mesmo Quadro 1 revela-nos a posição hegemónica que as freguesias mais centrais – Santo António dos Olivais, Santa Cruz, Sé Nova – detêm a nível do município conimbricense, apresentando-se como portadoras dos maiores índices de densidade populacional. Neste capítulo, as décadas de 50 e 60 encarregar-se-iam de adensar das discrepâncias entre as regiões com maiores e menores densidades populacionais e, também, no aumento do número de escolas de índole pública e privada. Concretizemos.

A freguesia Santo António dos Olivais, além de se manter como a mais populosa, próxima dos vinte e cinco mil indivíduos (24 770), partilha, igualmente, do maior índice

⁸⁸ Ver alínea “4. Gráficos” nos Anexos.

⁸⁹ TELO, António José, *História Contemporânea de Portugal: do 25 de Abril à Actualidade*, vol. I, p. 314.

⁹⁰ Ver Quadro 1, na alínea “3. Quadros”, nos Anexos.

de crescimento. Tais factos permitem-lhe distanciar-se relativamente a outras freguesias como São Martinho do Bispo (9 195), Santa Cruz (9 005), Sé Nova (8 845), Santa Clara (5 910) ou Eiras (4 865). Com uma localização mais periférica, o caso de Almalaguês (3 205), constitui-se a única freguesia que ultrapassa os três mil indivíduos. Neste âmbito, devemos ter em conta o impacto que a aceleração do êxodo rural detém, a partir dos anos 50, ao nível da suburbanização, contribuindo para a chegada de importantes contingentes demográficos e para uma melhor compreensão de algumas dinâmicas populacionais ocorridas nas regiões mais populosas⁹¹.

No tocante às freguesias menos populosas, não obstante do crescimento generalizado, estas mantêm-se, na sua maioria, inalteradas. É o caso de São Marinho de Árvore (745), Torre de Vilela (725), Arzila (710) e Vil de Matos (690). Esta última encontra-se, inclusivamente, em regressão demográfica.

Estas dinâmicas demográficas do município conimbricense não devem ser vistas como um caso isolado. De resto, uma das razões que nos permite explicar este panorama encontra-se veiculado ao âmbito educativo, mais precisamente à localização das escolas. Concretizemos.

Aliado à progressiva concentração da população nas regiões mais próximas de Coimbra, encontramos, igualmente, uma panóplia de instituições educativas. Exemplos disso são, ao nível da rede pública, com os Liceus Nacionais Quinta das Flores (1968), na Rua Pedro Nunes, e D. Duarte (1969), na Rua António Augusto Gonçalves, e, na rede particular, o Colégio São Teotónio (1963), na Rua do Brasil. Este último é, inclusivamente, produto da reaproximação entre o Estado e a Igreja Católica, da qual resulta uma consolidação do ensino particular de tradição religiosa e localizada, preferencialmente, nas capitais de distrito, em escolas particulares, colégios e seminários religiosos.

Uma aposta das duas esferas de ensino que tem continuidade nas décadas seguintes, refletindo a política de ampliação da rede escolar implementada com o ministério de Veiga Simão, durante o qual se verifica um crescimento muito significativo no número de escolas do 3º ciclo do ensino básico e secundário⁹².

Findado o panorama relativo ao Estado Novo, damos início, com o próximo capítulo, ao estudo da conjuntura relativa à III República.

⁹¹ MEDEIROS, Carlos Alberto, ob. cit. p. 256.

⁹² Idem, pp. 393-394.

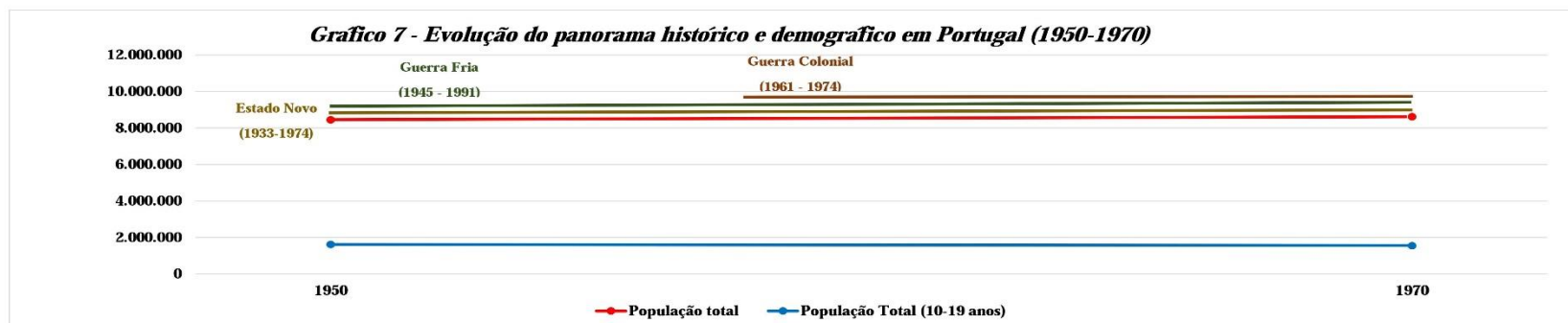
Mapa 6 - Rede Escolar do Município de Coimbra
Ano letivo 1970/1971



Fontes: Elaboração própria através de Câmara Municipal de Coimbra (<http://www.cm-coimbra.pt/>)

Legenda do mapa

<u>Rede Pública</u>	<u>Rede privada</u>
Liceu Nacional Infanta D. Maria ●	Colégio Rainha Santa Isabel ■
Liceu Nacional D. João III ●	Colégio São José ■
Liceu Nacional Quinta das Flores ●	Colégio São Teotónio ■
Liceu Nacional D. Duarte ●	
Escola Técnica Avelar Brotero ○	



Anos		1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	
Cargos	Presidente do Conselho de Ministros	António de Oliveira Salazar											
	Ministro da Educação Nacional	Fernando Andrade Pires de Lima						Francisco de Paula Leite Pinto					
Conjunturas	Nacional: Portugal			Plano de Educação Popular	Campanha Nacional de Educação de Adultos					6º Estatuto do Ensino Privado			Captura do paquete transatlântico Santa Maria
	Local: Coimbra		III Congresso da União Nacional entre 22 e 24 de Novembro			Inauguração do Colégio da Imaculada Conceição							Escola Avelar Brotero transfere-se para as suas instalações atuais

Anos		1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970
Cargos políticos	Presidente do Conselho de Ministros	António de Oliveira Salazar								Marcello José das Neves Alves Caetano	
	Ministro da Educação Nacional	Francisco de Paula Leite Pinto	Manuel Lopes de Almeida	Inocêncio Galvão Teles					José Hermano Saraiva		José Veiga Simão
Conjunturas	Nacional: Portugal				Instituto dos Meios Audiovisuais de Ensino (IMAVE) Relatório do Projeto Regional do Mediterrâneo e Análise Quantitativa da Estrutura Escolar Portuguesa (1950-1959) (2 de	Aprovação do Concílio do Vaticano II e Criação do Gabinete de Estudos e Planeamento da Ação Educativa (CEPAE)	Decreto Lei relativo ao ensino da disciplina de Religião e Moral no 1º Ciclo do ensino liceal (26 de Novembro)	Decreto Lei relativo à criação do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário (2 de Janeiro)		Projeto do Estatuto da Educação Nacional	
	Local: Coimbra			Inauguração do Colégio São Teotónio						Inauguração do Liceu Nacional D. Duarte (17 de Abril)	Inauguração da Escola Preparatória Eugénio de Castro (6 de Outubro)

2.3 – A Terceira República Portuguesa (1974 - ...)

“You the people have the power to make this life free and beautiful, to make this life a wonderful adventure! Then, in the name of democracy, let us use that power. Let us all unite! Let us fight for a new world, a decent world...”

CHAPLIN, Charlie - **The Great Dictator** [Registo Vídeo]. Charlie Chaplin Film Corporation, 1940, 1 DVD, (2h., 5 min.): color.

2.3.1 – Portugal, o pequenino: a ascensão da democracia (1974-1990)

Estamos perante uma citação desenquadrada? Do ponto de vista cronológico não poderíamos estar mais de acordo, todavia, os seus conteúdos, vêm-nos demonstrar o oposto. No âmbito português, os militares, juntamente com as populações, demonstraram querer um destino diferente e a Revolução dos Cravos, ocorrida a 25 de Abril de 1974, advém dessa mesma vontade. As mudanças são inúmeras e, como teremos oportunidade de analisar, o panorama educativo não é exceção. Antes de mais, foquemo-nos na alteração que existe ao nível do paradigma da autoridade, fundamental para compreendermos a instabilidade que caracteriza os primeiros anos de governação após 1974.

Neste capítulo, António José Telo chama-nos a atenção para o facto de que, perdendo o seu carácter rígido e distante de outrora, a autoridade assume uma postura mais flexível e próxima da sociedade. A sua existência e aceitação, por parte da mesma, também perde o seu carácter natural para passar a estar subordinado ao poder decisor das populações, às quais cabe decidir a sua continuidade com base no desempenho dos múltiplos centros de poder que concorrem para o usufruto desta mesma autoridade. O facto de permanência nos centros de poder passar a deter uma menor longevidade implica, de igual modo, que o tempo disponível para se concretizar as políticas a que executivo se propõe seja, naturalmente, menor. Como veremos mais adiante neste capítulo, este facto tem implicações a vários níveis, sobretudo no âmbito educativo. Para já, fiquemo-nos pela análise da esfera política⁹³.

Os primeiros tempos após a queda do regime estado novista desenrolam-se numa certa ingenuidade e inexperiência política. Não obstante da sua capacidade para criar o vazio no poder central, o Movimento das Forças Armadas (MFA) revela-se incapaz de manter um governo coeso, efetivo e, sobretudo, capaz de assegurar a promulgação das

⁹³ TELO, António José, ob. cit., p. 307

medidas necessárias à resolução dos assuntos, à época, mais sensíveis: a descolonização e a democratização⁹⁴.

Por sua vez, o panorama internacional, em plena Guerra Fria (1945-1991), caracteriza-se pela existência de uma bipolarização, do panorama internacional, entre as esferas de influência norte-americana e soviética, capitalista e comunista. Ainda assim, surgem novos centros de poder ativos e autónomos a nível regional como a República Federal Alemã (RFA), agente norteador de um desenvolvimento económico suscitado pela Comunidade Económica Europeia (CEE) na Europa Ocidental, ou a China, detentora de um projeto estratégico tendente a preencher vazios deixados na África Austral. Neste âmbito, e num sentido oposto, o panorama português detém um impacto diminuto na cena internacional, o qual se reflete, por exemplo, no desinteresse revelado pela órbita soviética em englobar Portugal à sua esfera de influência, independentemente o seu projeto de aproximação à Europa Ocidental, tida como uma das traves mestras da sua política externa. Apesar deste facto, o mesmo não se revelou suficiente para conferir um clima de tranquilidade ao panorama interno⁹⁵.

Caraterizado por uma fase de instabilidade política, social e de fraco desenvolvimento económico, o período entre os anos de 1974 e 1985 assume-se como a fase de consolidação da democracia. Análogo à já mencionada efemeridade dos governos, as políticas de austeridade encarregam-se de pôr em causa a melhoria dos salários reais e das condições de vida, tidas, à época, como «irreversíveis». Por sua vez, a adesão à CEE, em 1986, dá início a uma nova etapa marcada por um crescimento económico e, conseqüentemente, uma relativa estabilidade política. Concretizemos.

Encontrando-se intimamente ligado aos acontecimentos políticos, o panorama económico revela-se, de igual modo, um campo próspero em transformações. Enquanto agente condenador de um mercado assente numa concorrência livre, o Estado Novo revelara-se um dos principais travões à adoção de uma estratégia económica mais arrojada e, sobretudo, modernizadora. Não obstante da maior abertura ao exterior preconizada pela adesão à EFTA, a verdade é que as reais necessidades do país exigem um projeto mais arrojado. A este facto juntamos o impacto negativo do término do crescimento económico moderno que, desde a II Guerra Mundial, caracteriza o cenário da Europa Ocidental, e da

⁹⁴ TELO, António José, ob. cit., pp. 46-47.

⁹⁵ Idem, p. 147.

ocorrência do choque petrolífero (1973), responsável pela aumento exponencial dos combustíveis, indispensáveis no quotidiano de qualquer sociedade moderna.

As décadas de 70 e 80, sob a alçada de Mário Soares, vêm representar o período em que Portugal, numa primeira fase, prepara, e, numa segunda, concretiza, a sua entrada na CEE. Além do surgimento de Aníbal Cavaco Silva enquanto Primeiro-Ministro, esta conjuntura permite-nos salientar a importância de mais três figuras que, por razões diferentes, não devem ser olvidadas. É o caso de Sá Carneiro, o qual, se assume como a vertente civil da democracia portuguesa e opositor direto do poder militar instaurado com a revolução de 1974. De Ramalho Eanes, à época Presidente da República (1976-1986), e responsável, em clima de transição, por fazer a instituição militar regressar aos seus valores tradicionais e aceitar os valores básicos de uma democracia não revolucionária. De Mário Soares, o seu sucessor na presidência da República (1986-1996), e a quem coube concretizar o processo de afirmação dos princípios e valores democráticos mas, também, de liberalização económica. Averiguemos de que forma.⁹⁶

Até 1986, ano da sua adesão, a política económica portuguesa objetiva, não só, a redução do défice com o exterior, mas, também, apostar no seu crescimento. Todavia, às políticas de austeridade adotadas para o efeito juntam-se, como já tivemos oportunidade de averiguar, outros fatores de ordem interna – clima de instabilidade política e social (suscitada pela queda dos salários reais) - e externa - sucessivos choques petrolíferos - que, além de desacelerarem a economia internacional, também bloqueiam o processo de evolução, investimento e inovação da economia portuguesa. Com o consumo privado a não sofrer alterações de maior, o aumento que se verifica nas importações deve ser vista, sobretudo, como resultado de uma necessidade de fazer frente às carências⁹⁷ prementes e não de um aumento do poder de investimento da sociedade portuguesa⁹⁸.

Por entre as várias figuras que alcançaram cargos decisores, somente Francisco Sá Carneiro, Primeiro-Ministro em 1980, parecer ter almejado um clima de relativo consenso em seu redor, permitindo-lhe impulsionar uma linha de ação política e económica duradoura. Todavia, o seu falecimento precoce mergulha novamente o país num clima de instabilidade e divisão políticas. No âmbito económico, o ênfase dado pelo

⁹⁶ TELO, António José, ob. cit., pp. 248-262.

⁹⁷ A título de exemplo, o arranque da nova refinaria de Sintra, entre outros fatores, origina um aumento da procura de petróleo, cuja importação sofre um aumento entre 1973 (4,1%) e 1979 (21,1%).

⁹⁸ Idem, pp. 284-286.

Fundo Monetário Internacional (FMI), a partir de 1983, à progressiva redução do défice do setor público traz repercussões ao nível da educação⁹⁹.

Em jeito de síntese, aproveitamos, uma vez mais, para recordar as palavras de António José Telo, para quem este período, balizado entre 1974 e 1985, representa, tão só, uma espécie de “ (...) navegação à vista (...) em que os responsáveis respondiam aos estímulos que lhes chegavam, procurando resolver as crises mais agudas, mas sem a preocupação de procurar uma alteração de fundo da economia (...)”. Por sua vez, análogo à adesão à CEE, a progressiva estabilidade económica e política internas contribuem, assim como a recuperação económica internacional, para que o ano de 1985 reúna as condições necessárias para se relançar uma nova estratégia para a economia portuguesa, assente na modernização de inúmeros setores¹⁰⁰.

A entrada na CEE, além das inerentes obrigações económicas, traz, igualmente, novas responsabilidades do ponto de vista político. A necessidade de encontrar um executivo que, não só, usufrua de uma base parlamentar sólida mas, também, seja capaz de gerir as incumbências próprias do processo inicial de integração leva a que, sob a égide da presidência de Ramalho Eanes (1976-1986), se convoque eleições antecipadas. Desta votação advém um governo que, constituído por Cavaco Silva (Primeiro-Ministro) e Mário Soares (Presidente da República), usufrui do primeiro período de estabilidade económica durante a III República, o qual se reflete nos dez anos que duraram o seu período de governação, relativamente longo quando comparado com os executivos anteriores. Analisemos as traves mestras da sua ação governativa.

Um das suas principais características tem por base a reforma e o aumento quantitativo dos pilares centrais do Estado-Providência, isto é, da saúde, da segurança social e da educação. Nesta última alínea, ressalvamos o lançamento da Lei de Bases do Sistema Educativo (1986), tendente a estender o sistema educativo e, dessa forma, assegurar o progressivo aumento da procura de instrução por parte dos jovens. Em suma, de uma vertente qualitativa, lançada por Veiga Simão, transpõe-se para uma intervenção de teor intrinsecamente quantitativo, assegurado por um período em que os recursos financeiros abundam. Análogo a este facto, devemos acrescentar, não só, o impacto económico e social inerente à adesão de Portugal à CEE como, também, a conclusão de um processo de transição para a democracia que, iniciado em 1974, detém a sua derradeira

⁹⁹ TELO, António José, pp. 286-292.

¹⁰⁰ Idem, p. 306.

fase neste período, findado em 1995. Vejamos, pois, de que forma a conjuntura anterior influencia as políticas educativas adotadas¹⁰¹.

No após 1974, as políticas educacionais norteiam-se, essencialmente, por medidas expansionistas, vocacionadas a dotar o sistema educativo de recursos e meios necessários à prossecução de novos objetivos, o principal dos quais relacionado com o crescimento exponencial do número de aluno. Neste capítulo, o Quadro 3¹⁰² revela-nos que este aumento do corpo estudantil, abrangendo os vários níveis e tipologias de ensino, mantém, no compito geral, uma supremacia do ensino público (1 274 956) relativamente ao Privado (217 014). Apesar deste facto, as diretrizes estatais partem numa direção oposta, isto é, de outorgar um abrandamento do fluxo de alunos que entra no sistema de ensino. Concretizemos.

Á luz do que mencionamos anteriormente, apesar do contexto terminal do regime estado novista já se caraterizar por um gradativo aumento do número de alunos, o seu termo contribui para a massificação da sua procura e conseqüente banalização do acesso ao ensino. Enquanto direito inerente a todo o cidadão, o Estado Novo vê-se obrigado, através da Circular nº12/75, outorgada por Veiga Simão, a suspender a escolaridade obrigatória¹⁰³.

Além de ter que lidar com a sua quantidade excessiva de alunos, as escolas passam a ter de se adaptar, igualmente, á diversidade social e cultural que, a partir de então, a passa a caraterizar. Uma adaptação que se reflete na definição de novos currículos¹⁰⁴, programas, manuais e outros instrumentos de ensino. Relativamente aos estatutos, por sua vez, enquanto documentos orientadores da orgânica escolar e dos seus intervenientes, também são alvo de uma atenção por parte do Estado, o qual, outrora seu tutor, concede-lhe autonomia e responsabilidade na definição e concretização das políticas educativas¹⁰⁵.

A este período inicial, entre 1974 e 1976, caraterizado pela sucessão de seis governos provisórios e seis ministros da educação, sucede-lhe um hiato temporal de dez anos, balizado entre a Constituição da República Portuguesa (1976) e a Lei de Bases do

¹⁰¹ TELO, António José, *História Contemporânea de Portugal – Do 25 de Abril à Actualidade*, Vol. II, pp. 58-61.

¹⁰² Ver alínea “4. Gráficos”, nos Anexos.

¹⁰³ RODRIGUES, Maria Lurdes, *ob. cit.*, pp. 44-45.

¹⁰⁴ Chamamos a atenção para o surgimento do Ensino Secundário Unificado, o qual, resultando na abolição do ensino técnico, vem homogeneizar o ensino, prevalecendo as disciplinas do ensino geral sobre as tecnológicas.

¹⁰⁵ *Idem*, pp. 37-47.

Sistema Educativo (1986), no qual se produz documentação relevante para se perceber a progressiva estabilização do panorama educativo. Passemos à análise dos respetivos ministérios, os quais, cada um há sua maneira, vão contribuir para a consolidação de muitos dos princípios já aqui mencionados.

Principiemos com o Ministro Sottomayor Cardia (1976-1978), cuja legislação reflete uma tendência para a consolidação das traves mestras que norteiam a educação após o 25 de Abril. Se, por um lado, ocorre um reforço da autonomia das escolas através da aprovação do regulamento de funcionamento dos Conselhos Diretivos dos estabelecimentos do ensino preparatório ou secundário (DL nº769-A/76) ou do surgimento dos pais enquanto parte ativa na definição e concretização das políticas educativas (Lei nº7/77, de 1 de Fevereiro) e das autarquias enquanto crescentes repositórios de competências no âmbito educativo (DL nº77/84). Por outro, dá-se a fixação da escolaridade obrigatória nos seis anos (DL nº4/78), confirmando a inexistência de condições, de ordem material e humana, para a concretização das aspirações de Veiga Simão

Ainda dentro da esfera do ensino secundário, cabe ao seu sucessor, Loyd Braga (1978), outorgar, não só, a denominação “escola secundária” a todos os estabelecimentos detentores do ensino secundário (DL nº80/78), como, também, através da unificação das vias liceal e técnica, sendo esta última, inclusivamente, extinta (DN 140-A/78). Limitando-se à oferta educativa das vias liceais, o ensino secundário tem de esperar até ao ministério de José Seabra (1983-1985) para ver o seu leque de oferta educativa adquirir mais uma opção: o ensino técnico-profissional (DN nº194-A/83).

O tema da escolaridade obrigatória continua, também ele, na ordem do dia. Exemplo disso são as políticas adotadas por Veiga da Cunha (1979-1980), cujos decretos versam sobre diversos tipos de facilidades aptas a garantir uma maior efetividade da frequência escolar. É o caso do DL nº358/79, outorgante de uma obrigatoriedade e gratuidade do ensino básico, de isenção de propinas, de transportes gratuitos, de alimentação ou de suplemento alimentar, entre outros. A sua apreensão relativamente ao panorama educativo português levá-lo-ia, inclusivamente, a pedir um exame à política de educação nacional, à OCDE.

A publicação dos resultados, já após o seu ministério, revelam-se fundamentais, não só, para a concretização da Lei de Bases do Sistema Educativo como na própria adesão à CEE, ambas datadas de 1986. Não admira, pois, que este ano represente um

marco importante no panorama educativo português. Se, ao nível do primeiro, consagra a agenda política elaborada pelo exame nacional da OCDE, o segundo colabora para a existência de um clima de estabilidade, resultante dos apoios financeiros que desbloqueia.

Por sua vez, as preocupações de Valente de Oliveira (1978-1979), por seu lado, focam-se mais na tentativa de relativizar a posição secundária do ensino particular e cooperativo, o qual, através da sua Lei da Liberdade (Lei nº9/79), vê-lhe serem reconhecidos os mesmos direitos e liberdades do ensino público, assegurando-lhe, de igual modo, apoio estatal em regiões com oferta pública suficiente. Na pegada de seu antecessor, o ministro Vítor Crespo (1980-1982) prossegue a política de emancipação do ensino particular e cooperativo, outorgando-lhe, por um lado, o seu Estatuto, e, por outro, as modalidades de contrato – associação, simples e patrocínio - tendentes à concessão de subsídios estatais (DL nº553/80).

O facto de a publicação da Lei de Bases representar o pináculo do seu ministério, a governação de João de Deus Pinheiro (1985-1987) aborda outros temas através, por exemplo, da nova política de manuais escolares (DL nº57/87)¹⁰⁶ ou da promoção do uso de tecnologias nas atividades de ensino, materializada com o Projeto Minerva (Despacho nº206/ME/85).

No que respeita a Roberto Caneiro, este encarrega-se, durante o seu ministério (1987-1991), de outorgar muitas das prerrogativas surgidas com a Lei de Bases, de entre as quais pontifica a escolaridade obrigatória, a qual aumenta para os nove anos, consagrados, de resto, na reforma curricular do ensino básico e secundário, os quais passam a ser compostos por três ciclos (4+2+3) e um ciclo de três anos, respetivamente (DL nº286/89 de 26 de Agosto).

Na linha de José Seabra, prossegue (e acentua) o papel do ensino técnico enquanto forma de diversificação de oferta curricular do ensino secundário. Além de lhe conferir um órgão responsável pelas suas normas, o GETAP - Gabinete de Educação Tecnológica, Artística e Profissional (DL nº397/88), cria, não só, escolas profissionais no âmbito do ensino não superior (DL nº26/89) como confere uma linha de crédito destinado ao seu financiamento (DL nº32/90).

No âmbito do Ensino Privado e Cooperativo, outorga a introdução das suas escolas na rede escolar pública (DL nº553/80) e reforça a sua relação de equidade para

¹⁰⁶ Criadora de comissões de apreciação para cada disciplina e níveis de ensino básico e secundário, estabelece, igualmente, as regras para a adoção e período de vigência dos mesmos.

com o ensino público. Como? Respeitando a sua capacidade de iniciativa¹⁰⁷ e fornecendo meios para que este se possa subsistir e expandir (DL n° 388/88). Trata-se, pois, de uma política educativa que, indo de encontro à linha de pensamento de Veiga da Cunha, visa aprofundá-la.

Um fenómeno idêntico ocorre ao nível da progressiva descentralização que o Ministério da Educação faz de muitas das suas prerrogativas, cuja tutela fica sob a responsabilidade das Direções Regionais de Educação (DL n° 3/87), criadas durante a vigência de Roberto Carneiro. De resto, esta gradual passagem das prerrogativas educativas para outros agentes, como é o caso das escolas ou dos municípios, será, cada vez mais frequente à medida que nos aproximamos da década de 90. Acompanhando estas políticas de relativa abertura do fenómeno educativo encontramos, igualmente, um cenário demográfico francamente positivo. Averiguemos o que os dados nos mostram a este respeito. Com base no Gráfico 2¹⁰⁸, assiste-se, tanto, a crescimento da população total (1 256 022) como em idade escolar (83 901). Tratam-se, pois, de dinâmicas que têm a sua razão de ser no impacto simultâneo provocado pelos fenómenos internos e externos.

Ao nível do primeiro, salienta-se, sobretudo, as razões de natureza política ou do afluxo de expatriados das ex-colónias¹⁰⁹, e, no segundo, apontamos para os fenómenos migratórios, como é o caso do primeiro ciclo emigratório europeu de 1962-1973¹¹⁰, do contraciclo europeu de 1973-1976 ou do segundo ciclo emigratório europeu de finais dos anos 80 e inícios dos anos 90¹¹¹.

Ainda dentro deste fenómeno da emigração, devemos ter em conta o impacto do perfil social do próprio emigrante português contemporâneo. Caraterizando-se por uma população jovem, maioritariamente masculina, e detentora de baixos níveis de instrução, torna-se natural a sua implicação na evolução relativa aos indivíduos entre os 10 e os 19 anos, respetivamente, assim como no aumento da taxa de abandono escolar e no progressivo envelhecimento da pirâmide etária portuguesa¹¹².

¹⁰⁷ A título de exemplo: a construção de uma escola pública numa zona abrangida por outra de origem particular e cooperativa, implica a renovação automática do seu contrato por um período nunca inferior a cinco anos.

¹⁰⁸ Ver alínea “4. Gráficos”, nos Anexos.

¹⁰⁹ Embora a maioria regresse a Portugal, outros são acolhidos por outras comunidades espelhadas pela África do Sul, Austrália, Canadá, EUA e Brasil.

¹¹⁰ Fomentado pela necessidade de a Europa Ocidental, fustigada pela II Guerra Mundial, se reerguer material e financeiramente.

¹¹¹ TELO, António José, ob.cit., p. 308.

¹¹² MEDEIROS, Carlos Alberto, ob. cit., pp. 95 a 97.

Em analogia com o fenómeno migratório, fatores como a existência de um agregado familiar mais reduzido, um menor número de casamentos e um maior número de divórcios ou um índice sintético de fecundidade abaixo do necessário para a renovação geracional (1,5) devem ser tidos como importantes remates para uma melhor compreensão das dinâmicas demográficas em Portugal. O mesmo sucede quando nos referimos à progressiva emancipação da mulher, cuja igualdade jurídica obtida logo a seguir à Revolução dos Cravos, encontra reflexos numa generalização do seu acesso ao ensino e ao mercado de trabalho¹¹³.

A nível distrital, os gráficos 4 e 5 vêem-nos revelar um percurso pautado por um crescimento a vários níveis e em diversas regiões, à exceção de Castelo Branco (-38 551), que apresenta uma evolução negativa. Com uma posição mais destacada encontramos Lisboa (450 413) e Porto (311 406), cujo índice de crescimento da população residente ultrapassa significativamente o de Aveiro (111 143), Leiria (45 069) e Coimbra (30 071). O mesmo panorama ocorre ao nível da população residente, entre os 10 e os 19 anos, onde, não obstante dos valores mais modestos, os distritos de Lisboa (79 412) e do Porto (43 543) mantêm um índice de crescimento consideravelmente superior relativamente ao de Aveiro (13 123), Leiria (4 189), Coimbra (2 892) e Castelo Branco (-9 021).

Em resumo, e antes de passarmos para o panorama municipal, resta-nos lembrar que, dentro das diferentes variáveis que foram alvo de análise, o distrito de Coimbra mantém uma posição mediana nos panoramas nacional e distrital, seja ao nível da população total, seja entre a população mais jovem, entre os 10 e os 19.

2.3.1.1 - O município de Coimbra em 1991

Caraterizado por um desenvolvimento significativo ao longo das duas décadas transatas, a rede escolar do município conimbricense apresenta, em 1991, uma expansão, sem precedentes, traduzida num acréscimo de oito instituições de ensino, repartidas entre a esfera pública e privada. Ao nível da primeira surgem as Escolas Secundárias Martim de Freitas (1971), Eugénio de Castro (1972), D. Dinis (1975) e Jaime Cortesão (1977), juntamente com os Colégios da Imaculada Conceição¹¹⁴ e de São Pedro, em 1975, Instituto de Hotelaria e Turismo de Coimbra (1989) e o Instituto Técnico e Artístico Profissional (1991), na esfera privada. Pela primeira vez, é perceptível uma tentativa de

¹¹³ TELO, António José, *idem*, pp. 318-323.

¹¹⁴ Para mais informações sobre esta instituição ver respetiva biografia nos Anexos.

estender a rede de ensino para fora dos limites estabelecidos pelas freguesias mais populosas e próximas de Coimbra. Esta missão fica a cargo do ensino privado, pela mão do Colégio da Imaculada Conceição (CAIC), que se instala em Cernache.

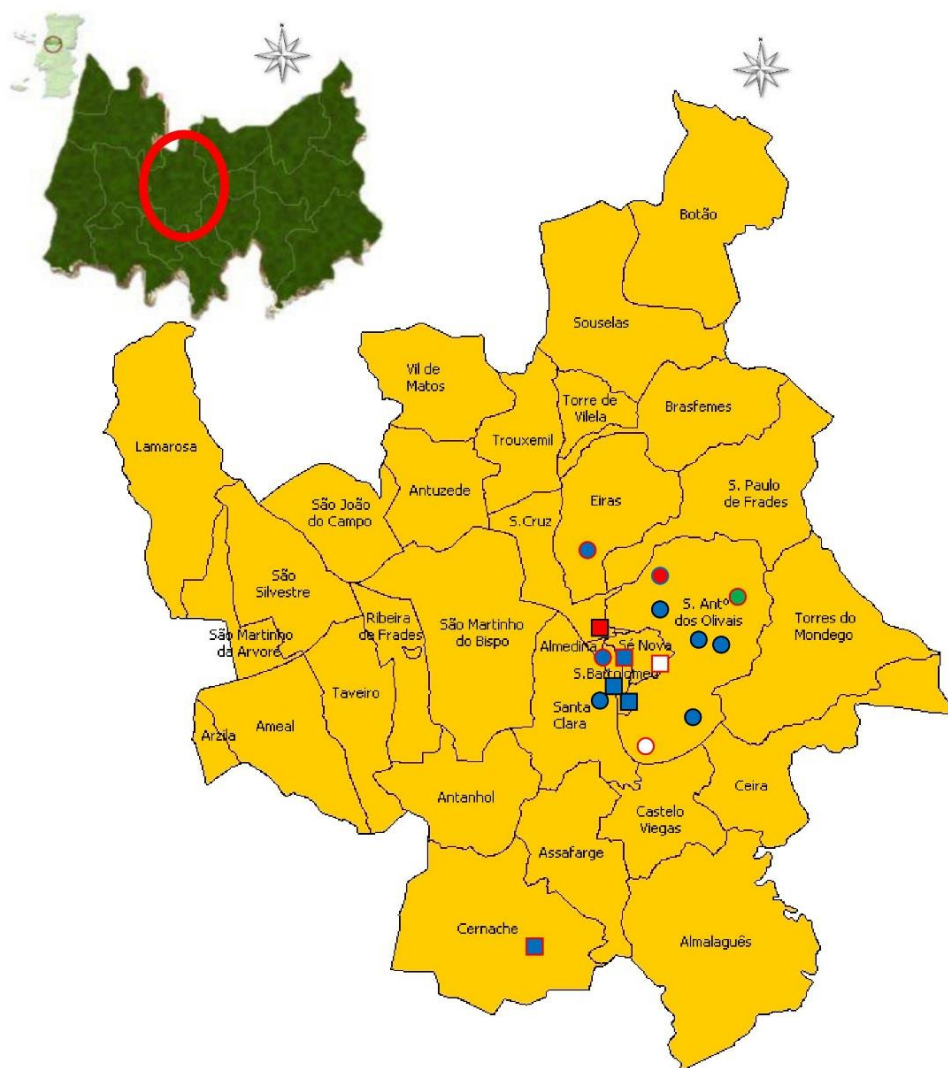
Não obstante deste alastramento de geográfico, as principais dinâmicas demográficas não sofrem alterações de maior comparativamente ao panorama de 1970. Análogo às freguesias mais paradigmáticas de Santo António dos Olivais (35 807), São Martinho do Bispo (12 484), Santa Cruz (8 239) ou Sé Nova (8 609), surgem os casos de Santa Clara (8 609) e Eiras (9 655). Por outro lado, é a freguesia de Torre de Vilela (1 085) que representa a principal novidade entre as freguesias menos populosas, juntamente com São Martinho de Árvore (978), Vil de Matos (731) e Arzila (711).

Tratado este período inicial da III República, no qual abordamos as questões relacionadas com a instabilidade relativa à ascensão da democracia, assim como o período de maior estabilidade, iniciada com a adesão à CEE e que se consolida a partir da década de 90. O mesmo sucede no panorama educativo, no qual, beneficiando da estabilidade política e económica, reforça e expande a sua rede de ensino. O cenário conimbricense apresenta-se, de resto, como um protótipo desta questão.

Debrucemo-nos, no subcapítulo que se segue, na última fase deste estudo, a qual, balizada entre 1991 e 2011, se detém sobre a conjuntura posterior à adesão à CEE.

Mapa 7 - Rede Escolar do Município de Coimbra

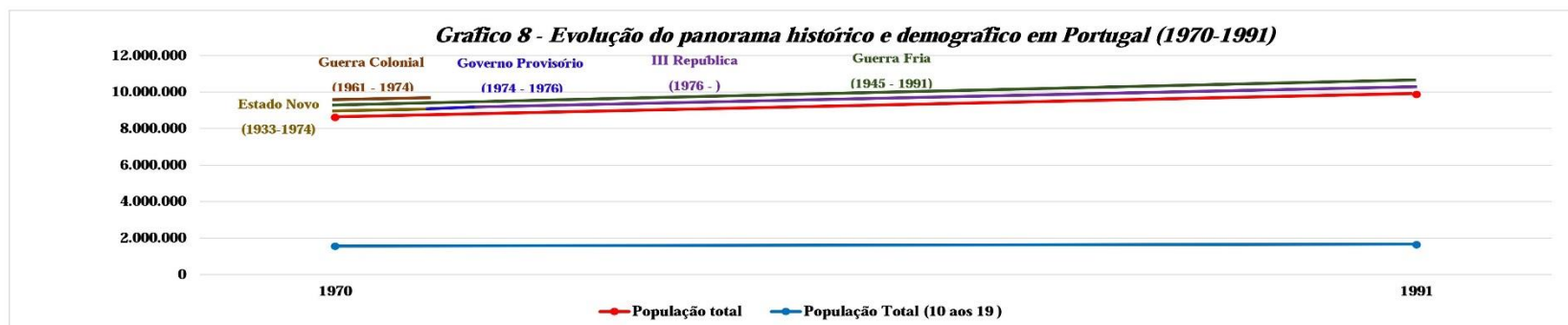
Ano letivo 1990/1991



Fontes: Elaboração própria através de Câmara Municipal de Coimbra (<http://www.cm-coimbra.pt>)

Legenda do mapa

<u>Rede Pública</u>	<u>Rede privada</u>
Escola Básica do 1º, 2º e 3º Ciclo ●	Ensino Básico do 1º, 2º e 3º Ciclo ■
Escola Básica do 2º e 3º Ciclo ●	Escola Básica e Secundária ■
Escola Básica e Secundária ●	Escola Profissional □
Escola Secundária ●	
Escola Profissional ○	



Anos		1970	1971	1972	1973	1974				1975		1976	1977	1978		1979		1980		
Cargos públicos	Presidente do Conselho de Ministros	Marcelo José das Neves Alves Caetano				Junta de Salvagem Nacional	Adelino Hermitério da Palma Carlos		Vasco dos Santos Gonçalves				J. B. Pinheiro de Azevedo	Vasco Almeida e Costa	Mária Alberto Nobre Lopes Soares		Alfredo Jorge Nobre da Costa	Carlos Alberto da Mota Pinto	Maria de Lourdes Ruivo da Silva de Matos Pintasilgo	Francisco Manuel Lumbrales de Sá Carneiros
	Ministro da Educação Nacional ¹	José Veiga Simão					Eduardo Henriques da Silva Correia	Vitorino B. de Magalhães Godinho	Vasco Santos Gonçalves (int.)	Rui dos Santos Grácio ²	Manuel Rodrigues de Carvalho	Jose Enlito da Silva	Vitor Manuel Rodrigues Alves	Mário Augusto Leal Cardia	Sottomayor	Carlos A. Loyd Braga	Luís F. Valente de Oliveira	Lus E. C. Veiga da Cunha	Vitor Pereira Crespo	
Anos		1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980								
Conjunturas	Nacional: Portugal		Reforma do Ministério da Educação Nacional		Criação da Direcção-Geral do Ensino Particular	III Encontro Nacional de Responsáveis do Ensino Particular	Instituição do Ensino Secundário Unificado			Unificação dos Liceus, Escolas Industriais e Comerciais em Escolas Secundárias	Estatuto do Ensino Particular									
	Local: Coimbra		Inauguração da Escola Preparatória Martim de Freitas	C.R.S retoma o ensino masculino Inauguração E. S. Eugénio de Castro		FTSP altera a sua designação para Jaime Cortesão	Inauguração F. S. D. Dinis, CAIC e C. S. Pedro			CAIC celebra Contrato de Associação com o Governo português		Publicação Modalidade de Contrato de Associação								
Anos		1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991								
Car	Primeiro-ministro	Diogo Pinto Freixas do Amaral (int.)	Francisco José Pereira Pinto Balsemão		Mária Alberto Nobre Lopes Soares			Anibal António Cavaco Silva												
	Ministro da Educação e Investigação Científica	Vitor Pereira Crespo		João Fausto da Silva	João Augusto Baptista Lopes e Seabra		João de Deus Rogador Salvador Pinheiro			Roberto Artur da Luz Carneiro										
Anos		1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991								

¹ Tratou-se de um período em que a alteração da sua denominação foi uma constante: Ministério da Educação e Investigação Científica entre 19 de Abril de 1975 e 1 de Agosto de 1979, alternando com o nome de Ministério da Educação e Cultura entre 30 de Janeiro e 22 de Novembro de 1978; Ministério da Educação entre 1 de Agosto de 1979 e 3 de Agosto de 1980; Ministério da Educação e Ciência entre 4 de Setembro de 1981; Ministério da Educação e das Universidades até 9 de Junho de 1983; Ministério da Educação até 21 de Junho de 2011, alternando com Ministério da Educação e Cultura entre 6 de Novembro de 1985 e 17 de Agosto de 1987.

² Por delegação de poderes.

2.3.2 – A adesão à CEE: consolidação da democracia (1991-2011)

Com uma longevidade balizada entre 1995 e 2002, o governo de António Guterres, detém algumas linhas de continuidade relativamente ao seu antecessor, principalmente no que respeita à política de investimento no Estado-Providência. Neste âmbito, a palavra “quantidade”, outrora norteadora das políticas de Cavaco Silva, é suplantada pela palavra “qualidade”, que passa a caracterizar todas as medidas outorgadas relativamente ao Estado-Providência e, conseqüentemente, ao panorama educativo. Mais à frente versaremos sobre esta questão¹¹⁵.

Do ponto de vista externo, o arranque do euro assume uma quota-parte, na definição da política governativa adotada por António Guterres, tendente a tomar as devidas providências de forma a preparar a adesão de Portugal à moeda única. Por outro, os fatores que outrora sustentam a prosperidade – crescimento da economia internacional, rendimentos advindos das privatizações, proteção dos produtos europeus relativamente aos mercados asiático e americano – tendem a esvaír-se, contribuindo para a conjuntura de crise que caracteriza o dealbar do século XXI, agravada com o alargamento, em 1995, do espaço europeu à Áustria, Finlândia e Suécia, cujos respetivos mercados, além de incorporados na União Europeia, oferecem as mesmas vantagens que o português¹¹⁶.

Perante este cenário, a necessidade de fazer entrar Portugal na «*sociedade de informação e do conhecimento*», detém reflexos negativos do ponto de vista financeiro, contribuindo para um aumento da dívida pública sem, todavia, retirar os dividendos necessários. Além de apresentar poucas melhorias ao nível da cobertura da rede de educação pública, o país detém, nos finais do milénio, a maior taxa de insucesso escolar da Europa Ocidental.

Um panorama que, de resto, não encontra alterações por demais nos dois governos que lhe sucedem. Se, por um lado, o ministério de Durão Barroso (2002-2004), mantendo as principais linhas gerais de orçamento, aumenta tanto a carga fiscal como a fuga aos impostos, por outro, Pedro Santana Lopes (2004-2005), além de partir de uma posição previamente comprometida¹¹⁷, vê a imagem do seu executivo debilitar-se significativamente devido à sucessão de problemas cuja origem, inclusivamente advém

¹¹⁵ TELO, António José, ob. cit. pp. 86-87.

¹¹⁶ Idem, pp. 94-118.

¹¹⁷ Face à candidatura de Durão Barroso à Presidência da Comissão Europeia, Jorge Sampaio, à época Presidente da República, escolhe Santana Lopes para o cargo de Primeiro-Ministro, sob a condição de o mesmo prosseguir com as principais linhas políticas do anterior governo.

de ministérios anteriores. No âmbito educativo, ressalva-se o atraso do início do ao escolar devido às dificuldades existentes na colocação de professores. Até certo ponto, a realização de eleições antecipadas revela-se inevitável¹¹⁸.

Apresentando-se como um ponto de rotura com os ministérios mais recentes, o executivo de José Sócrates, aparentando uma postura mais incisiva, busca alcançar o saneamento financeiro de forma gradual, mas rápida. Torna-se claro que, sem a redução da dívida pública, não há lugar à concretização de novos projetos. Neste capítulo, as principais alterações ao nível do Estado-Providência refletem-se, sobretudo, na introdução de mecanismos de controlo da progressão de carreira, introduzindo-se as noções de concorrência, avaliação do desempenho e recompensa no mérito das carreiras. Perante tantas adversidades de índole, sobretudo, económica, vejamos o que nos reserva o âmbito educativo¹¹⁹.

À etapa subjugada, principalmente, às diretrizes concedidas, numa primeira fase, pelo exame nacional da OCDE, e implementadas, numa segunda, pela Lei de Bases do Sistema, segue-se, um período onde a principal preocupação dos ministros da educação. Assenta na necessidade de tornar o sistema educativo sustentável. Um cenário, de resto, espelhado pelo Gráfico 2¹²⁰, onde os valores referentes ao período balizado entre 1991 e 2011, a rondar as setecentas mil pessoas (674 693), fica aquém do registo de um milhão e duzentas pessoas (1 256 022) referente aos vinte anos transatos. Neste capítulo, o aumento populacional resulta, entre outros fatores, das variações existentes ao nível das migrações, mais precisamente da queda registada ao nível da emigração¹²¹ e do gradual afluxo de imigrantes. A título de exemplo, entre 1984 e 2004, assiste-se a uma passagem dos 50 mil indivíduos, em 1984, para os 265 mil, respetivamente.¹²²

No plano da população escolar assistimos, inclusivamente, a um decréscimo próximo dos quinhentos mil (-497 666) elementos resultante, sobretudo, de uma substancial queda, visível desde a década de 70, do saldo natural. Neste capítulo, a passagem do milénio fica registada enquanto o período em que, pela primeira vez, desde

¹¹⁸ TELO, António José, ob. cit., p. 123-131.

¹¹⁹ Idem, p. 134-137.

¹²⁰ Ver alínea “4. Gráficos”, nos Anexos.

¹²¹ Aos quais não se inclui os emigrantes, por um lado, de curta duração, que trabalham menos de um ano no exterior, regressando depois e que são um número substancial, e, por outro, empregados em Espanha mas detentores de residência junto à fronteira portuguesa.

¹²² Marcada pelos efeitos da globalização acelerada, a imigração adquire novas proveniências, originárias de países da Europa do Leste.

o surgimento das estatísticas da evolução da população portuguesa, o número de indivíduos com mais de 64 anos excede o número de indivíduos com menos de 15 anos, traduzindo-se numa pirâmide etária envelhecida¹²³. Neste capítulo, cabe ao ministério de António dos Santos (1992-1993) a génese dos vários mecanismos¹²⁴ tendentes a auxiliar o financiamento do sistema educativo.

Por outro lado, os interesses e expectativas de diferentes setores políticos e sociais encarregam-se de introduzir novos temas na agenda política, de entre os quais o combate ao insucesso e abandono escolares, somente almejados através da obtenção de um ensino de qualidade. A criação do TEIP - Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (D n°147-B/96), do GAVE – Gabinete de Avaliação Educacional (DL 229/97) ou do PEIF – Programa Integrado de Educação e Formação (D n°882/99), no ministério de Eduardo Grilo (1995-1999), assim como do PETI – Programa de erradicação do Trabalho Infantil (D n°948/2003), pela mão de David Justino (2002-2004), são exemplo da flexibilização e diversificação curricular e pedagógica, tidos como fundamentais para a promoção do sucesso educativo.

No período que separa estes dois ministérios, entre 1999 e 2002, ressalva-se, pela mão do Ministro Guilherme de Oliveira Martins (1999-2000), a sequência dada à progressiva racionalização do sistema de ensino português, visível na fixação dos requisitos necessários à constituição dos estabelecimentos educativos dos ensinos pré-escolar e básico (DR n° 12/2000). Neste âmbito, não nos podemos olvidar do novo enfoque que os critérios do Tratado de Maastricht (1992) concedem à questão do financiamento do sistema educativo e à necessidade de reduzir a sua despesa.

À luz do que tem sido apanágio, assiste-se à existência de uma linha de continuidade assente na promulgação de nova legislação inspirada em diretrizes educativas anteriores. É o caso dos ministérios de David Justino e Maria Seabra (2004-2005), nos quais se introduz os cursos profissionais nas escolas secundárias públicas (DL n°74/2004) ou o surgimento das cartas educativas (DL n°7/2003) enquanto permissores de uma aliança entre um gradativo alargamento e diversificação da oferta formativa e uma

¹²³ TELO, António José, ob. cit. pp.309 a 311.

¹²⁴ Salientamos a introdução das propinas no ensino superior (Lei n°20/92) ou o surgimento da avaliação enquanto mecanismo de controlo, não só, da progressão automática na carreira docente (DR n°13/92) mas, também, do acesso dos alunos ao ensino superior (DN n°98-A/92).

obtenção, também ela gradual, de uma autonomia por parte, não só, das autarquias mas, igualmente, das próprias instituições educativas.

Em simultâneo com estas “eternas” preocupações, o período final deste trabalho, isto é, entre 2005 e 2011, debate-se com a necessidade de promover o sucesso escolar. Neste capítulo, as medidas são várias. Passemos à sua enumeração.

Desde a obrigatoriedade de as escolas definirem planos de recuperação e acompanhamento dos alunos detentores de dificuldades de aprendizagem (DN nº50/2005), à realização de aulas de substituição em caso de falta dos professores (D nº13599/2006), à fixação da regra das colocações plurianuais dos docentes (DL nº20/2006), à requalificação e modernização de cerca de trezentas escolas do Ensino Secundário (DL nº41/2007), à transferência das competências de gestão dos edifícios do 2º e 3º ciclos do ensino Básico e Secundário (DL 144/2008), à ampliação do número de alunos beneficiários da ASE - Ação Social Escolar (DL 55/2009). Busca-se promover, não só, um salto qualitativo ao ensino português e alguma serenidade à carreira docente, mas, também, a repartição dos encargos educativas.

Ainda dentro desta conjuntura, ressaltamos a assinatura, em 2005, do primeiro contrato de autonomia entre o Ministério da Educação e uma escola pública, neste caso a Escola Básica da Ponte¹²⁵. Trata-se, pois, de uma linha de ação que não encontra eco no panorama do ensino particular e cooperativo, o qual permanece numa posição secundária, fruto da dependência que a renovação, ou não, de seu contrato tem relativamente às insuficiências identificadas na rede escolar pública (DL nº138-C/2010).

A nível demográfico, mais do que marcar um ciclo pautado por valores moderados, a década de 90 representa a conclusão do processo de modernização demográfica caracterizado por valores baixos, e estáveis, de mortalidade e de fecundidade/natalidade. Neste âmbito, ressaltamos o impacto decisivo que as elevadas taxas de fecundidade e natalidade das imigrantes detêm enquanto motores de crescimento demográfico, permitindo acautelar consequências mais gravosas decorrentes de um maior abrandamento do crescimento populacional.

Trata-se de uma vertente que, de resto, se fortalece à medida que a posição de Portugal enquanto destino de migrações se sedimenta, nos finais do século XX, fruto de uma conjuntura económica favorável e conjugadora de dinâmicas importantes do investimento privado e público, associadas a um processo de expansão do consumo das

¹²⁵ Localizada no município de Santo Tirso, pertence ao distrito do Porto.

famílias, e que a taxa de fecundidade se afigura incapaz de assegurar a substituição de gerações pautando-se, inclusivamente, por 1,4 nos inícios do século XXI.

Queremos com isto dizer que o fenómeno da emigração deixou ser parte constituinte do horizonte português? Longe disso, o advento dos finais do século XX e inícios do século XXI leva-o a transforma-se, a adquirir um novo rosto perante as necessidades que caracterizam a sociedade atual. Mais à frente neste trabalho, como forma de concretizar esta ideia, vamos focar-nos nos fenómenos migratórios e na sua importância ao nível orgânica demográfica no município conimbricense. Antes disso, foquemo-nos nas linhas gerais que caracterizaram as dinâmicas nacional¹²⁶ e distrital¹²⁷. De resto, e como tem sido apanágio até ao momento, encontraremos reflexos do primeiro cenário relativamente ao segundo, seja ao nível da população, no cômputo geral, como da existente entre os 10 e os 19 anos. Concretizemos¹²⁸.

O contínuo aumento populacional que se observa a nível nacional¹²⁹ espelha-se, por sua vez, num crescimento generalizado no âmbito distrital, exceção feita ao caso de Castelo Branco¹³⁰, cujos registos se apresentam negativos. Neste capítulo, o distrito conimbricense (430 104) pauta-se por um distanciamento relativamente a Aveiro (714 200) e Leiria (471 110), com os quais partilhava valores significativamente idênticos até ao momento. As disparidades ganham maior ênfase quando nos debruçamos sobre as dinâmicas relativas à população entre os 10 e os 19 anos, onde o primeiro (22 544) é significativamente transposto pelo segundo (79 014) e terceiro (48 875). A quebra demográfica que, de resto, se verifica a nível nacional (-497 666) ecoa nos registos distritais que, por sua vez, se pautam por valores negativos em todos os estudos de caso.

O panorama educativo¹³¹ mostra-nos, todavia, uma dinâmica diferente das que encontramos até ao momento. Exemplo disso é o seu percurso de crescimento ininterrupto durante o período entre 1991 e 2010, com maior ênfase no ensino privado (+140 940) do

¹²⁶ Ver alínea “4. Gráficos”, nos Anexos.

¹²⁷ Ver alínea “4. Gráficos”, nos Anexos.

¹²⁸ MEDEIROS, Carlos Alberto, ob. cit., pp. 61-64.

¹²⁹ A rondar os 674 693 elementos, permitiu à população total portuguesa ultrapassar o limite dos dez milhões de elementos.

¹³⁰ Além de apresentar os valores mais baixos ao nível da população residente total (196 264) e entre os 10 e os 19 anos (17 275), é o único distrito que apresenta valores negativos ao nível da primeira (-17 036) e da segunda (-19 754) variáveis.

¹³¹ Ver alínea “4. Gráficos”, nos Anexos.

que no oficial (+48 155). Contudo, este último (786 023) continua a superiorizar-se relativamente ao primeiro (209 294). Foquemo-nos, agora, no Município de Coimbra.

2.3.2.1 – O Município de Coimbra em 2011

À luz do que o panorama distrital já nos vem revelando, o território concelhio de Coimbra ocupa uma posição central entre as duas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, em muito devido ao facto de ser atravessada por algumas das principais vias de comunicação. Sem negar a importância da A1 e do IC2 no panorama nacional, é a A14 que, na ótica deste trabalho, deve ser tida como fulcral no reforço do eixo urbano constituído entre os polos urbanos de Coimbra e Figueira da Foz. De igual modo, não podemos negar a relevância que as EN's assumem na estruturação da rede viária municipal¹³².

Recuperando os valores do Quadro 3¹³³, é-nos possível averiguar que, análogo ao contínuo crescimento demográfico a nível concelhio, assiste-se ao despontar de freguesias que, contrariamente ao que sucedera até então, assumem lugares de destaque. É o caso de Cernache (4 048) e São Silvestre (3 122), as quais recuperam uma posição de referência, ou de São Paulo de Frades (5 824) e Ceira (3 701) que, pela primeira vez, passam a ocupar, também elas, um lugar de realce. Tratam-se, pois, de exceções à regra comparativamente aos casos mais paradigmáticos como Santa Clara (9 929), Sé Nova (6 741) ou Santa Cruz (5 699), os quais beneficiam da proximidade do centro, entenda-se, da cidade de Coimbra.

Aos casos paradigmáticos de Vil de Martos (877) e Arzila (655) juntam-se as freguesias de Almedina (904) e São Bartolomeu (627), cuja similitude assenta no facto de uma população residente além dos mil indivíduos. Um fenómeno surpreendente, não se tratassem de duas áreas que, entre 1930 e 1950, se encontram entre as mais populosas.

Neste âmbito, chamamos a atenção para o facto de Coimbra, enquanto agente polarizador dos municípios vizinhos, se destacar enquanto local de emprego e de estudo, mas, nem por isso, de habitação, visto que muita dessa população acaba por regressar aos municípios vizinhos onde, inclusivamente, reside. Este facto contribui, não só, para um

¹³² NOGUEIRA, João, Organização Territorial das Escolas: Dinâmicas dos alunos da cidade de Coimbra, p. 53.

¹³³ Ver alínea “4. Quadros”, nos Anexos.

decréscimo mas, também, envelhecimento, populacionais nos municípios mais centralizados¹³⁴.

Além desta mobilidade inter-municipal, devemos ter, novamente, em conta o impacto detido pelo fenómeno da imigração, principalmente enquanto justificação para o crescimento demográfico que se verifica a nível concelhio e que, por sua vez, se reflete, entre outros, ao nível do aumento da periurbanização, da emergência de novos espaços de emprego nas periferias urbanas ou do desenvolvimento dos serviços nos centros urbanos mais periféricos. Presencia-se, pois, um crescimento extensivo de uma urbanização que, pouco densa e descontínua, organiza-se em torno de uma bacia de emprego fomentada por uma constelação urbana encabeçada por Coimbra e complementada por Montemor-o-Velho, Condeixa, Soure, Miranda do Corvo, Penacova, Poiães, Lousã, Cantanhede e Mealhada-Anadia¹³⁵.

À luz desta tendência expansiva que caracteriza os inícios da década de 90 do panorama demográfico conimbricense, averiguemos de que forma se traduz na sua rede escolar. Antes disso, foquemo-nos na Carta Educativa do Município de Coimbra (2008-2015) e nas informações pertinentes que esta nos concede sobre o panorama educativo em 2007. Concretizemos.

Contando com um total de trinta e uma escolas, a rede escolar contabiliza dezassete das quais pertencentes à rede pública e catorze à rede privada. Por seu lado, a vertente pública distribui-se entre nove escolas com 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico¹³⁶, sete escolas com o Ensino Secundário¹³⁷, duas das quais com 3º Ciclo. Por outro, o ensino privado, num total de catorze instituições escolares, distribui-se entre o Instituto Educativo de Lordemão (São Paulo de Frades), unicamente com 3º Ciclo do Ensino Básico, seis com 3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário¹³⁸, o Instituto de Almalaguês, com 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário, e, por último, a

¹³⁴ Carta Educativa do Município de Coimbra, 2008, pp. 7-10.

¹³⁵ MEDEIROS, Carlos Alberto, ob. cit., pp. 200-208.

¹³⁶ O grupo com 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico engloba as seguintes escolas: Ceira; Poeta Manuel Silva Gaió (Santa Clara); Alice Gouveia, Eugénio de Castro e Martim de Freitas (Santo António dos Olivais); Inês de Castro (São Martinho do Bispo); Pedrulha (São Paulo de Frades); São Silvestre e Taveiro.

¹³⁷ O grupo com Ensino Secundário engloba as seguintes escolas: D. Dinis (Eiras); D. Duarte (Santa Clara); Jaime Cortesão (Santa Cruz); Quinta das Flores (Santo António dos Olivais); Avelar Brotero, Infanta D. Maria e José Falcão (Sé Nova).

¹³⁸ O grupo com 3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário engloba as seguintes escolas: Colégios Rainha Santa e São Teotónio (Almedina), Colégios da Imaculada Conceição (Cernache) e São Martinho, Instituto de Souselas, por último, a Cooperativa de Ensino de Coimbra – São Pedro (Sé Nova).

Instituição Missionário da Sagrado Coração (Santo António dos Olivais), com Ensino Secundário¹³⁹.

No que diz respeito ao Ensino Profissional e Artístico, o ensino particular, através da Escola de Música do Colégio São Teotónio, o Conservatório Regional de Coimbra (Santa Clara), o ITAP - Instituto Técnico Artístico e Profissional de Coimbra (Santo António dos Olivais) e as Escolas Profissional de Artes de Coimbra (São Paulo de Frades) e a Profitecla (Sé Nova), revela uma significativa supremacia relativamente ao ensino público, o qual se encontra representado, unicamente, pelo Conservatório de Música (Sé Nova).

Relativamente ao número de alunos matriculados, os dados apontam para um cenário pouco favorável ao nível da sua evolução quantitativa. Revelando um decréscimo generalizado do número de alunos entre 2001 e 2007, o Quadro 4¹⁴⁰ mostra-nos um cenário onde o ensino secundário (-19,5%) atinge uma maior amplitude relativamente ao 3º Ciclo do Ensino Básico (-6,4%). Todavia, o ano letivo 2006/2007 mostra-nos uma tendência ao nível do ensino secundário, o qual vê, pela primeira vez, o seu número de alunos a aumentar, permitindo-lhe, inclusivamente, recuperar a sua supremacia relativamente ao 3º ciclo do ensino básico¹⁴¹.

Em prossecução ao que já vem sucedendo desde a década de 90, a evolução demográfico no sentido de um rápido envelhecimento da população mantém-se como fator a ter em conta no decréscimo do corpo estudantil. Exemplo disso é a perda de 9,81% de população jovem e, por outro, um acréscimo de 6,52% de população com 65 ou mais anos, que ocorre entre 1991 e 2001¹⁴².

Quanto á dicotomia Público/Privado, a superioridade pende para a esfera pública, a qual se apresenta mais vincada ao nível do Ensino Secundário¹⁴³ do que do 3º Ciclo do Ensino Básico¹⁴⁴.

Ainda dentro das temáticas desenvolvidas pela Carta Educativa, salientamos um inquérito dirigido aos pais e centrado na qualidade de ensino das escolas que os seus

¹³⁹ Carta Educativa do Município de Coimbra, p. 11.

¹⁴⁰ Ver alínea “4. Quadros”, nos Anexos.

¹⁴¹ Carta Educativa do Município de Coimbra, p. 12.

¹⁴² NOGUEIRA, João, ob. cit. p. 67.

¹⁴³ Com um total de 834 alunos, equivalentes a 16% do total, o ensino privada fica aquém dos 4 241 alunos detidos pelo ensino público, representando 84% do total.

¹⁴⁴ Com um total de 1 993 alunos, equivalentes a 41% do total, o ensino privado é ultrapassado pelos 2 913 alunos do ensino público, detentor dos restantes 59%.

educandos frequentam. Não obstante de, na sua maioria, existir um parecer favorável relativamente à qualidade do ensino, a opinião dos inquiridos recai, preferencialmente, no ensino privado (89,2%) relativamente ao público (75,4%). Ao nível da orgânica da escola, das inúmeras alíneas que foram alvo de avaliação, as que reúnem maior concordância relacionam-se com o entusiasmo dos docentes relativamente ao ensino; a existência de um ambiente escolar seguro, ordenado, limpo e bem cuidado; a presença de uma Direção que gere bem a escola, assim como de funcionários competentes e atenciosos ou a adequação dos horários das aulas. Por outro lado, os itens que reuniram menor consenso referem-se ao excessivo número de faltas dadas pelos docentes ou à inutilidade dos conteúdos que são lecionados¹⁴⁵.

Quadro 4 – Alunos matriculados, nas Escolas do Município de Coimbra (2001-2007)

Tipologia de Ensino	Anos Letivos						(%)
	01/02	02/03	03/04	04/05	05/06	06/07	
3º Ciclo do Ensino Básico	5 240	5 068	5 004	4 923	5 020	4 906	- 6,4%
Ensino Secundário	6 301	5 784	5 656	5 177	4 656	5 075	- 19,5%

Legenda: 3º Ciclo do Ensino Básico (3ºC.E.B.) e Ensino Secundário (E.S.).
Fonte: Carta Educativo do Município de Coimbra (2008-2015), 2008, p. 16.

Em suma, e apesar de não estar diretamente relacionado com a temática-alvo deste trabalho, são conteúdos que nos permite auferir da opinião de outro agente educativo e, como tal, complementar a nossa análise. Após este breve apanhado, retome-mos a nossa conjuntura de 2010 e, mais precisamente, da sua rede escolar. Partindo da análise do Mapa 8, este reflete a prossecução do alargamento do seu raio de ação e influência existente em 1991 e materializado nas inúmeras escolas de foro privado em regiões com uma localização mais periférica. É o caso dos Institutos em Almalaguês e Souselas, em 1993, do Instituto de Lordemão (1995) e do Colégio Bissaya Barreto (2003), situados, respetivamente, em Eiras (12 097) e São Martinho do Bispo (14 147), duas das regiões mais populosas, somente ultrapassadas pela freguesia de Santo António dos Olivais (38 936).

Modo de organização familiar e alguns aspetos como a segurança, o tempo de deslocação, a comodidade, entre outros, acabam por influenciar fortemente nas dinâmicas espaciais dos alunos e provocar alterações no desempenho e na produtividade diária.

¹⁴⁵ Carta Educativa do Município de Coimbra, 2008, p. 23.

Deste modo, as escolas procuram munir-se e atuar de modo a produzir as localizações mais acessíveis, novas formas de atuação, políticas de mobilização dos jovens, entre outras ações apostadas em minorar os custos para as famílias. Ainda dentro da obra de João Nogueira, podemos encontrar conteúdos que complementam a temática central deste trabalho¹⁴⁶.

Além das características gerais dos estabelecimentos, o autor refere, igualmente, que a oferta educativa distribui-se heterogeneamente pelo território, concentrando-se em certas áreas geográficas e atendendo a um público-alvo. Entre outras temáticas, João Nogueira salienta, ainda, a existência de uma mancha irregular relativamente à dispersão dos estabelecimentos escolares, variando conforme o nível de ensino; o impacto que a distância detém no acesso aos estabelecimentos escolares, impondo custos que recaem sobre o sistema de ensino ou nos seus utentes; a caráter hierárquico característico da organização espacial dos estabelecimentos de ensino, o qual se manifesta tanto pela quantidade de estabelecimentos escolares como pelo número de indivíduos matriculados ou a tendência dos estabelecimentos de ensino para se localizarem nos centros mais populosos e junto a outras facilidades humanas materiais e humanas. Por último, salientam-se, ainda, os critérios tidos em conta pelos pais na hora de escolher um estabelecimento de ensino para os seus filhos, é o caso da proximidade do local de residência, da qualidade dos professores, do prestígio da escola ou do critério de proximidade ao local de trabalho¹⁴⁷.

No que toca aos alunos e à sua espacialidade, o autor verifica que é na escola Secundária Infanta D. Maria que se encontra a sua maior concentração de alunos vindos dos focos habitacionais mais próximos da sede escolar. Por sua vez, enquanto o Colégio Rainha Santa produz uma mancha com maior dispersão, tendo alunos provenientes da esfera urbana, o Colégio S. Martinho tem tendência para concentrar alunos na sua área de proximidade. Em suma, e de um modo geral, a Escola Básica do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico detém uma captação fora do limite urbano e, conseqüentemente, longe da sua sede¹⁴⁸.

Por último, João Nogueira faz menção à questão da competitividade, a qual tem por base a necessidade de a escola, não só, garantir o seu sucesso educativo e procurar a

¹⁴⁶ NOGUEIRA, João, ob. cit., p. 77.

¹⁴⁷ Idem, p. 80.

¹⁴⁸ Idem Ibidem, p. 82.

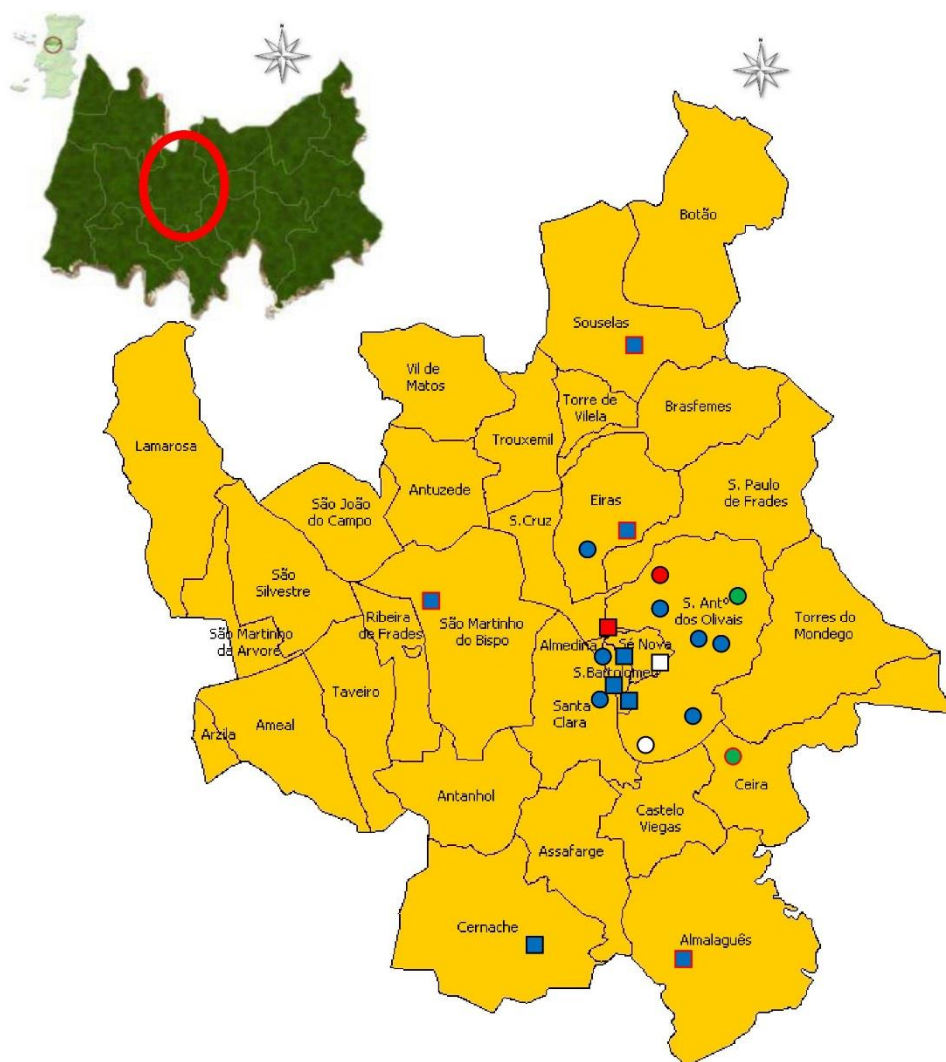
melhorar a relação entre a qualidade do seu ensino e os recursos utilizados como, também, deve procurar melhorar o seu nível de eficácia, de modo a garantir a sua competitividade com outras escolas que também atuam na sua área de proximidade de influência¹⁴⁹.

Dando por terminado o período cronológico que nos propusemos estudar, é tempo de avançar, no capítulo seguinte, para a aplicação didática, na qual damos a conhecer a forma como aplicámos os conteúdos analisados até ao momento no âmbito educativo.

¹⁴⁹ NOGUEIRA, João, ob. cit., p. 83.

Mapa 8 - Rede Escolar do Município de Coimbra

Ano letivo 2010/2011

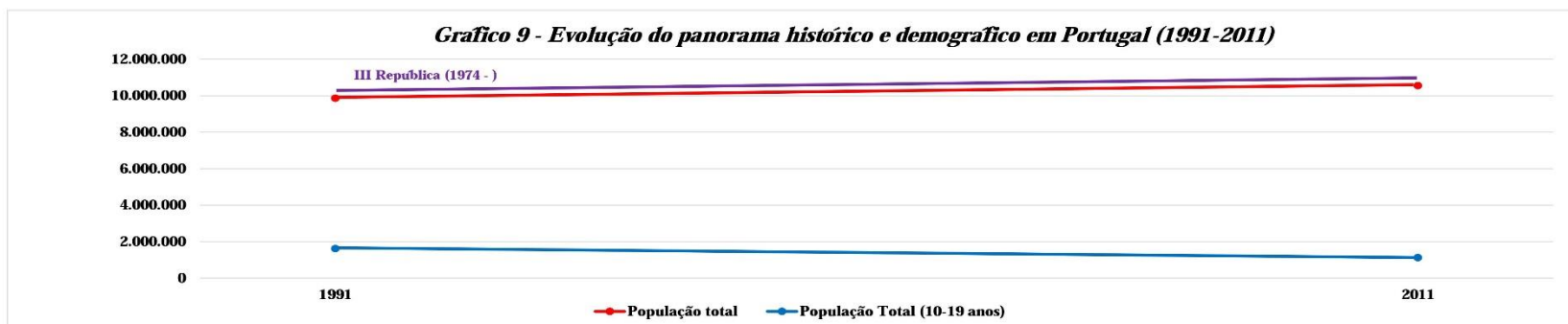


Fontes: Elaboração própria através de Câmara Municipal de Coimbra (<http://www.cm-coimbra.pt>)

Legenda do mapa

Rede Pública	Rede privada
Escola Básica do 1º, 2º e 3º Ciclo ●	Escola Básica do 1º, 2º e 3º Ciclo ■
Escola Básica do 2º e 3º Ciclo ●	Escola Básica e Secundária ■
Escola Básica e Secundária ●	Escola Profissional □
Escola Secundária ●	
Escola Profissional ○	

Gráfico 9 - Evolução do panorama histórico e demográfico em Portugal (1991-2011)



Anos		1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Cargos políticos	Primeiro-ministro	Anibal António Cavaco Silva				António Manuel de Oliveira Guterres						
	Ministro da Educação	Diamantino Freitas Gomes Durão	António Fernando Couto dos Santos		Maria Manuela Dias Ferreira Leite		Eduardo Carrega Marçal Grilo			Guilherme Waldemar Pereira de Oliveira Martins	Augusto Ernesto Santos Silva	Julio Domingos Pedrosa da Luz Jesus
Conjunturas	Nacional: Portugal			Reintrodução dos exames no ensino secundário					criação do GAVE			
	Local: Coimbra		Instituto de Almalaguês inicia a sua atividade	Instituto de Souselas inicia a sua atividade		Instituto Educativo de Lardemão inicia a sua atividade	Escola Secundária de Candeelo toma o nome de D. Inês de Castro	Inauguração da Escola Secundária de Ceira	Colegío de Quilalos inicia a sua atividade	Escola Secundária de São Martinho inicia a sua atividade		

Anos		2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Cargos	Primeiro-ministro	António Manuel de Oliveira Guterres	Jose/Manuel Durão Barroso		Pedro Miguel de Santana Lopes	Jose/ Sócrates Carvalho Pinto de Sousa					Pedro Manuel Passos Coelho
	Ministro da Educação	Julio Domingos Pedrosa da Luz Jesus	Jose/ David Gomes Justino		Maria do Carmo Félix da Costa Seabra	Maria de Lurdes Reis Rodrigues				Maria Isabel Girão de Melo Veiga Vilar "Alçada"	Nuno Paulo de Sousa Arrobas Crato
Conjunturas	Nacional: Portugal		Surgimento das Cartas Educativas	Assinatura do 1º Contrato de Autonomia					Escolaridade obrigatória dos 6 aos 18 anos		
	Local: Coimbra		Criação do Agrupamento de Escolas Eugénio de Castro	Inauguração do Colegío Bissaya Barreto							

3. Aplicação didática

Como já tivemos oportunidade de referir, a escolha do tema deste relatório tem em conta a possibilidade de, não só, conciliar as áreas de História e Geografia mas (e aqui é que entra a novidade), também, de apresentar conteúdos com os quais os alunos, na sua globalidade, se identifiquem. Que área mais adequada que o próprio ensino? Concretizemos.

Antes de mais, cabe-nos apresentar conteúdos, tarefas e objetivos aliciantes ao ponto de captar o interesse de alunos com diferentes níveis etários, vivências e interesses. Este facto torna-se ainda mais fulcral quando está um “jogo” uma aplicação que se estende ao longo do ano letivo e, como tal, está mais premente a que os alunos percam o interesse e motivação com maior facilidade. Deste modo, o conteúdo e o aluno constituem-se como os focos essenciais e inseparáveis de qualquer prática letiva, devendo-se manter em constante articulação.

Neste capítulo, uma das soluções passa, no dizer de Maria do Céu Roldão, pela implementação de uma cultura interdisciplinar, capaz de “*romper uma lógica fragmentária instituída*” e preparar os alunos para uma melhor compreensão da complexidade que caracteriza o dia-a-dia¹⁵⁰.

Outros aspetos a ter em conta são os programas curriculares e as formas de avaliação. Quanto melhor for escrutinada a sua exequibilidade, menores são os riscos de se cair, a título de exemplo, numa repetição de temáticas, num desacerto cronológico ou em algum tipo de injustiça na hora de fazer a avaliação final¹⁵¹.

Acautelados que estamos para alguns dos perigos a evitar durante a elaboração desta aplicação pedagógica, centramo-nos, no imediato, na apresentação das diferentes etapas que a constituem. Embora não tenha sido testada em contexto pedagógico, achamos que o facto desta ter sido dinamizada com base na agenda do CST, enquanto parte integrante das comemorações dos 50 anos de existência deste colégio, torna esta aplicação plausível de ser executada.

Antes de ser apresentado aos alunos, o projeto é sujeito, por um lado, à apreciação dos restantes membros do grupo disciplinar de História e Geografia, por outro, à aprovação por parte do conselho diretivo e/ou conselho pedagógico. Em caso de resposta

¹⁵⁰ ROLDÃO, Maria, ob. cit., pp. 22-35.

¹⁵¹ BORDENAVE, Juan, ob. cit., pp. 16-18.

afirmativa, o projeto passa a estar inserido no seu plano anual de atividades, sucedendo-lhe o período concernente á sua execução.

Inerente à uniformidade curricular, a nossa preocupação centrava-se, também, na obtenção de uma conciliação entre, por um lado, uma turma de 8º ano de Geografia e, por outro, uma turma de 12º ano de História. Estamos pois, perante a existência de uma dualidade

A etapa primordial consiste, antes de mais, na explicação da orgânica de funcionamento do trabalho às respetivas turmas, as quais, em conjunto, perfazem um total de vinte e oito alunos - vinte e quatro do 8º ano e quatro do 12º ano – que, por sua vez, se dividem em quatro grupos compostos por seis elementos do Ensino Básico e um do Ensino Secundário. A seleção dos mesmos tem por base a preocupação em combinar, num mesmo grupo, elementos com bom e mau aproveitamento escolar e, como tal, titulares de diferentes dinâmicas de trabalho, as quais devem ser alvo de partilha e aperfeiçoamento. A tarefa de monitorização do grupo cabe ao elemento mais velho, o qual conta, por sua vez, com a supervisão de um professor estagiário

Após a seleção dos grupos, cada um recebe um exercício-guia¹⁵² que, além de determinar o período cronológico sobre o qual se vão debruçar, foca, igualmente, os conteúdos historiográficos e os dados geográficos mais pertinentes para este trabalho e sobre os quais os alunos do Ensino Secundário e do Ensino Básico devem, respetivamente, pesquisar.

Por sua vez, as tipologias de fontes são fornecidas pelo docente, à medida que os conteúdos lecionados ao longo do ano letivo assim o requeiram. A título de exemplo, o Cronograma que se segue permite-nos averiguar que o primeiro módulo do manual de Geografia do 7º ano, intitulado “População e Povoamento”, permite-nos, não só, aludir à importância dos recenseamentos gerais da população mas, também, elucidar os alunos quanto aos métodos utilizados para obter muitos dos dados que vão ter oportunidade de analisar *a posteriori*. Neste capítulo, a pertinência de uma visita ao Instituto Nacional de Estatística (INE) possibilita aos alunos interagir com um espaço privilegiado para explicar o processo de recolha, tratamento e publicação dos dados que surgem nos seus manuais escolares.

¹⁵² Cujos exemplos se encontram englobados neste capítulo com os seguintes nomes: “1. Exemplo de Exercícios” e “2. Exemplos de Exercícios”.

1. Exemplo de exercícios



Ano	População total										População Total (19-29 anos)									
	1930	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947	1948	1949
Problemas de Saúde Pública	Doenças Tifo e S. Gripe (1932-33)										?									
Movimentos Migratórios	?										?									
Localidades	?										?									

Grupo 1

1. Ler o documento em 1.º e 2.º parágrafos e responder ao questionário de 11 de 20.º de Junho de 1930.
2. Ler o documento em 3.º e 4.º parágrafos e responder ao questionário em 1.º parágrafo de 21 de Junho de 1930.



Ano	População total										População Total (19-29 anos)									
	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969
Problemas de Saúde Pública	Análise de 1950-55										?									
Movimentos Migratórios	?										?									
Localidades	?										?									

Grupo 2

Grupo 3



Ano	População total										População Total (19-29 anos)									
	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Problemas de Saúde Pública	?										?									
Movimentos Migratórios	?										?									
Localidades	?										?									

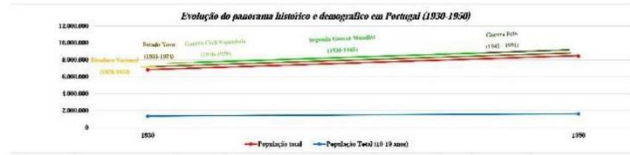
1. Ler o texto introdutório e os parágrafos 1.º e 2.º e responder ao questionário de 11 de 20.º de Junho de 1930, alterando o nome de Alameda de Sá para Alameda de Sá e Calçada de Sá.
2. Ler o texto introdutório e os parágrafos 3.º e 4.º e responder ao questionário de 1.º parágrafo de 21 de Junho de 1930, alterando o nome de Alameda de Sá para Alameda de Sá e Calçada de Sá.
3. Ler o texto introdutório e os parágrafos 5.º e 6.º e responder ao questionário de 2.º parágrafo de 21 de Junho de 1930, alterando o nome de Alameda de Sá para Alameda de Sá e Calçada de Sá.

Grupo 4



Ano	População total										População Total (19-29 anos)									
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Problemas de Saúde Pública	?										?									
Movimentos Migratórios	?										?									
Localidades	?										?									

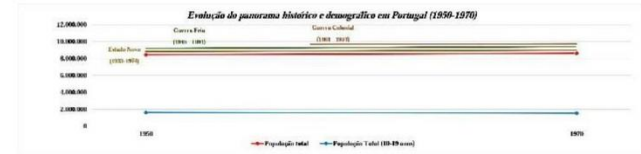
2. Exemplo de exercícios



Year	1850	1860	1870	1880	1890	1900	1910	1920	1930	1940	1950
População total	~4,000,000	~5,000,000	~6,000,000	~7,000,000	~8,000,000	~9,000,000	~10,000,000	~10,500,000	~10,800,000	~11,000,000	~11,000,000
População Total (18-19 anos)	~1,000,000	~1,200,000	~1,400,000	~1,600,000	~1,800,000	~2,000,000	~2,200,000	~2,400,000	~2,600,000	~2,800,000	~3,000,000

1. LÍNEA DE TENDÊNCIA DO VOLUME DE CASOS DE SÍNDROME DE SICKLE CELL DISEASE (SCD) EM PORTUGAL
 2. LÍNEA DE TENDÊNCIA DO NÚMERO DE CASOS DE SÍNDROME DE SICKLE CELL DISEASE (SCD) EM PORTUGAL

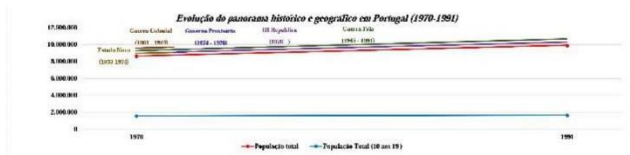
Grupo 1



Year	1950	1960	1970
População total	~11,000,000	~11,500,000	~11,500,000
População Total (18-19 anos)	~3,000,000	~3,200,000	~3,400,000

Grupo 2

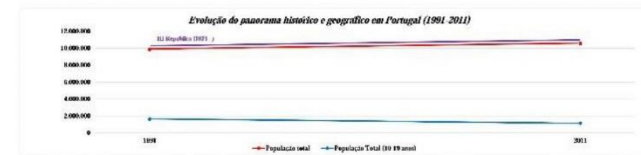
Grupo 3



Year	1970	1980	1990	1991
População total	~11,500,000	~12,000,000	~12,000,000	~12,000,000
População Total (18-19 anos)	~3,200,000	~3,400,000	~3,600,000	~3,800,000

1. LÍNEA DE TENDÊNCIA DO VOLUME DE CASOS DE SÍNDROME DE SICKLE CELL DISEASE (SCD) EM PORTUGAL
 2. LÍNEA DE TENDÊNCIA DO NÚMERO DE CASOS DE SÍNDROME DE SICKLE CELL DISEASE (SCD) EM PORTUGAL

Grupo 4



Year	1991	2000	2010	2011
População total	~12,000,000	~12,500,000	~12,500,000	~12,500,000
População Total (18-19 anos)	~3,800,000	~4,000,000	~4,200,000	~4,400,000

Aplicação Pedagógica – Cronograma relativo ao ano letivo 2013/2014

Atividades	Calendarização																														
	1º período																2º período								3º período						
	Setembro				Outubro				Novembro				Dezembro				Janeiro		Fevereiro		Março		Abril		Maio		Junho				
	1ª	2ª	3ª	4ª	1ª	2ª	3ª	4ª	1ª	2ª	3ª	4ª	1ª	2ª	3ª	4ª	1ª	2ª	3ª	4ª	1ª	2ª	3ª	4ª	1ª	2ª	3ª	4ª	1ª	2ª	3ª
Apresentação do projeto ao grupo disciplinar e direção	█																														
8º e 12º ano: início do ano letivo		█																													
8º ano: lecionação dos conteúdos "População"		█	█	█	█	█	█																								
12º ano: lecionação dos conteúdos "1. As transformações das primeiras décadas do século XX"		█	█	█																											
Apresentação do projeto às turmas			█																												
8º e 12º anos: reuniões de grupo					█		█				█																				
8º e 12º anos: visita ao Instituto Nacional de Estatística					█																										
12º ano: lecionação dos conteúdos "2. O agudizar das tensões políticas e sociais a partir dos anos 30"					█	█	█																								
8º ano: lecionação dos conteúdos "Mobilidade da População"								█	█	█	█	█																			
12º ano: lecionação dos conteúdos "3. A degradação do ambiente internacional"								█	█																						
12º ano: lecionação dos conteúdos "1. Nascimento e afirmação de um novo quadro político" (2ª parte do Manual)									█	█	█	█																			
8º ano: lecionação dos conteúdos "Diversidade cultural"													█																		
12º ano: lecionação dos conteúdos "2. Portugal: do autoritarismo à democracia"														█	█																
8º ano: lecionação dos conteúdos "Áreas de fixação humana"																															
12º ano: lecionação dos conteúdos "3. As transformações sociais e culturais do terceiro quartel do século XX"																															
12º ano: lecionação dos conteúdos "1. O fim do Sistema Internacional da Guerra Fria e a persistência da dicotomia Norte-Sul" (3ª parte do Manual)																															
8º ano: lecionação dos conteúdos "1. Atividades económicas: recursos, processos de produção e sustentabilidade" (parte 2 do Manual)																															
12º ano: lecionação dos conteúdos "2. A viragem para uma outra era"																															
Semana das Humanidades																															
12º ano: lecionação dos conteúdos "3. Portugal no novo quadro internacional"																															
8º ano: lecionação dos conteúdos "2. Redes e meios de transporte e de telecomunicação"																															
Elaboração do esquema da exposição																															
Distribuição de tarefas e início dos trabalhos de investigação																															
Receção dos trabalhos e pequenas correções																															
12º ano: final do ano letivo																															
8º ano: final do ano letivo																															
8º e 12º anos: montagem da exposição																															
Dia da Festa de Junho: divulgação dos resultados																															

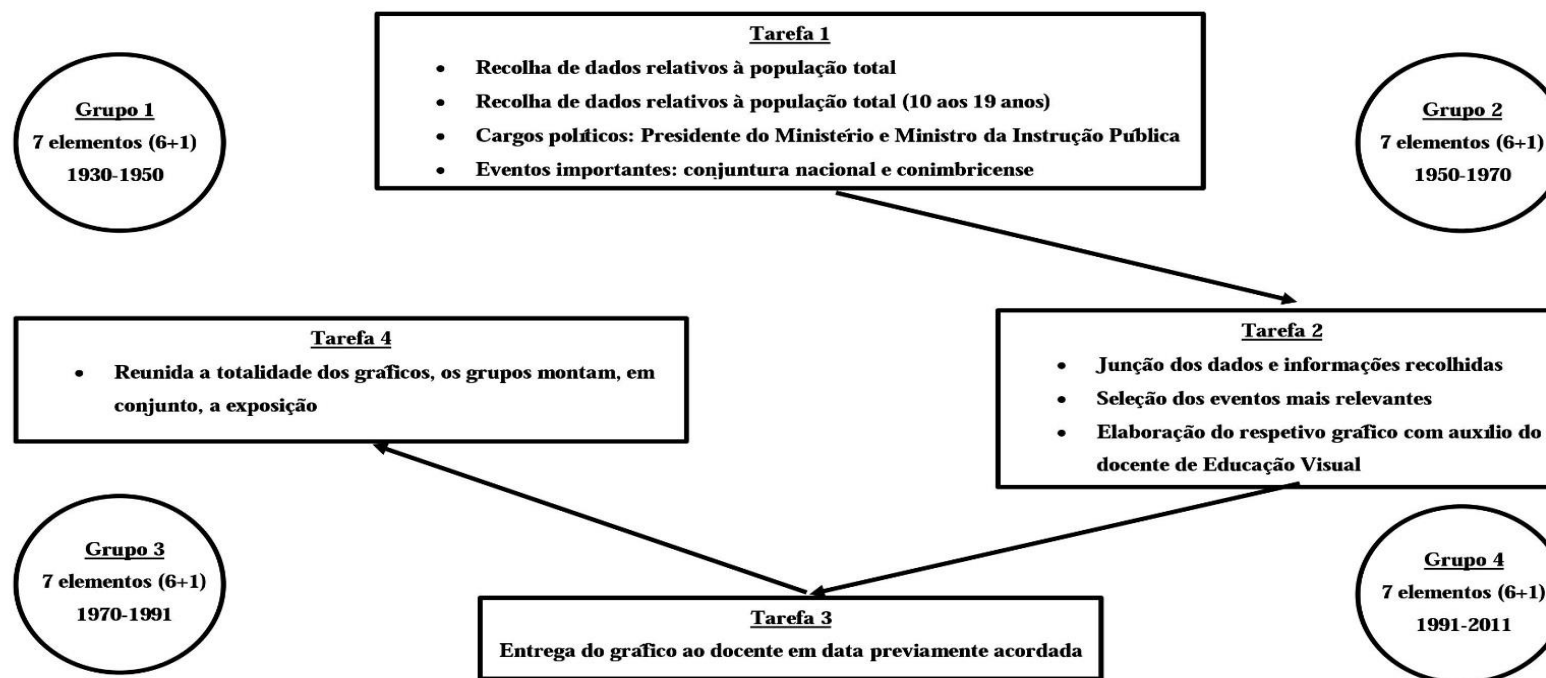
No que respeita aos exercícios já referidos, a sua orgânica é alvo de uma explicação prévia por parte do docente. Com base no documento que se segue, intitulado “Projeto *Ensino Público e Privado em Portugal (1933-2011)*”, é-nos possível apurar que o projeto é constituído, na sua totalidade, por quatro tarefas distintas, as quais, à exceção da última, devem ser realizadas, autonomamente, por cada grupo, o qual se deve cingir ao período cronológico que lhe está destinado. Concretizemos.

Recolhidos os dados, o grupo deve-se reunir e, com base nas informações recolhidas, procura completar os exercícios já aqui mencionados. Assim que se encontrem terminados, os alunos deverão o 8º ano, nas aulas de Educação Visual, preparar os apetrechos necessários para construir a sua cronologia cujas dimensões devem rondar o tamanho A3. De referir que todas estas etapas são previamente agendadas, de maneira a que os grupos consigam avançar relativamente à mesma velocidade.

Análogo à realização deste projeto, existe uma proximidade ao nível dos conteúdos abordados pelos alunos que nos poderiam permitir realizar outro tipo de atividades, ao longo do ano letivo, que lhes permitissem complementar os conteúdos lecionadas na sala de aula.

O que pretendemos com estas pesquisas? Além de objetivar um complemento dos dados recolhidos ao nível do ensino visa, igualmente, complementar os dados fornecidos pelo manual. Permitam-nos, deste modo, referir um exemplo: ao conceder a variação populacional e a pirâmide etária entre 1960 e 2001, o aluno deve recolher os dados relativos a 2011 e 2013, de forma a abarcar o tema aglutinador do projeto educativo do ano letivo 2013/2014, “CST – 50 anos na arte de ensinar”. Ao nível da evolução da população a sua tarefa está mais facilitada devido ao facto de o manual já conceder as informações necessárias.

Por sua vez, aos alunos do 12º ano cabe aprofundar os conhecimentos adquiridos previamente através do manual escolar. Desde o estudo das orgânicas inerentes ao funcionamento de uma escola, seja ela oficial ou privada, ou à exploração das temáticas privilegiadas pelos manuais de então, os conteúdos a explorar são variados e dados a escolher aos grupos que, por sua vez, fazem uma pré-seleção das temáticas da sua preferência. À luz do que sucede com os alunos do 8º ano, o objetivo primaz passa por permitir que os alunos, em simultâneo, complementem as áreas menos exploradas pelo manual e correlacionem com as temáticas mais focadas pelo manual, como é o caso do ideário estado novista.



Ao professor cabe-lhe, sobretudo, manter uma posição pró-ativa. Além de retirar as dúvidas que vão surgindo, é responsável pelo estabelecimento dos prazos e dos tópicos de avaliação a serem respeitados e pelo fornecer as fontes e bibliografia necessárias para que os alunos concretizem as tarefas que lhe são propostas.

Como forma de não sobrecarregar demasiado os alunos, optamos por estabelecer reuniões bimensais entre os vários elementos de cada grupo, as quais devem ser vistas como oportunidades para trocarem impressões sobre os materiais recolhidos até então e, a partir daí, elaborar uma barra cronológica onde estes se encontram contemplados. Chegados ao “produto final”, centramo-nos na enumeração dos objetivos que pretendemos atingir com esta aplicação pedagógica.

Se um dos objetivos inerentes às visitas ao INE seria o de dar a conhecer aos alunos a forma como são obtidos os dados que lhes são fornecidos pelos manuais que utilizam no dia-a-dia, por outro lado visa, em interligação dos conteúdos, a realização de uma aplicação didática incluída nas comemorações dos 50 anos de existência do Colégio São Teotónio e, através dela, dar a conhecer aos seus alunos a conjuntura em que a sua escola surgiu e a importância que deteve ao nível do panorama educacional até à atualidade. Averiguemos, agora, de que forma se irá explanar ao nível da sala de aula.

Será com base nestes conhecimentos entretanto adquiridos ao longo do mês de Setembro e Outubro que os alunos realizarão a sua primeira tarefa, a qual consiste na transposição destes dados para a década de 30, ou seja, para os inícios do Estado Novo, complementando-os com outros mais direcionados para o ensino: número de escolas, alunos e professores existente no ensino privado e público e taxa de analfabetismo.

Mais do que endereçar um determinado número de tarefas a cada grupo, procurou-se que os alunos entendessem, primeiro que tudo, o porquê de fazerem este trabalho através da realização de questões orientadoras¹⁵³ que permitissem auscultar, por um lado, as suas ideias tácitas relativamente ao tema e, por outro, as vantagens e desvantagens que adviriam da realização de um trabalho desta natureza. Somente após a concretização deste passo é que o professor terá noção do que poderia esperar dos seus alunos e estes, por seu lado, estariam preparados para realizar tarefas que lhes seriam propostas.

A resolução destas tarefas teria por base uma educação “problematizante” ou “libertadora”, isto é, quando confrontados com uma situação-problema, os alunos

¹⁵³ A título de exemplo: “O que me tem a dizer sobre o ensino público e privado em Portugal?” ou “Que benefícios julga retirar da realização deste trabalho?”.

deveriam encontrar a solução através da participação ativa e de um diálogo constante entre a turma e os professores. Desta forma, através da sua teorização, o aluno atravessará vários estágios de evolução até encontrar a solução mais viável ao problema que lhe é proposto: de uma visão global do problema passará para uma visão analítica do mesmo, através da qual chegará a uma síntese provisória suscitadora de inúmeras hipóteses de solução.¹⁵⁴

Ao mesmo tempo que são confrontados com uma situação-problema, os alunos são igualmente confrontados com um objetivo comum: o de solucionar, em conjunto, o problema que lhes é apresentado.

Análogo ao processo de aprendizagem, existem outras valências que também se adquirem e não devem ser olvidadas: obtenção de novo conhecimento, uma melhor operação mental (observação, distinguir, relacionar), uma maior confiança na capacidade de aprender e um melhor controlo das próprias emoções. Deste modo, é legítimo afirmar que este projeto implica “(...) *que toda a pessoa [ou aluno] (intelecto, afetividade, sistema muscular) se mobiliza de maneira orgânica (...) pelo que a pessoa fica melhor preparada para novas aprendizagens (...)*”¹⁵⁵.

Outro aspeto essencial para o processo de aprendizagem dos alunos consiste em permitir que estes aperfeiçoem as suas aprendizagens dando-lhes a conhecer os respetivos resultados ao longo das várias etapas do trabalho. Neste âmbito, a existência de uma recompensa intrínseca para o vencedor e extrínseca para os restantes participantes poder-se-á revelar igualmente importante como forma de retribuir ao aluno o esforço despendido. Neste projeto pedagógico, a recompensa não detém um carácter individual mas sim grupal espelhado na cronologia que irá ser exposta no dia de encerramento do ano letivo.¹⁵⁶

De igual modo, a projeção deste trabalho teve como influência inúmeras teorias ostentadas pela psicologia educativa. Principiemos por Frederic Skinner, segundo o qual o docente deve, através de estímulos ambientais¹⁵⁷ que auxiliarão os alunos a gerar comportamento e a aprendizagem: especificar o objetivo a atingir, identificar as várias

¹⁵⁴ BORDENAVE, Juan, ob. cit., p.10.

¹⁵⁵ Idem, p.25.

¹⁵⁶ Idem Ibidem, pp. 23-28.

¹⁵⁷ Assentes na adoção de estágios que permitirão aos alunos

etapas a concretizar para atingir esse mesmo objetivo e aplicar reforços positivos sempre que as etapas são concretizadas¹⁵⁸.

No que toca a Robert Gagné, ressalvamos a sua classificação de tipos de aprendizagem, e de entre os quais pretendemos adotar as seguintes: em cadeia, isto é, em que cada etapa é apenas uma parte do todo, que é aprendido na globalidade; de discriminações múltiplas, ou seja, onde os alunos aprendem a separar e a discriminar entre os conteúdos importantes e os acessórios; de princípios por implicar a relação entre dois ou mais conceitos; de resolução de problemas pelo facto de a solução do(s) problema(s) consistir na elaboração de um novo princípio combinado com outros já aprendidos, isto é, na busca pelas estratégias mentais mais eficientes, o aluno aprende a pensar¹⁵⁹.

Por último, e na ótica de Carl Rogers, existe a necessidade de dar a conhecer e a trabalhar aos alunos conteúdos com pertinência e interesse para a sua vida, proporcionar o contacto com diversos recursos tanto dentro da instituição escolar como fora desta, fazer acordos com os estudantes nos quais se estabelecem os seus objetivos e plano, organizar grupos de pesquisa e, por último, a inexistência de provas ou exames obrigatórios¹⁶⁰.

Estando cientes de que grande parte do que é lecionado na sala de aula, somente uma parte é apre(e)ndida pelos alunos, conduzindo a que “(...) *horas de exposição por milhares de professores resvalam pela epiderme dos alunos, sem atingi-los!*”, cada vez mais é necessário ao docente recorrer ao aperfeiçoamento e/ou desenvolvimento de novas estratégias assume-se, mais do que nunca, como fundamental no combate desta problemática através de uma simplificação e incremento do processo de aprendizagem por parte do aluno¹⁶¹.

Em jeito de conclusão, este projeto deteve como objetivos primordiais o complemento e inter-relacionamento entre, por um lado, os dados que os alunos do 8º ano vão recolhendo e as leituras que os alunos do 12º ano vão realizando com os conteúdos dos seus respetivos manuais; permitir aos alunos conhecer melhor o panorama do ensino em Portugal que, afinal de contas, não deixa de ser o “seu universo”; solucionar algumas das problemáticas que têm vindo a ser apontadas ao ensino, tanto ao nível dos alunos como do professor, dos programas curriculares e das formas de avaliação; conceder uma

¹⁵⁸ BORDENAVE, Juan, pp. 31-33.

¹⁵⁹ Idem, pp. 36-39.

¹⁶⁰ Idem Ibidem, pp. 47-49.

¹⁶¹ Idem Ibidem, pp. 39-41.

imagem de confiança nas capacidades dos alunos, sobretudo nos casos mais problemáticos procurando mostrar que com trabalho e dedicação nada é inatingível; fornecer outros dados de avaliação que vão além do âmbito da sala de aula; promover o trabalho de grupo e fomentar o companheirismo entre alunos do mesmo e de diferentes níveis de ensino e, por último, a promoção de uma cultura interdisciplinar através da interligação de duas disciplinas que, não obstante de serem lecionadas em separados, detêm bastantes pontos em comum podendo-se, inclusivamente, complementar.

Conclusões

Como já tivemos oportunidade de referir aquando da introdução, houve questões-chave que tivemos em conta aquando da idealização deste trabalho. São essas mesmas questões às quais procuraremos dar resposta ao longo deste capítulo.

Começando, desde já, pela questão relativa ao potenciamento, ou não, do ensino privado por parte do Estado. Neste capítulo, a legislação que fomos apresentando mostramos que, por sua vez, os intentos do poder estatal não vão além de uma secundarização do ensino privado. Mesmo quando os propósitos das leis iam no sentido de uma maior abertura e liberdade de ação para o ensino privado, ou a postura estatal iam num sentido oposto ou os Estatutos do Ensino Privado encarregar-se-iam de limitar, novamente o seu raio de ação.

Apesar de tudo, parece-nos importante salientar o papel desempenhado pelo ensino privado, a quem coube corrigir as falhas da rede de escolas públicas. Este facto é, de resto, visível na rede escolar do município conimbricense, no qual lhe coube tomar a iniciativa de alargar o raio de ação da rede escolar e instituir as primeiras escolas que se localizam iam localizar na periferia do que era, até então, o principal núcleo da rede escolar do município conimbricense. É o que acontece, numa primeira fase, com o Colégio Rainha Santa e o Colégio São Teotónio, e, mais tarde, com o Colégio da Imaculada Conceição (CAIC).

No que diz respeito ao quadro normativo, já tivemos, de resto, oportunidade de mostrar que, não obstante de reivindicar uma maior autonomia para a esfera do ensino privado, a verdade é que a sua aplicação encontrava-se limitada, muitas vezes, por Estatutos do Ensino Privado que, outorgados posteriormente, vêm demarcar novamente o raio de ação. A título de exemplo, basta que nos recordemos dos intentos de emancipação que a Carta Constitucional de 1933 outorga para a esfera privada e, mais tarde, o carácter limitador do 5º Estatuto do Ensino Privado, o qual retoma a ideia de secundarização desta tipologia de ensino relativamente à esfera pública.

Por outro lado, através das análises demográficas a várias escalas, podemos encontrar, sobretudo a nível municipal, uma linha de continuidade entre, por um lado, os locais de maior concentração populacional e, por outro, as áreas em que se localizavam as escolas. Embora não possamos admitir, de forma clara, que estas instituições detêm um papel decisivo na distribuição das populações, a verdade é que também não a podemos

desligar deste campo de decisões. Acima de tudo, parece-nos plausível admitir que ambas se influenciam.

Ao nível das análises demográficas, o panorama nacional, ao registar um crescimento ininterrupto ao longo do trajeto em estudo contribui para que, no cômputo geral, a população portuguesa tenha um acréscimo de, praticamente, quatro milhões de indivíduos (3 715 957). Neste âmbito, os melhores registos devem-se aos anos de 1950 e de 1991, os quais apresentam números acima do um milhão de pessoas.

No que diz respeito à população entre os 10 e os 19 anos, o cenário pauta-se por uma evolução intermitente. Se, por um lado, os anos de 1970 e 2011 registam um crescimento negativo, por outro, os períodos de 1950 e 1991 assinalam um crescimento positivo, com destaque para o primeiro, onde atingiu valores próximos das trezentas mil pessoas (281 611). Ainda assim, no cômputo geral, a sua evolução pauta-se por um decréscimo próximo dos duzentos mil elementos (-199 201).

Ainda dentro do âmbito nacional, o número de alunos, por tipologia de ensino mostra uma supremacia significativa do ensino oficial sobre o privado, exceção feita ao ano de 1950, onde o seu crescimento supera, significativamente, o do ensino oficial mas, nem por isso, o ultrapassa. Na globalidade, apesar de ambos apresentarem um aumento constante ao longo deste período, o ensino oficial (738 530) detém um ascendente significativo comparativamente ao ensino privado (205 237).

Quanto ao seu panorama distrital, o caso de Coimbra mantém, juntamente com Leiria e Aveiro, uma posição intermédia relativamente a, por um lado, Lisboa e Porto, por outro, Castelo Branco. Não obstante de, ao nível da população total, se pautar por um aumento acima das quarenta mil pessoas (42 296), com destaque para a década de 50, onde regista um crescimento a rondar as cinquenta mil pessoas (50 880). Por sua vez, a população entre os 10 e os 19 anos, revela um progressivo decréscimo ao nível do seu número total levando a que, ao longo deste período de análise, o seu crescimento espelhe valores negativos, na casa dos cinquenta mil indivíduos (-51 607).

Por último, cabe-nos referir o impacto legislativo e demográfico no panorama municipal. Ao nível da primeira, é-nos perceptível que é no ministério de José Veiga Simão e, principalmente, na sua política expansiva, que temos o principal paradigma do impacto das políticas educativas estatais ao nível local. Exemplo disso é a significativa ampliação que vemos ocorrer na rede escolar do município conimbricense onde, não obstante do maior número de instituições escolares oficiais, devemos salientar a primazia das

instituições privadas no descerrar da limitada abrangência geográfica que caracteriza a sua rede escolar até à década de 70.

Do ponto de vista demográfico, análogo ao incessante crescimento demográfico que ocorre ao nível da população total residente, cabe-nos ressaltar, de igual modo, o facto deste se encontrar, maioritariamente, localizada nas freguesias mais centrais, as quais se destacam ao longo desta conjuntura. É o caso, sobretudo, de Santo António dos Olivais, cuja evidência demográfica encontra reflexos no campo educativo, mais precisamente no elevado número de instituições educativas que a sua freguesia abarca.

Em suma, esperamos ter apresentado aqui as linhas gerais do que foram as dinâmicas educativas e demográficas a nível nacional, distrital e municipal. Longe de procurar uma análise exaustiva, até porque não estamos perante um trabalho de carácter intrinsecamente científico, este relatório almeja abrir expectativas para trabalhos futuros e, conseqüente, mais aprofundados do ponto de vista científico.

Fontes e Bibliografia

1. Fontes

Constituição Política da República Portuguesa de 1933

Constituição Política da República Portuguesa de 1976

Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986

FERRO, António, 1895-1956 - Entrevistas a Salazar. Lisboa : Parceria A. M. Pereira, 2007. XLVIII, 261 p. ISBN 9789728645403

2. Recursos eletrónicos

Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência. Disponível online: <url: <http://www.dgeec.mec.pt/>>. Acedido a 16,17 e 18 de Maio de 2014.

Instituto Nacional de Estatística (INE). Disponível online: <url: <http://www.ine.pt/>>. Acedido a 23, 24 e 25 de Maio de 2014.

PORDATA – Base de Dados Portugal Contemporâneo. Disponível online: <url: <http://www.pordata.pt/>>. Acedido a 9, 10 e 11 de Maio de 2014.

3. Livros impressos

A

ANDRÉ, Isabel Margarida [et. al.] - Geografia de Portugal. 1ª ed. Rio de Mouro : Círculo de Leitores, 2005-2006. 4 vol. ISBN 9724235386

B

BANDEIRA, Mário Leston - Demografia e Modernidade: Família e Transição Demográfica. 1ª ed. Lisboa : Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996. 573 p. ISBN 9722708198

BORDENAVE, Juan Díaz. - Estratégias de ensino-aprendizagem. 14ª ed. Petrópolis : Vozes, 1994. 317 p. ISBN 8532601545

BRITO, Raquel Soeiro de [et. al.] - História de Portugal. Lisboa : Estampa, 1993-1994. 8 vol. ISBN 9723309246

C

CARVALHO, Rómulo de - História do ensino em Portugal : desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano. 3ª ed. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. 962, [5] p. ISBN 9723101734

COTOVIO, Jorge Ferreira - O ensino privado. Lisboa : Universidade Católica, 2004. 510, [2] p. (Teses. Investigação). ISBN 9725400879

COTOVIO, Jorge Ferreira - O ensino privado nas décadas de 50, 60 e 70 do século XX : o contributo das escolas católicas. Coimbra : Gráfica de Coimbra 2, 2012. 1397 p. ISBN 9789726035336

CRUZ, Manuel Braga da - O Estado Novo e a Igreja Católica. 2ª ed. Lisboa : Editorial Bizâncio, 1999. 199 p. (Colecção Torre de Babel ; 5). ISBN 9725300386

E

EVANGELISTA, João - Um século de população portuguesa : 1864-1960. Lisboa : Instituto Nacional de Estatística : Centro de Estudos Demográficos, 1971. 245 p. (Publicações do Centro de Estudos Demográficos).

F

FERREIRA, Maria do Céu de Melo Esteves Pereira Matos. - O conhecimento tácito histórico dos adolescentes. 1ª ed. Braga : Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2003. 362 p. (Monografias educação e psicologia ; 29). ISBN 972874612

FABREGAT, Clemente Herrero. ; **HERRERO FABREGAT**, Maria - Como preparar uma aula de história. 2ª ed. Porto : Asa, 1991. 111, [1] p. (Horizontes da didáctica ; 1). ISBN 9724106276

G

GALLEGO, Juan María Laboa – História dos Papas : Entre o reino de Deus e o poder terreno. 1ª ed. Lisboa : Esfera dos Livros, 2010, 549 p. ISBN 9789896262136

GARRIDO, Dulce. ; **COSTA**, Rui - Dicionário breve de geografia. 1ª ed. Lisboa : Presença, 1996. 239 p. (Dicionários breves ; 5). ISBN 9722320831

GASPAR, José Martinho Serras - Os discursos e o discurso de Salazar. Lisboa : Prefácio, 2001. 247 p : il. (História de Portugal. Documentos). ISBN 9728563523

GOMES, Joaquim Ferreira ; **FERNANDES**, Rogério ; **GRÁCIO**, Rui - História da educação em Portugal. Lisboa : Livros Horizonte, imp. 1988. 130, [1] p. (Biblioteca do educador ; 113).

GRÁCIO, Rui - História da história da educação em Portugal : 1945-1978. In Cultura. História e Filosofia. - Lisboa. - Vol. 2 (1983), p. 135-184.

H

HERRERO FABREGAT, Clemente. ; **HERRERO FABREGAT**, Maria - Como preparar uma aula de história. 2ª ed. Porto : Asa, 1991. 111, [1] p. (Horizontes da didáctica ; 1). ISBN 9724106276

L

LEMA, Paula Bordalo. ; **REBELO**, Fernando - Geografia de Portugal : meio físico e recursos naturais. 1ª ed., 2ª imp. Lisboa : Universidade Aberta, 2001. 447, [1] p. (Universidade Aberta ; 97). ISBN 9726741734

N

NAZARETH, Manuel - «A demografia portuguesa no século XX: principais linhas de evolução e transformação», in *Análise Social*, vol. XXI, 1985.

NUNES, Adélia, “Episódios hidrometeorológicos extremos noticiados no distrito de Coimbra durante a segunda metade do século XIX” in *territorium*, nº 20, Coimbra: Riscos - Associação de Riscos, Prevenção e Segurança, 2013.

O

O Clima de Portugal – Normais climatológicas da região de «Entre Douro e Minho» e «Beira Litoral», correspondentes a 1951-1980, vol. 1 – 1ª região, Lisboa: Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, 1990.

P

PROENÇA, Maria Cândida - Didáctica da história. Lisboa : Universidade Aberta, imp. 1989. 227, [3] p : il ; 30 cm. (Textos de base ; 1). ISBN 9726740274

R

REBELO, Fernando; **DIAS**, Pedro - Coimbra e região. Coimbra : Epartur, 1978. 112 p.

RIBEIRO, Orlando - Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. 5ª ed. Lisboa : Livraria Sá da Costa, 1987. XVI, 189 p.

ROLDÃO, Maria do Céu - Estratégias de ensino : o saber e o agir do professor. V. N. de Gaia : Fundação Manuel Leão, 2009. 129 p. (Desenvolvimento profissional de professores ; 6). ISBN 9789898151087

ROCHETTE, A. M. Cordeiro [et.al.] – Reorganização da Rede de Ensino Particular e Cooperativo com “contrato de associação”. Coimbra: Faculdade de Letras, 2011. 470 p.

RODRIGUES, Maria Lurdes (org.) - 40 Anos de Políticas de Educação em Portugal – A Construção do Sistema Democrático de Ensino, vol. I, Coimbra: Edições Almedina S.A., 2014. ISBN 978-972-40-5649-4

ROSAS, Fernando (coord.) - Portugal e o Estado Novo (1930-1960). In *Nova História de Portugal*, vol. XII, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, 1ª ed., Lisboa, ed. Presença, 1992. ISBN 9722315587

ROSAS, Fernando - O Estado Novo nos anos trinta : 1928-1939 : elementos para o estudo da natureza económica e social do salazarismo. 2ª ed. Lisboa : Estampa, 1996. 311, [1] p ; 21 cm. (História de Portugal ; 18). ISBN 9723311771

ROSAS, Fernando ; **ROLO**, Maria Fernanda, ed. lit. - Dicionário de história do Estado Novo. [Lisboa] : Círculo de Leitores, 1996 2 vol. ISBN 9722510150 (2 vol.)

ROSAS, Fernando (coord.), O Estado Novo. In *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1998. ISBN 972-33-1398-7. Vol. 7

S

SALAZAR, António de Oliveira - Discursos e notas políticas. Coimbra : Coimbra Editora, [1935]-1967. 6 vol.

SERRÃO, Joel, ed. lit. - Dicionário de história de Portugal. Porto : Livraria Figueirinhas, imp. 1992. 6 vol : il ; 26 cm.

SIMPSON, A. H. Duncan – A Igreja Católica e o Estado Novo Salazarista. Lisboa :
Edições 70, 2014. 307 p. ISBN 9789724417745

T

TELO, António José – História Contemporânea de Portugal: do 25 de Abril à
Actualidade. Queluz de Baixo : Presença, 2007. 399 p.

Anexos

1. Mapas (corpo do trabalho)

2. Figuras (corpo do trabalho)

3. Quadros

Quadro 1 – População Residente, no município de Coimbra (1930-1970)

Área Geográfica	População Residente									
	1930			1950			1970			
	Total	Sexo		Total	Sexo		Total	Sexo		
M		F	M		F	M		F		
Coimbra (concelho)	77 439	37 891	39 568	98 027	45 556	52 471	110 160	50 830	59 330	
Almalaguês	2 617	1 242	1 375	3 166	1 505	1 661	3 205	1 550	1 655	
Ameal	1 195	512	683	1 505	720	785	1 710	850	860	
Antanhol	912	411	501	1 176	569	607	1 420	705	715	
Antuzede	1 085	493	592	1 421	676	745	1 775	830	945	
Arzila	568	284	284	663	318	345	710	330	380	
Assafarge	1 171	540	631	1 398	667	731	1 505	750	755	
Botão	1 333	614	719	1 522	740	782	1 840	905	935	
Brasfemes	1 069	488	581	1 249	621	628	1 615	775	840	
Castelo Viegas	612	291	321	1 039	529	510	1 115	525	590	
Ceira	2 817	1 315	1 502	3 366	1 565	1 801	2 580	1 215	1 365	
Cernache	4 158	2 005	2 153	2 964	1 421	1 543	2 965	1 425	1 540	
Coimbra	Almedina	8 592	4 860	3 732	4 332	1 810	2 522	2 755	1 240	1 515
	Santa Cruz	3 656	1 874	1 782	9 572	4 185	5 387	9 005	3 490	5 065
	São Bartolomeu	10 927	5 061	5 866	3 707	1 611	2 096	2 120	920	1 200
	Sé Nova	2 261	1 089	1 172	12 585	5 697	6 888	8 845	3 475	5 370
Eiras	1 737	757	980	3 538	1 706	1 832	4 865	2 375	2 490	
Lamarosa	986	482	504	1 910	849	1 061	2 060	970	1 090	
Ribeira de Frades	3 585	1 705	1 880	1 381	680	701	1 895	930	965	
Santa Clara	8 792	4 505	4 287	5 473	2 648	2 825	5 910	2 885	3 025	
Santo António dos Olivais	1 390	634	756	13 189	5 876	7 313	24 770	11 050	13 720	
São João do Campo	533	302	231	1 485	729	756	1 820	855	965	
S. Martinho de Árvore	6 057	2 946	3 111	693	335	358	745	365	380	
S. Martinho do Bispo	1 625	759	866	7 666	3 858	3 798	9 195	4 380	4 815	
S. Paulo de Frades	1 438	645	793	2 055	993	1 060	2 780	1 350	1 430	
S. Silvestre	2 949	1 389	1 560	1 748	826	922	2 045	990	1 055	
Souselas	1 587	759	829	2 004	969	1 035	2 620	1 225	1 395	
Taveiro	1 254	590	664	1 617	780	837	1 855	885	970	
Torre de Vilela	440	207	233	505	242	263	725	350	375	
Torres do Mondego ¹⁶²	--	--	--	2 401	1 140	1 261	2 675	1 350	1 325	
Trouxemil	1 404	789	615	1 931	916	1 015	2 345	1 095	1 250	
Vil de Matos	689	324	365	766	363	403	690	340	350	

Legenda: Masculino (M), Feminino (F)

Fonte: Recenseamento Geral da População referente a 1930, 1950 e 1970.

¹⁶² Cujá criação data de 1 de Fevereiro de 1934.

Quadro 3 – População Residentes, no Município de Coimbra (1991-2013)

Área Geográfica	População Residente									
	1991			2011			2015 ¹⁶³			
	Total	Sexo		Total	Sexo		Total	Sexo		
		M	F		M	F		M	F	
Coimbra (concelho)	139 052	65 152	73 900	143 396	66 941	76 455	165 988	-	-	
Almalaguês	3 512	1 702	1 810	3 111	1 451	1 660	3 342	-	-	
Ameal	1 756	851	905	1 682	800	882	1 575	-	-	
Antanhol	2 217	1 044	1 083	2 556	1 259	1 297	2 977	-	-	
Antuzede	2 002	975	1 027	2 276	1 098	1 178	2 692	-	-	
Arzila	711	348	363	655	319	336	752	-	-	
Assafarge	1 866	892	974	2 746	1 336	1 410	2 980	-	-	
Botão	1 625	767	858	1 588	750	838	1 768	-	-	
Brasfemes	1 695	847	848	1 969	949	1 020	2 083	-	-	
Castelo Viegas	1 833	926	907	1 695	818	877	1 688	-	-	
Ceira	4 485	2 212	2 273	3 701	1 792	1 909	3 847	-	-	
Cernache	3 650	1 736	1 914	4 048	949	3 099	4 203	-	-	
Coimbra	Almedina	1 953	767	1 186	904	405	499	1 072	-	-
	Santa Cruz	8 239	3 689	4 550	5 699	2 544	3 155	5 319	-	-
	São Bartolomeu	1 395	600	795	627	252	375	432	-	-
	Sé Nova	8 609	3 631	4 978	6 741	3 133	3 608	7 875	-	-
Eiras	9 655	4 508	5 147	12 097	5 578	6 519	16 440	-	-	
Lamarosa	1 989	962	1 027	2 069	1 003	1 066	2 503	-	-	
Ribeira de Frades	1 945	949	996	1 092	908	994	2 243	-	-	
Santa Clara	8 609	4 053	4 556	9 929	4 583	5 346	11 286	-	-	
Santo António dos Olivais	35 807	16 410	19 397	38 936	17 659	21 277	5 319	-	-	
São João do Campo	2 261	1 108	1 153	2 073	1 010	1 063	2 378	-	-	
S. Martinho de Árvore	978	481	497	1 033	512	521	1 039	-	-	
S. Martinho do Bispo	12 484	6 002	6 482	14 147	6 618	7 529	17 138	-	-	
S. Paulo de Frades	4 732	2 297	2 435	5 824	2 744	3 080	8 074	-	-	
S. Silvestre	2 544	1 279	1 265	3 122	1 564	1 558	4 063	-	-	
Souselas	3 159	1 539	1 620	3 092	1 514	1 578	3 128	-	-	
Taveiro	1 924	931	993	1 948	923	1 025	2 277	-	-	
Torre de Vilela	1 085	535	550	1 242	607	635	1 237	-	-	
Torres do Mondego ¹⁶⁴	2 739	1 331	1 408	2 402	1 142	1 260	2 307	-	-	
Trouxemil	2 952	1 423	1 529	2 712	1 324	1 388	3 066	-	-	
Vil de Matos	731	357	374	870	423	447	841	-	-	

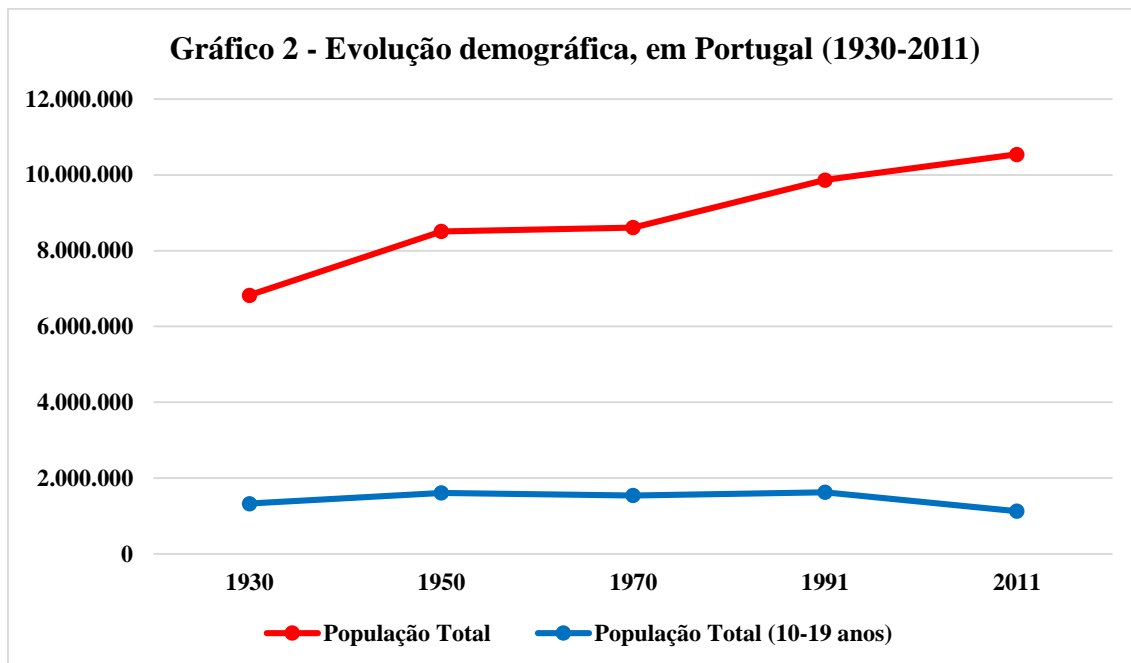
Legenda: Masculino (M), Feminino (F)

Fonte: Recenseamento Geral da População referente a 1991 e 2011; Carta Educativa do Município de Coimbra.

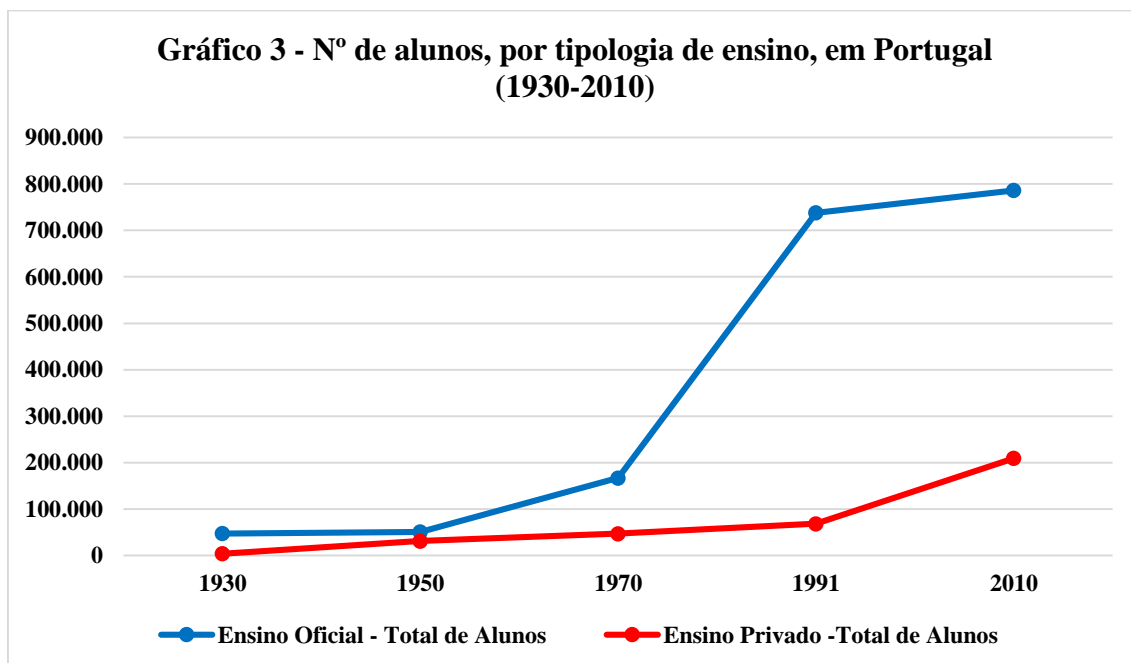
¹⁶³ Dados retirados da projeção realizada pela Carta Educativa do Município de Coimbra (2008-2015).

¹⁶⁴ Cujá criação data de 1 de Fevereiro de 1934.

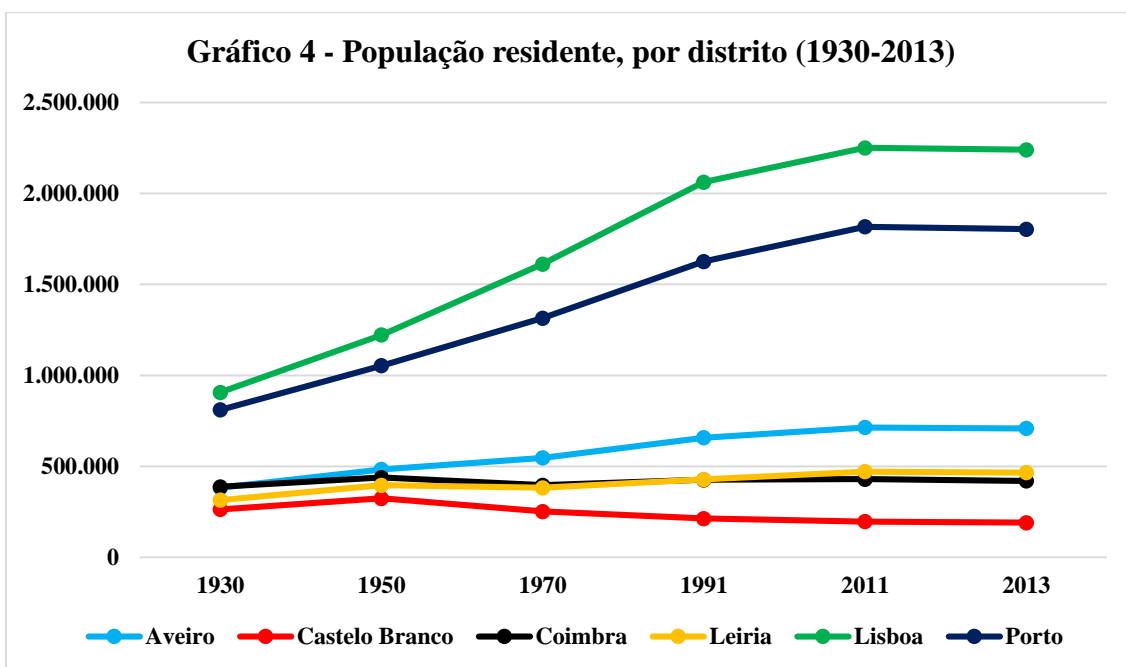
4. Gráficos



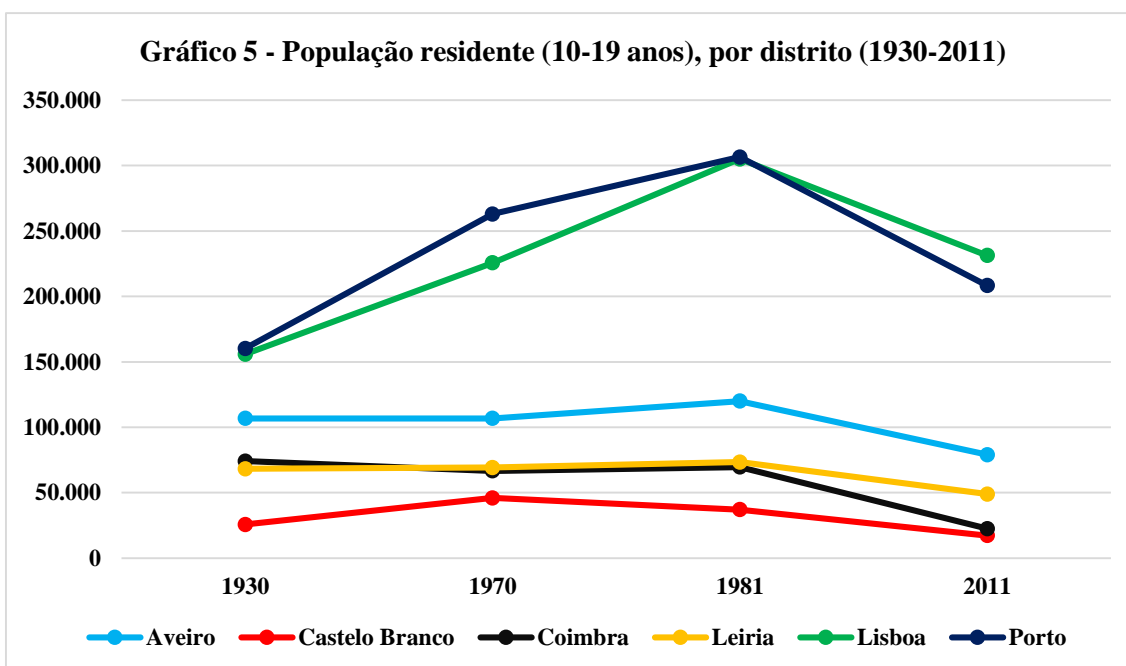
Fontes: Elaboração própria através de Anuários Estatísticos e PORDATA – Base de dados Portugal Contemporâneo



Fontes: Elaboração própria através de Anuários Estatísticos e PORDATA – Base de dados Portugal Contemporâneo



Fonte: elaboração própria através do Censo da População de Portugal e PORDATA – Base de Dados Portugal Contemporâneo.



Fonte: elaboração própria através do Censo da População de Portugal e PORDATA – Base de Dados Portugal Contemporâneo.

5. Biografias

Escola Secundária Infanta D. Maria¹⁶⁵



Criado por decreto em 1918, o então Liceu Feminino de Coimbra que iniciou as atividades letivas em 19 de Fevereiro do ano seguinte no edifício nº 111 da Avenida Sá da Bandeira. Nesse mesmo ano o Governo decidiu por decreto distinguir os vários edifícios de ensino por designação própria assente em nomes de grandes individualidades objetivando dar aos educandos a perene sugestão de virtudes cívicas e morais e o reconhecimento de sólidos valores intelectuais. O Liceu Feminino de Coimbra passou então a designar-se por Liceu Nacional Infanta D. Maria. No trajeto até às suas atuais instalações, o Liceu transferiu-se do nº 111 da Avenida Sá da Bandeira para as instalações da antiga Quinta da Rainha – atual Instituto Maternal Bissaya Barreto – ocupando mais tarde o Colégio de S. Bento, junto dos Arcos do Jardim, e edifício onde hoje se encontra instalado o Departamento de Ciências da Vida da Universidade de Coimbra. Em 1948 estabelecer-se-ia nas suas atuais instalações na Rua Infanta D. Maria na qual dispunha de anfiteatros, salas de desenho, laboratórios, ginásio, cantina, salas de aula, secretaria, sala de professores, gabinete do reitor, biblioteca, campo de jogos e um bar. Até então um Liceu proeminente feminino, a partir de 1975 passou a ser misto, mudando a sua designação para Escola Secundária Infanta D. Maria. Devido à falta de salas de aula e espaço viria a ocupar as instalações do então Estádio Municipal entre 1975 e 1981, altura em que foram terminadas as obras para o alargamento do espaço do liceu e com as quais se obtiveram mais oito salas, um anfiteatro, quatro gabinetes, foram melhoradas as condições das salas de Física, Química, Ciências Naturais e da cantina. Em 1998 foram comemorados os 50 anos do atual edifício da Escola tendo sido feita uma medalha alusiva dessa efeméride cuja autoria pertence a Luís Pereira, antigo aluno desta Escola.

¹⁶⁵ Cf. www.esidm.pt/

Escola Secundária Avelar Brotero¹⁶⁶



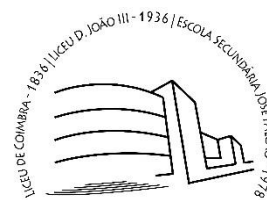
Começando por ocupar o edifício seiscentista da antiga Igreja da Trindade¹⁶⁷ com o nome de Escola de Desenho Industrial, em 1889 é elevada a escola Industrial, função para a qual necessitaria de mais espaço e à qual lhe foram sendo fornecidas novas instalações junto ao Jardim da Manga, o qual serviu inclusivamente de recreio, consoante as necessidades iam despontando. Devido a um incêndio que destruiria uma parte das instalações, transferiu-se em 1917 para a Quinta de Santa Cruz na antiga casa de verão do Prior, espaço que hoje é ocupado pela AAC - Associação Académica de Coimbra, mantendo-se apenas as oficinas no Jardim da Manga. A redução do espaço resultante da partilha do espaço juntamente com o Instituto Industrial de Coimbra em 1926 e a morosidade que se verificou na construção do novo edifício junto à Praça da República levou à sua mudança para a antiga hospedaria de Santa Cruz e residência do seu Prior, na qual ficou por mais de 35 anos, e onde atualmente funciona a Escola Secundária Jaime Cortesão. Com a reforma do ensino Técnico Profissional de 1948 ser-lhe-iam atribuídos novos cursos¹⁶⁸ que embora não concedessem acesso direto à universidade forneciam aos diplomados uma entrada direta no mercado de trabalho, sendo muitas vezes contratados pelas empresas antes do término dos respetivos cursos. Nas décadas de 60 e 70, além da sua transferência para as instalações do seu edifício atual, junto ao Estádio Municipal de Coimbra, a escola viu ser-lhe instituído o Ensino Secundário Unificado – o iniciado em 1975/76 - passando a usufruir da mesma configuração estrutural dos antigos liceus e a denominar-se, desde 1979, Escola Secundária de Avelar Brotero. Com a exclusão do ensino básico em 1997/98 e a posterior (e progressiva) introdução de cursos tecnológicos/profissionais, a escola viria tanto a alcançar o estatuto de escola exclusivamente secundária como recuperaria o seu pendor tecnicizante, promovendo a inserção imediata ou a promoção dos alunos no mundo do trabalho.

¹⁶⁶ Cf. www.brotero.pt/

¹⁶⁷ Encontrando-se severamente degradado, decorre atualmente a execução do projeto de adaptação deste complexo colegial a Tribunal Universitário Judicial Europeu e outros serviços da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

¹⁶⁸ Entre os quais o Ciclo Preparatório; Cursos de Formação de Serralheiros; Montadores Eletricistas; Carpinteiros-marceneiros, Ceramistas, Curso de Formação Feminina; Curso Geral de Comércio; secções Preparatórias para os Institutos Industriais e Comerciais; Cursos de Especialização de Mecânica de Automóveis, Desenhador de Construção Civil e Modista de Vestidos e Curso de Mestranga de Construtor Civil.

Escola Secundária José Falcão¹⁶⁹



Correndo o ano de 1836, o Ministro do Reino, Passos Manuel, decreta oficialmente a criação dos três primeiros liceus de Portugal: o Liceu de Coimbra, o Liceu de Lisboa e o Liceu do Porto. No âmbito conimbricense, o Liceu substituiu o Colégio das Artes, fundação seiscentista d'O *Piedoso* D. João III, funcionando inclusivamente nas suas instalações enquanto secção da Universidade de Coimbra, tanto que os seus alunos trajavam capa e batina. A partir de 1870 instala-se no Colégio de S. Bento¹⁷⁰, local onde se manteve até à transferência para o seu atual edifício na Av. Afonso Henriques em 1936. No entanto, com a implantação da República, tomou o nome de Liceu José Falcão em 1914 e criou-se o Liceu Dr. Júlio Henriques em 1928 com o objetivo de fazer frente ao aumento da população escolar. Ambos funcionaram no colégio S. Bento até à sua junção, originando o Liceu D. João III em 1936, o qual funcionaria no edifício recém-construído e criado segundo as conceções europeias do espaço liceal, obedecendo a normas rigorosas de higiene escolar (ex: luminosidade, materiais utilizados, ...) e às exigências de um plano pedagógico que contemplava as áreas das Humanidades, das Ciências, das Artes Oficinais e da Educação Física: as salas de Línguas, de História e de Geografia; os laboratórios com material antigo (séc. XIX) e moderno; os vastos espaços destinados à Educação Física (ginásio, campos de jogos e piscina, posteriormente substituída por um auditório). Desde finais da década de 30 até 1956 funcionou como instituição formadora de professores. Depois de 25 de Abril de 1974 retoma o nome do seu antigo patrono até 1978 aquando da unificação dos Liceus e Escolas Industriais e Comerciais em Escolas Secundárias passando a denominar-se Escola Secundária José Falcão. O papel de relevo que tem desempenhado no Ensino e na Educação em Portugal espelha-se nos nomes ilustres de seus alunos e professores. A título de exemplo: escritores como João de Deus, Almada Negreiros ou Miguel Torga; Presidentes da República como António José de Almeida ou Bernardino Marchado; académicos como Bissaya Barreto ou Rui Alarcão e homens de Estado como José Veiga Simão ou António de Almeida Santos.

¹⁶⁹ Cf. <http://esjf.edu.pt/>

¹⁷⁰ Atuais instalações do Departamento de Ciências da Vida da Universidade de Coimbra.

Colégio Rainha Santa Isabel¹⁷¹



Tendo começado a funcionar antes de 1900 em sistema de coeducação e somente com a Instrução Primária e em sistema de coeducação, o Colégio Rainha Santa Isabel estabeleceria o ensino secundário em 1928, numa altura em que este funcionava no edifício nº18 da Rua José Falcão sob a direção de D. Octávia Neves até 1930, altura em que o seu governo passou para as Irmãs da Congregação de S. José de Cluny. No ano seguinte dar-se-ia início ao internato feminino. Em 1938, sob a orientação da Irmã Maria de Jesus Sousa, Condessa de Vila Real, fez-se a aquisição da colina onde se encontra situado o edifício atual, na Rua do Brasil, e cuja inauguração ocorre a 4 de Julho de 1941. O ensino masculino seria suspenso entre 1947 e 1959, ano que seria aberta a secção de Ensino Infantil em regime de coeducação, estendendo-se posteriormente à Instrução Primária em 1972. Num período de doze anos, o Colégio Rainha Santa Isabel passaria a usufruir do Paralelismo Pedagógico (1978) e a funcionar em regime de autonomia pedagógica (1984), encerrando o seu regime de internato nesta mesmo ano. Em 1996 assistiu-se à demolição do velho ginásio e deu-se início à nova construção, a qual permitiu que o Colégio fosse enriquecido com novos espaços - Salas de Audio-Visuais e de Música, Biblioteca, Laboratório de Biologia e de Físico-Química, Sala Cluny (espaço dedicado aos alunos), Bar, Recreio coberto, Auditório Ana Maria Javouhey¹⁷², Sala de Judo, Polivalente com três ginásios¹⁷³ - inaugurados em 1999. Neste mesmo ano foi-lhe atribuído a Concessão da Autonomia Pedagógica por tempo indeterminado aos 2º e 3º ciclos do Ensino Básico, alargando-se posteriormente aos Agrupamentos 1º, 2º, 3º e 4º do Ensino Secundário em 2001 e ao 1º ciclo do Ensino Básico em 2004. Em 2003, após vistoria ao Colégio, foi alterada a lotação existente para 982 alunos.

¹⁷¹ Cf. www.crsi.pt

¹⁷² Com capacidade para 331 pessoas e dotado de cabinas de tradução simultânea, possibilitando a realização de Congressos Nacionais e Internacionais.

¹⁷³ Equipados com bancadas telescópicas que dão lugar a 1014 pessoas sentadas e cabinas de tradução simultânea, possibilitando a realização dos Grandes Festivais Artísticos que o Colégio promove, a nível Interno e a nível Europeu.

Colégio da Imaculada Conceição¹⁷⁴



Situado em Cernache, uma pequena localidade a 6 km de Coimbra, o Colégio é parte integrante da rede escolar da região Centro e serve prioritariamente uma área geográfica circundante de aproximadamente 50 km², acolhendo igualmente muitos alunos provenientes de lugares mais distantes que manifestam interesse no projeto de formação proporcionado. A sua origem remonta a 1943, ano em que a Companhia de Jesus adquire a Quinta dos Condes da Esperança para aí instalar em edifício próprio a Escola Apostólica, em substituição das instalações provisórias de Macieira de Cambra. Com o lançamento da primeira pedra a suceder em 1953, a inauguração do Colégio da Imaculada Conceição (CAIC) ocorreria dois anos mais tarde enquanto escola vocacionada para a formação dos candidatos ao sacerdócio na Companhia de Jesus. Neste primeiro período da sua história contaria com os Padres Izidro Pereira, Joaquim Eça de Almeida, João Felgueiras, José Maria Azeredo, João Valente Cabral e Narciso Aguiar para o cargo de reitor. Enquanto resultado de uma mudança de orientação na formação dos jovens jesuítas o Colégio torna-se, em 1975, num estabelecimento de ensino aberto à população local em sistema de coeducação e de ensino gratuito, passando igualmente a ser subvencionado pelo Estado. A partir de 1992, aquando da introdução do Ensino Secundário, o Colégio passa deter todos os níveis de ensino do 5º ao 12º anos de escolaridade. Atualmente conta com cerca de 800 alunos, 93 educadores (63 docentes e 30 não docentes) e possui Autonomia Pedagógica. Nesta segunda fase da sua história, o CAIC teve como Reitores os Padres Américo Mendes, Alberto Alves de Sousa e Manuel Malvar e, como Diretores Pedagógicos, os Padres Manuel Pereira Gomes, Américo Mendes, Jorge Manuel Sena, Domingos de Freitas e José Manuel Lopes. As perspetivas de futuro orientam-se pela preocupação da melhoria permanente da qualidade do ensino/aprendizagem, da integração do Colégio no meio e do aprofundamento dos laços de amizade e colaboração que já proporcionam ao CAIC um ambiente familiar, alegre e descontraído, em que alunos e educadores se conhecem e entrem ajudam, procurando responder ao grande desafio da educação em que se encontram empenhados.

¹⁷⁴ Cf. www.caic.pt.

Fundado no dia 1 de Novembro de 1922, os seus primeiros anos de funcionamento do colégio pautaram-se por uma significativa itinerância. Localizando-se, inicialmente, na Rua Augusto Filipe Simões, junto ao Penedo da Saudade, sob a orientação da Madre Cecília Correia de Sá, mudou-se em, em 1923 e 1925, para a Rua Alexandre Herculano e para o Pátio do Castilho, respetivamente. No ano seguinte, já sob a orientação da Madre Maria José Soares de Albergaria, passa para o Arco de Almedina e, posteriormente, para o Bairro de São José, em 1929. O regresso ao Penedo da Saudade, para a Rua Marnoco e Sousa, ocorre em 1932, um ano antes da sua instalação, sob a orientação da Madre Teresa Pinto Gomes, num edifício da Rua da Ilha. Em 1942 muda-se para o Palácio dos Grilos sob a orientação da Madre Zulmira de Lima Vidal e da Madre Sameiro, que permaneceu à frente do Colégio nas décadas seguintes. Em 1944 passa para a Rua Frei Tomé de Jesus, onde permanece. Em 1991 a direção passa para a Irmã Maria da Luz e em 2001 para a Irmã Maria do Céu. Em 2012 a direção do Colégio é, pela primeira vez, entregue a uma leiga, Maria Isabel Valente Pires, ex- aluna, e responsável pela transformação do Projeto Educativo num projeto bilingue. Atualmente, o Colégio de São José apresenta um paradigma educativo diferenciado, assente em quatro grandes pilares (Valores, Abertura ao Mundo; Competência e Empreendedorismo) e onde o aluno é o centro do processo de ensino/aprendizagem. Sendo educados para a autonomia, constroem o seu conhecimento, planificando e avaliando o trabalho quinzenalmente, por escrito, orientados pelos seus tutores. Os professores das diferentes disciplinas reúnem semanalmente com eles para tirarem dúvidas, darem orientações e avaliarem os conhecimentos. Tanto quanto possível, a vida no Colégio é gerida pelos alunos: elegem os seus chefes, realizam Conselhos de Alunos onde debatem questões e tomam deliberações. Os estudantes eleitos, por sua vez, exercem uma autoridade reconhecida por toda a comunidade educativa.

¹⁷⁵ Cf. alvará do Colégio São José.

6. Excertos

Excerto 1 – Fragmento da Constituição da República Portuguesa de 1933

Fonte: Diário do Governo, 22 de Fevereiro de 1933, nº 43, pp. 228 a 230.

TÍTULO II

Dos cidadãos

Art. 8º Constituem direitos e garantias individuais dos cidadãos portugueses:

(...)

3º A liberdade e a inviolabilidade de crenças e práticas religiosas, não podendo ninguém por em causa delas ser perseguido, privado de um direito, ou isento de qualquer obrigação ou dever cívico. Ninguém será obrigado a responder sobre a religião que professa, a não ser por inquérito estatístico ordenado por lei;

4º A liberdade de expressão do pensamento sob qualquer forma;

5º A liberdade de ensino;

(...)

TÍTULO III

Da família

Art. 11º O Estado assegura a defesa e proteção da família, como fonte de conservação e desenvolvimento da raça, base primária da educação, da disciplina e harmonia social, e como fundamento de toda a ordem política pela sua agregação e representação na freguesia e município.

Art. 12º A constituição da família assenta:

(...)

2º Na igualdade de direitos e deveres dos dois cônjuges, quanto à sustentação e educação dos filhos legítimos;

(...)

Art. 13º Em ordem à defesa da família pertence ao Estado e autarquias locais:

(...)

4º Facilitar aos pais o cumprimento de dever instruir educar os filhos, cooperando com eles por meio de estabelecimentos oficiais de ensino e correção, ou favorecendo instituições particulares que se destinem ao mesmo fim;

(...)

TÍTULO IX

Da educação, ensino e cultura nacional

Art. 42º A educação e instrução são obrigatórias e pertencem à família e aos estabelecimentos oficiais e particulares em cooperação com ela.

Art. 43º O Estado manterá oficialmente escolas primárias, complementares, médias e superiores e institutos de alta cultura

(...)

3º O ensino ministrado pelo Estado é independente de qualquer culto religioso, não o devendo porém hostilizar, e visa, além do revigoreamento físico e do aperfeiçoamento das faculdades intelectuais, à formação do caráter, do valor profissional e de todas as virtudes cívicas e morais;

4º Não depende de autorização o ensino religioso nas escolas particulares;

Art. 44º É livre o estabelecimento de escolas particulares paralelas às do Estado, ficando sujeitas à fiscalização deste e podendo ser por ele subsidiadas ou oficializadas para o efeito de concederem diplomas quando os seus programas e categoria do respetivo pessoal docente não forem inferiores aos dos estabelecimentos oficiais similares.

TÍTULO X

Das relações do Estado com a Igreja Católica e demais cultos

Art. 46º Sem prejuízo do preceituado pelas concordatas na esfera do Padroado, o Estado mantém o regime de separação em relação à Igreja Católica e a qualquer outra religião ou culto praticados dentro do território português, e as relações diplomáticas entre a Sé e Portugal com recíproca representação.

Índices

Índice de Quadros

Quadro 1 – População Residente, no Município de Coimbra (1930-1970)

Quadro 2 – Movimento Geral dos alunos no Secundário Geral, no distrito de Coimbra (1931-1932)

Quadro 3 – População Residentes, no Município de Coimbra (1991-2013)

Quadro 4 – Alunos matriculados, nas escolas do Município de Coimbra (2001-2007)

Índice de Figuras

Figura 1 – Variação altimétrica no distrito de Coimbra

Figura 2 – Precipitação média anual no distrito de Coimbra

Índice de Mapas

Mapa 1 – Rede Escolar do Distrito de Coimbra (Ano Letivo (2013/2014)

Mapa 2 – Rede Escolar do Município de Coimbra (Ano Letivo 2013/2014)

Mapa 3 – Mapa Estrutural de Portugal Continental

Mapa 4 – Rede Escolar do Município de Coimbra (Ano Letivo 1930/1931)

Mapa 5 – Rede Escolar do Município de Coimbra (Ano Letivo 1950/1951)

Mapa 6 – Rede Escolar do Município de Coimbra (Ano Letivo 1970-1971)

Mapa 7 – Rede Escolar do Município de Coimbra (Ano Letivo 2010/2011)

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Temperatura média do ar (1965-1980)

Gráfico 2 – Evolução demográfica em Portugal (1930-2011)

Gráfico 3 – N° de alunos, por tipologia de ensino, em Portugal (1930-2011)

Gráfico 4 – População residente, por distrito (1970-2013)

Gráfico 5 – População residente (10-19 anos), por distrito (1930-2011)

Gráfico 6 – Evolução do panorama histórico e demográfico em Portugal (1930-1950)

Gráfico 7 – Evolução do panorama histórico e demográfico em Portugal (1950-1970)

Gráfico 8 – Evolução do panorama histórico e demográfico em Portugal (1970-1991)

Gráfico 9 – Evolução do panorama histórico e demográfico em Portugal (1991-2011)